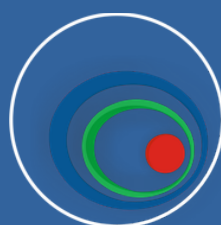

ISSN: 2764-7498

INFORMATIVO NECAT

nº48

FEVEREIRO/2026



NECAT

NÚCLEO DE ESTUDOS DE
ECONOMIA CATARINENSE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA
CATARINENSE**

Coordenador

Lauro Mattei | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Corpo Editorial

Beatriz Mioto | Doutora em Economia/UNICAMP e Profa. de Economia/UFABC

Clecio Azevedo da Silva | Prof. do Departamento GCN/UFSC

Ivo Marcos Theis | Prof. de Economia/FURB

Juliano Luiz Fossá | Doutor em Administração/UFSC

Comitê Científico

Lauro Mattei | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Jaime Cesar Coelho | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Guilherme de Oliveira | Prof. Do Departamento CNM/UFSC

Equipe Técnica

Samya Campana | Mestre em Economia e Doutora em Educação/UFSC

Kauê Soares Alexandre | Estudante de Economia/UFSC

Rafael Nicolo Serra Ferreira | Estudante de Economia/UFSC

Gabriel Schwalbe Hoffmann | Estudante de Economia/UFSC

João Marcelo Sovinski | Estudante de Economia/UFSC

Rafaella Rodakevicz Ferraz | Estudante de Economia/UFSC

Renan Angst Marcomini | Estudante de Economia/UFSC

Júlia Lucena Picolli | Estudante de Economia/UFSC

Jorge Alexandre Otto | Estudante de Economia/UFSC

Endereço

NECAT - Núcleo de Estudo de Economia
Catarinense. Departamento de Economia e
Relações Internacionais.

Centro Socioeconômico | Campus Trindade
Universidade Federal de Santa Catarina
CEP: 88040-900 Florianópolis, SC - Brasil
Email: necat.ufsc@gmail.com
Telefone: (48) 3721-6550

SUMÁRIO

TEMAS DE CONJUNTURA INTERNACIONAL

- 03 VENEZUELA: O FIM DO JOGO
Michael Roberts
- 08 SOBRE A AGRESSÃO À VENEZUELA
Daniel Aarão Reis
- 12 A SUPOSTA NOVA RIQUEZA DO IMPERADOR
Paul Krugman

TEMAS DE CONJUNTURA BRASILEIRA

- 16 DESLOCAMENTO GEOECONÔMICO E POPULACIONAL
Marcio Pochmann
- 20 ANCORAGEM CAMBIAL E DESINDUSTRIALIZAÇÃO
Carlos Águedo Paiva

TEMAS DE ENSINO ECONÔMICO

- 27 COMO OS ECONOMISTAS DESPOLITIZARAM A ECONOMIA
Clara E. Mattei
- 37 A ECONOMIA É FUNDAMENTALMENTE POLÍTICA
Jostein Hauge

TEMAS DE ECONOMIA CATARINENSE

- 42 MUDANÇAS NA ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA CATARINENSE ENTRE 2014-2024
Lauro Mattei
- 48 PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE RECUOU 2,8% EM DEZEMBRO DE 2025
Gabriel Schwalbe Hoffmann
- 62 VAREJO AMPLIADO DE SANTA CATARINA RECUOU 1,5% NO ÚLTIMO MÊS DE 2025
Rafael Nicolo Serra Ferreira
- 72 SETOR DE SERVIÇOS CATARINENSE CAIU 3,9% EM DEZEMBRO/25
Kauê Soares Alexandre

TEMAS DE MERCADO DE TRABALHO DE SC

83 POSTOS FORMAIS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA SOFRERAM
QUEDA EM DEZEMBRO/2025

João Marcelo Sovinski

Renan Angst Marcomini

VENEZUELA: O FIM DO JOGO

*Michael Roberts**

O sequestro do presidente venezuelano Maduro e de sua esposa pelas forças militares dos EUA, a subsequente tomada de poder pela vice-presidente Rodríguez e seu acordo para permitir que os EUA controlassem as receitas de exportação de petróleo da Venezuela e para atrair multinacionais americanas do setor energético para investir – tudo isso sinaliza o desfecho da revolução chavista que começou há mais de 25 anos. Portanto, é muito oportuno que um novo livro tenha sido publicado sobre o que aconteceu na Venezuela para chegar a esse ponto.

O livro foi editado por Anderson Bean, da Universidade Estadual Agrícola e Técnica da Carolina do Norte, que já escreveu sobre a Venezuela. Seu capítulo introdutório apresenta ao leitor a essência dos demais capítulos. Bean começa destacando que, ao longo da década de 2000, a revolução chavista-bolivariana na Venezuela serviu de inspiração para outros países do chamado Sul Global, talvez até mais do que a revolução cubana da década de 1960. A eleição de Hugo Chávez em 1998, após décadas de governos corruptos, pró-capitalistas e pró-EUA, representou um sopro de ar fresco. Nos anos subsequentes, a presidência de Chávez *"melhorou o bem-estar material dos venezuelanos, trouxe maior igualdade social e empoderou setores da sociedade tradicionalmente excluídos do processo político"*.

Bean argumenta que houve três componentes-chave da presidência de Chávez: primeiro, a reescrita da Constituição para promover ampla participação cidadã e proteção abrangente dos direitos humanos; segundo, a redistribuição dos lucros do petróleo por meio de diversos programas sociais, que reduziram os níveis oficiais de pobreza em 37,6% e a pobreza extrema em 57,8%. Em 2008, a Venezuela também tinha o maior salário mínimo de toda a América Latina, e a desigualdade no país caiu para um dos níveis mais baixos das Américas. Em 2011, a Venezuela era o segundo país mais igualitário do Hemisfério Ocidental; apenas o Canadá apresentava níveis de desigualdade mais baixos. E terceiro, que Bean considera o componente *"mais transformador"*, foi a transferência de poder para os setores populares por meio da criação de novas formas de assembleias populares e experiências com controle operário e conselhos comunitários.

Mas a partir de 2013, as coisas começaram a dar muito errado. De 2013 a 2021, o PIB da Venezuela caiu 75%, a inflação atingiu 130.000% em 2018, a mais alta do mundo! A porcentagem de famílias classificadas como pobres aumentou de 48,4% em 2014 para 81,5% em 2022. O salário mínimo mensal, de US\$ 2,23 na época, era o mais baixo de toda a América Latina. De fato, o salário mínimo mensal era de apenas US\$ 0,15 por dia, oito vezes menor que o limite de pobreza absoluta estabelecido pelo Banco Mundial na época, de US\$ 1,25 por dia.

*Economista. Artigo publicado originalmente no blog do autor. <https://thenextrecession.wordpress.com> em 17.02.2026

Isso se comparava ao salário mínimo mensal de US\$ 300 durante o governo Chávez, mais de 60 vezes maior.

O colapso da renda real e o aumento acentuado da pobreza na década de 2010 levaram a uma crise migratória. Desde 2016, milhões de venezuelanos fugiram do país em busca de trabalho no exterior para enviar dinheiro para casa. Hoje, estima-se que o número de refugiados e migrantes venezuelanos no mundo seja de cerca de 7,7 milhões, ou 20% de todos os venezuelanos. A Venezuela agora tem o maior número de deslocados internos na América Latina e o segundo maior do mundo, atrás apenas da Síria.

O que explica esse colapso, da inspiração ao pesadelo? Bean afirma que houve duas causas. A primeira foram as sanções impostas pelos EUA à Venezuela, juntamente com diversas tentativas do Estado americano, em colaboração com a oposição venezuelana de direita, de minar a economia do país para promover uma mudança de regime. O imperialismo estadunidense via a Venezuela como uma ameaça, com a reestatização da indústria petrolífera promovida por Chávez; e com a tentativa de Chávez de construir relações comerciais com outros países latino-americanos fora da órbita dos acordos comerciais liderados pelos EUA, enquanto buscava apoio comercial e investimentos de países como a China. O sucesso inicial da presidência chavista foi um anátema.

De fato, em 2002, os EUA, em colaboração com a classe empresarial venezuelana, tentaram um golpe para derrubar Chávez. Ele foi afastado do cargo por quarenta e sete horas, antes de ser reintegrado por meio de mobilizações populares em massa. Do final de 2002 ao início de 2003, os EUA apoiaram um bloqueio à produção de petróleo, com o objetivo declarado de forçar a renúncia de Chávez. Em 2014, os EUA apoiaram novamente a direita venezuelana em violentos protestos de rua, conhecidos como guarimbas, que exigiam "la salida", ou a "saída", de Maduro. Os EUA, novamente em colaboração com setores da direita venezuelana, tentaram mais um golpe em janeiro de 2019, quando Juan Guaidó se autoproclamou presidente da Venezuela de forma inconstitucional. Após o fracasso da tentativa de golpe de janeiro, que não conseguiu derrubar Maduro, Guaidó tentou novamente em abril de 2019, mas foi mais uma vez frustrado.

Essas tentativas de golpe fracassaram, mas uma série de sanções econômicas foram impostas. Sob as sanções de Trump, instituições e cidadãos americanos foram proibidos de negociar dívida venezuelana. Todos os ativos do governo foram congelados. O país foi impedido de reestruturar sua dívida externa ou seus cronogramas de pagamento. Os pagamentos enviados por países participantes de seu programa de pagamento preferencial de petróleo foram bloqueados. A venda de bilhões de dólares em créditos comerciais foi proibida. As sanções também fecharam a Venezuela para seu mercado de petróleo mais importante, os EUA, e propriedades no exterior foram confiscadas, como a Citgo, com sede nos EUA, da qual o Estado dependia como fonte de renda. Essas medidas levaram a uma perda de US\$ 6 bilhões em receita petrolí-

fera somente em 2018. As sanções congelaram US\$ 17 bilhões em ativos do país e custaram à Venezuela cerca de US\$ 11 bilhões em perdas de exportação em 2019, ou US\$ 30 milhões por dia.

O Centro de Pesquisa Econômica e Política (CEPR), com sede em Washington, D.C., publicou um relatório em 2019 detalhando os efeitos das sanções americanas sobre a Venezuela. Somente entre 2017 e 2018, as sanções causaram a morte de cerca de 40.000 venezuelanos e mergulharam muitos outros na precariedade. Mais de 300.000 pessoas foram colocadas em risco devido à falta de medicamentos e assistência médica, incluindo 80.000 venezuelanos soropositivos que estão sem medicamentos antirretrovirais há anos. Além disso, obter medicamentos cardiovasculares ou insulina necessários é um desafio para os 16.000 venezuelanos que precisam de diálise, os 4 milhões com diabetes e hipertensão e as 16.000 pessoas com câncer.

Mas os autores deste livro se esforçam para argumentar que o colapso da Venezuela não pode ser atribuído unicamente ao imperialismo estadunidense e às suas sanções. Apesar dos danos causados pelas sanções à Venezuela, o outro componente principal foi a má gestão econômica e o programa neoliberal do governo Maduro, cada vez mais autoritário. Economistas capitalistas tradicionais afirmam que o colapso da Venezuela foi resultado do socialismo; enquanto muitos na esquerda alegam que o regime de Maduro precisava ser defendido como um exemplo de socialismo. Ambos os lados estão errados. Bean e os outros autores deste livro não aceitam que Chávez (e Maduro depois dele) tenha estabelecido uma economia socialista, ou mesmo que a Venezuela estivesse no "caminho para o socialismo".

Como argumentei em meus próprios artigos sobre a Venezuela, o relativo sucesso de Chávez em melhorar a vida da maioria dos venezuelanos foi baseado no boom dos preços das commodities durante a década de 2000. Com o preço do petróleo e do gás natural em alta, mesmo um aumento modesto nos royalties e impostos gerou uma enorme entrada de receita para o governo. Essa receita extra permitiu que Chávez aumentasse os gastos sociais, criasse diversos programas de distribuição e melhorasse o padrão de vida da maioria dos venezuelanos.

Mas, como Bean destaca, Chávez conseguiu isso sem mexer no setor capitalista venezuelano. *"Não houve uma transformação real e significativa das relações de propriedade social, nenhuma transformação da divisão internacional do trabalho e nenhum questionamento das prerrogativas do capital transnacional."* O capital privado continuou a dominar a Venezuela durante as presidências de Chávez e Maduro. A esmagadora maioria dos meios de produção permaneceu nas mãos da esfera privada e da classe capitalista. De fato, sob Chávez, entre 1999 e 2011, a participação do setor privado na atividade econômica aumentou de 65% para 71%. A produção e a distribuição da maioria dos bens e serviços, incluindo setores-chave como as principais operações de importação e processamento de alimentos, produtos farmacêuticos e autopeças, ainda são controladas pelo setor privado.

Mesmo nos casos em que o Estado detinha os meios de produção, como a estatal de

petróleo e gás natural Petróleos da Venezuela (PDVSA) e as indústrias de concreto e asfalto, é a burocracia estatal que controla e toma todas as decisões nessas indústrias, e não os trabalhadores. De fato, como o próprio Chávez afirmou: *"Quem pensaria em dizer que a Venezuela é um país socialista? Não, isso seria enganar a nós mesmos. Estamos em um país que ainda vive no capitalismo, apenas iniciamos um caminho; estamos tomando medidas contra a corrente mundial, inclusive em direção a um projeto socialista; mas isso é para o médio ou longo prazo."* Mais importante, como também argumentei, não houve ruptura com a dependência do país da exportação de minerais e hidrocarbonetos. A dependência da Venezuela das exportações de petróleo aumentou durante os governos Chávez e Maduro, tornando o país um "pônei de um truque só", refém dos mercados financeiros e petrolíferos globais.

O "acordo" com o capital venezuelano chegou ao fim com o boom das commodities em 2013. Em 2015, os preços das commodities atingiram o menor patamar em doze anos. Essa mudança também coincidiu com a morte de Chávez e sua substituição por Maduro. Maduro se viu diante de um dilema. Como afirma Bean: *"Agora, em uma situação de receitas estatais austeras, quem pagaria pela crise? Seriam os trabalhadores e a classe trabalhadora comum, as bases sociais que apoiaram e elegeram Chávez? Mais importante ainda, haveria um conflito com o capital que vinha sendo adiado há anos?"*

A resposta logo ficou clara. Como afirmou um capítulo do economista venezuelano Luis Salas: *"Não há muita diferença entre o programa econômico da oposição [de direita] e o do governo [Maduro]... A única diferença em relação à oposição é que o governo quer fechar acordos com os russos, os chineses ou os turcos; e a oposição, com os americanos e os europeus. São alianças capitalistas, mas com parceiros diferentes."* Como argumenta Roberto López mais adiante no livro, *"[A] posse de Nicolás Maduro como presidente em 2013 significou o abandono quase total do programa antineoliberal e o retorno às mesmas políticas econômicas implementadas na última década do século XX. Maduro manteve o mesmo discurso radical de seu antecessor e apresentou seu governo como genuinamente 'operário' e 'socialista'. No entanto, no cargo, ele implementou uma verdadeira mudança de rumo econômico, abrindo as portas para políticas neoliberais, em um contexto de crescente autoritarismo."* Essa também era a minha visão na época.

Em 2016, o governo Maduro abriu o Arco Mineiro do Orinoco para exploração mineral. E em 2021, Maduro introduziu Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) para empresas capitalistas, isentas de impostos e regulamentações. Em 2018, a presidência de Maduro aboliu o direito à greve. Com a chamada Lei Antibloqueio, em 2020, Maduro efetivamente suspendeu a Constituição e concedeu autoridade ao Poder Executivo para conduzir a economia. Maduro abandonou a política de salário mínimo vital adotada durante o governo Chávez e introduziu uma lei contra o discurso de ódio, que previa penas de prisão de até vinte anos para discursos contra o governo. O governo também privatizou importantes setores da indústria, incluindo pe-

tróleo, ferro, alumínio, ouro e diamantes. *"Muitas dessas privatizações visaram justamente as indústrias que Chávez havia nacionalizado anteriormente, realizando, na prática, uma apropriação reversa que devolveu os antigos ativos estatais à propriedade capitalista."*

Mas talvez o pior de tudo seja o nepotismo. Sob Maduro, o Estado venezuelano se transformou em uma piñata, onde uma casta político-militar distribuiu recursos, privilégios e benefícios financeiros para garantir lealdade e manter o poder. O governo Maduro buscou compromissos e acordos com o setor empresarial, incluindo a Fedecámaras — a grande organização empresarial que desempenhou um papel fundamental na tentativa fracassada de golpe contra Chávez em 2002. As vozes das organizações da classe trabalhadora foram ignoradas.

A conclusão dos autores deste livro, oriundos da esquerda venezuelana, é que, entre os observadores dos países desenvolvidos do Norte Global, tem havido uma tendência a *"inadvertidamente conferir credibilidade a um regime que usa a linguagem do socialismo para encobrir suas próprias práticas opressivas e antioperárias. Ao não levar em conta a realidade da crise venezuelana, tais posições marginalizam inadvertidamente as lutas do povo venezuelano, que enfrenta tanto as consequências do governo Maduro quanto as sufocantes sanções impostas pelos Estados Unidos"*. Não foi o socialismo que fracassou na Venezuela, mas sim a falha em aplicar políticas socialistas para acabar com a sabotagem do setor capitalista no país e em unir as organizações da classe trabalhadora na luta contra o imperialismo estadunidense.

Agora, em fevereiro de 2026, o governo Rodríguez se prostra diante do imperialismo estadunidense. O governo Trump tem sido astuto e cauteloso; ainda não substituiu Maduro pela candidata de direita, defensora do livre mercado e ganhadora do Prêmio Nobel da Paz (sic), Maria Machado, por medo de gerar tumulto e até mesmo uma guerra civil. Em vez disso, está gradualmente forçando Rodríguez a ceder a todas as suas exigências, preparando o terreno para eleições futuras que poderão instaurar um regime completamente pró-EUA. Ao lado de Rodríguez no Palácio Presidencial de Miraflores na última quarta-feira, o secretário de Energia dos EUA, Chris Wright, afirmou: *"Queremos libertar o povo e a economia venezuelana"*. Uma pesquisa da Gold Glove Consulting divulgada esta semana revelou que Machado obteria uma vitória esmagadora em uma nova eleição, com 67% dos votos a seu favor contra 25% para Rodríguez. Setenta e dois por cento dos entrevistados acreditam que a Venezuela está *"caminhando em uma direção positiva"* após a tomada de Maduro.

SOBRE A AGRESSÃO À VENEZUELA

Daniel Aarão Reis*

Ao contrário do que diz a grande mídia, o presidente/ditador da Venezuela não foi capturado, mas sequestrado, num ato de clara violência, uma agressão às normas, aos tratados e às instituições que regem a convivência entre estados e sociedades no mundo, uma violação do princípio consagrado da autodeterminação dos povos. Não é possível naturalizar ou minimizar o que aconteceu, mas, além de denunciada com a indispensável veemência, a ação truculenta precisa ser explicada e interpretada.

O fato de a Venezuela ser uma ditadura não justifica em hipótese alguma a agressão externa. Se todos os países que vivem sob ditadura fossem objeto de agressão, o mundo viveria numa guerra permanente de todos contra todos. Suportar ou derrubar a ditadura na Venezuela é uma decisão que cabe apenas ao povo venezuelano. O mesmo se pode dizer de Cuba, da Nicarágua, ou de qualquer outra ditadura existente no mundo, como o Irã, a Arábia Saudita, o Egito, a Turquia, a Rússia, a China e tantos outros (a lista é grande).

De mais a mais, na longa entrevista concedida por Donald Trump e seus cúmplices após a agressão, não houve uma palavra sequer em defesa das liberdades democráticas e da democracia em geral. Em suma, os próprios agressores não justificaram a agressão em nome de valores políticos ou morais que tivessem alguma ligação, mesmo remota, com a democracia.

Fundamentaram a intervenção e desnudaram o sequestro, sem nenhum pejo ou restrição, como expressão de interesses econômicos e geoestratégicos. Trata-se de ressarcir as empresas estadunidenses dos prejuízos provocados pelas políticas nacionalistas de vários governos que se sucederam em Caracas desde os anos 1970 até fins do século passado quando, pouco a pouco, as companhias petrolíferas norte-americanas foram nacionalizadas.

Além disso, e mais importante, afirmar a vontade de poder dos EUA no continente americano, intimidando governos ao sul do Rio Grande e potências rivais: a América é *cosa nostra*, dos Estados Unidos, fórmula sacramentada em texto sobre uma nova doutrina de segurança nacional, publicada no início de dezembro do ano passado e que delineia as grandes linhas das ambições internacionais do projeto que elegeu Donald Trump, o *MAGA/Make American Great Again/Fazer a América Grande de novo*.

Ao contrário da tradição intervencionista das grandes potências, que encobria intervenções/agressões com a roupagem de altos princípios e valores reconhecidos e compartilhados desde a vitória sobre o nazismo, a operação militar especial (termo consagrado na invasão da Ucrânia por uma outra ditadura, a russa) que sequestrou Nicolás Maduro e a mulher, Cilia Flores, foi explicada à maneira dos *gangsters* que exibem sem nenhuma vergonha o direito da força: *faço porque posso, porque tenho força para fazê-lo*.

*Professor titular de história contemporânea na Universidade Federal Fluminense (UFF). Autor, entre outros livros, de *A Revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917* (Cia das Letras). [<https://amzn.to/3QBroUD>]. Publicado originalmente no Site A Terra é Redonda em 26.02.26

Como explicar, compreender e combater o fenômeno? Começemos pelo contexto global. A agressão à Venezuela, assim como a invasão da Ucrânia, o massacre na faixa de Gaza e demais bombardeios “cirúrgicos” em várias partes do mundo, devem ser compreendidos como indícios de uma mudança de época histórica, como observou Cláudio Sergio Ingerflom em artigo recente, publicado no site **A Terra é Redonda**. Num contexto de profunda instabilidade hegemônica, a tentativa de estabelecer uma “partilha do mundo” se desenha com o chamado corolário Trump (doutrina Donroe), em detrimento dos acordos, pactos e instituições internacionais construídos no pós-Segunda Guerra Mundial.

Para se tornar efetiva, entretanto, vai depender de como reajam as grandes potências nucleares (Rússia, China) e outros atores, também importantes (alguns, nucleares) que, até o momento, encontram-se embrulhados em profunda crise de identidade (principais estados europeus) ou numa condição de participantes marginais, como algumas “potências regionais” (Índia, Paquistão, Indonésia, Irã, Israel, Egito, África do Sul, Brasil, entre outros). Nunca seria demais sublinhar que a “força” das grandes potências não é invencível e pode ser relativizada por crises internas de legitimidade, que se aguçam no contexto de guerras ou aventuras militares.

Se esta avaliação tem um grão de verdade, ainda decorrerá algum tempo antes que possamos ver com clareza como se configurarão os novos padrões dominantes de relações internacionais. Neste quadro, prevalecerá a atual instabilidade hegemônica, suscitando de modo descontrolado todo o tipo de guerras, ataques, agressões, invasões protagonizados pelas grandes potências ou por potências regionais.

Consideremos agora o impacto destas novas tendências na América ao sul do Rio Grande. O subcontinente encontra-se num momento difícil. Fragmentado, do ponto de vista político, com vários estados dirigidos por líderes de direita, dispostos a demonstrar a mais ostensiva subserviência ao Grande Irmão do Norte. As estruturas de articulação internacional criadas em décadas passadas encontram-se desativadas ou impotentes. Assim, o cenário não poderia ser mais desfavorável à articulação de uma frente de estados nacionais com uma política unificada de defesa dos interesses comuns.

Além disso, mesmo no interior de Estados governados, em tese, por lideranças ativas e autônomas (casos da Colômbia, Brasil ou México), divisões políticas internas, incentivadas pela presença de forças consideráveis de extrema-direita, dificultam a formulação e a definição de políticas de defesa dos próprios interesses.

É neste quadro que vem se desdobrando a política agressiva do atual governo dos EUA. A agressão à Venezuela, a intimidação do Panamá, as ambições dirigidas à Groenlândia, o cerco e a radicalização do bloqueio à Cuba, as ameaças à Colômbia e ao México, as práticas dos tarifários unilaterais perpetrados pelo presidente dos EUA, afetando inclusive o Brasil, têm imposto recuos e atitudes conciliatórias inaceitáveis.

Não se trata de propor fanfarronadas nem de exigir enfrentamentos inviáveis. Sabemos

bem que apenas nas fábulas infantis o rato consegue vencer o gato. Negociar é uma imposição das circunstâncias, o que não significa subserviência. É urgente que os governos das Américas ao sul do Rio Grande encarem com seriedade e sentido de urgência a necessidade de se prepararem para situações de crise que podem acontecer a qualquer momento no contexto da “diplomacia coercitiva” adotada pelos EUA.

É preciso alertar e mobilizar a opinião pública, propor resoluções de crítica e protesto no âmbito das instituições internacionais, mobilizar aliados efetivos e potenciais, sobretudo no campo das democracias, enfim, manter um mínimo de respeito próprio e de senso de dignidade face a ameaças descabidas do governo dos EUA.

As conversas da atual presidente da Venezuela, Delcy Rodríguez, e de seus aliados políticos com Chris Wright, enviado especial do governo dos EUA, em 13 de fevereiro passado, depois do sequestro de Nicolás Maduro e do bloqueio imposto pelos navios de guerra estadunidenses à Venezuela, é uma manifestação de baixaza raramente vista nos anais internacionais.

Uma potência estrangeira (no caso, os EUA) sequestra o presidente do país, assume o controle da sua economia, sem nenhum argumento a não ser o uso (e o abuso) da força, e, diante disso, os dirigentes políticos e militares venezuelanos curvam-se ao *diktat* e se permitem cumprimentar, sorrindo, os representantes da potência agressora.

Do mesmo modo, a viagem do presidente colombiano a Washington, depois dos insultos desferidos contra ele por Donald Trump é um ato surpreendente, considerando o histórico de altivez e de autonomia do líder da Colômbia. Mesmo os governos de México e Brasil assumem uma atitude tímida, dando a impressão de que estamos vivendo um período de normalidade, contribuindo para naturalizar a agressão que não pode – e não deve – ser igualada a divergências políticas e diplomáticas usuais.

A passividade das lideranças latino-americanas e das esquerdas em geral diante do cerco que os EUA empreendem neste momento contra Cuba é uma outra expressão questionável de conciliação. Uma atitude de avestruz. Um surpreendente negacionismo. Imaginam conjurar o perigo com pedidos de clemência e gestos conciliatórios?

É preciso resgatar as tradições históricas de resistência. Na própria América Latina, a revolução cubana nos anos 1960, enfrentou com dignidade e coragem as ameaças e as intervenções dos EUA. Na África, a revolução argelina e a saga da luta antirracista de um Mandela na África do Sul são exemplos de luta que pareciam desesperadas e que, afinal, pela persistência, venceram.

Na Ásia, a luta do povo do Vietnã é um outro exemplo. Na atualidade, é bela a resistência do povo ucraniano à invasão russa. É certo que a conjuntura internacional hoje é muito distinta em seus principais aspectos, mas não devem ser esquecidos princípios básicos, políticos e éticos.

O que se depreende de todos os referidos exemplos é que os jogos de poder nem sempre

se resolvem a favor dos mais fortes. E que atitudes e políticas de apaziguamento e conciliação nunca foram ou serão capazes de persuadir governos e políticas de agressão. O que está em jogo, definitivamente, é nada menos do que a sobrevivência política e a dignidade dos estados e das sociedades ao sul do Rio Grande.

A SUPOSTA NOVA RIQUEZA DO IMPERADOR

*Paul Krugman**

Quando George W. Bush invadiu o Iraque em 2003, ele afirmou que o objetivo era estabelecer um regime democrático. Membros de sua administração podem até ter acreditado nisso, mas muitos críticos de esquerda insistiam que tudo girava em torno de tomar o petróleo do Iraque.

Embora eu fosse um opositor declarado daquela guerra e profundamente cético em relação às motivações do governo de George W. Bush, nunca acreditei na história de que aquela “guerra era pelo petróleo”. A principal motivação para aquela guerra, ainda acredito, foi sacudir o imaginário popular – usar uma vitória militar vistosa para garantir a reeleição do então presidente dos Estados Unidos. Segundo alguns cientistas políticos, esse foi um objetivo que a guerra, de fato, alcançou.

A investida de Donald Trump na Venezuela é uma história bem diferente. Durante sua coletiva de imprensa triunfalista após o sequestro de Nicolás Maduro, Donald Trump nunca usou a palavra “democracia”. No entanto, ele usou o termo “petróleo” por 27 vezes, declarando: “vamos recuperar o petróleo que, francamente, deveríamos ter recuperado há muito tempo.”

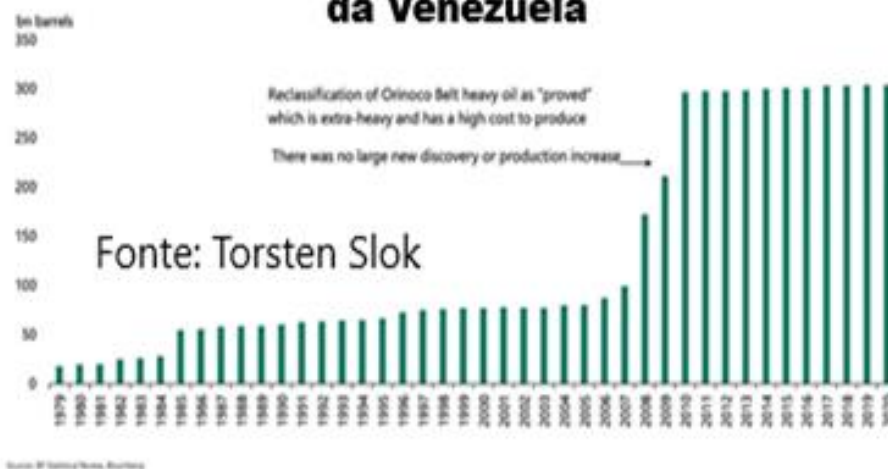
Mesmo assim, seja lá o que os EUA estão fazendo na Venezuela, não se trata verdadeiramente de uma guerra por petróleo real. É, em vez disso, uma guerra por fantasias petrolíferas. A vasta riqueza que Donald Trump imagina estar lá esperando para ser tomada não existe verdadeiramente.

Pode-se ter ouvido dizer que a Venezuela possui as maiores reservas de petróleo do mundo – 300 bilhões de barris. Tais ouvintes provavelmente não sabem que as reservas de petróleo reportadas da Venezuela triplicaram durante o período em que Hugo Chávez se manteve como presidente. Esse aumento, de cerca de 100 bilhões para 300 bilhões de barris, não refletiu grandes descobertas ou explorações.

Em vez disso, ele veio de uma decisão do governo Chávez de reclassificar o petróleo pesado do Cinturão do Orinoco como “comprovado” – petróleo que pode ser recuperado com razoável certeza sob as condições econômicas e operacionais existentes.

*Professor de economia na Universidade da cidade de Nova Iorque (CUNY). Foi prêmio Nobel de Economia em 2008. Autor, entre outros livros, de *A consciência de um liberal* (Record). [<https://amzn.to/4pxvBaY>]. Tradução: **Eleutério F. S. Prado**. Publicado no site *A Terra é Redonda* em 11.01.2026.

O pulo nas reservas de petróleo da Venezuela



Como observou recentemente Torsten Slok, da Apollo, “grande parte do petróleo é extrapesada, com baixa recuperação e alto custo de produção”. Isso sugere que as alegações da Venezuela de que possui imensas reservas de petróleo utilizáveis são um exagero criado com um fim político.

Essa visão é apoiada pelo fato de que o enorme aumento nas reservas de petróleo da Venezuela relatadas não foi seguido por um aumento na produção. Pelo contrário, a produção venezuelana de petróleo logo despencou:

A produção de petróleo despencou na Venezuela



A queda da produção ocorreu também devido a uma degradação constante da infraestrutura petrolífera da Venezuela; sabe-se que ela requer agora, por vários anos, muitos bilhões

de dólares em investimentos para ser restaurada. Diante desses custos, além da instabilidade política, é bem evidente que as grandes petrolíferas não estão entusiasmadas com a ideia de investir na Venezuela.

No início da semana passada, Donald Trump sugeriu que poderia reembolsar as empresas petrolíferas por investimentos no país que afirma – sem base real – controlar, reembolsando-as pelos gastos que viessem a ter para extrair petróleo no Cinturão do Orinoco. Ou seja, ao invés do discurso versar sobre as grandes oportunidades de lucro, passou a propor na prática que é preciso subsidiar os investimentos na indústria do petróleo na Venezuela às custas dos contribuintes dos EUA.

O que não quer dizer que ninguém tenha lucrado com o sequestro de Nicolás Maduro. Alguns meses atrás, o bilionário trumpista Paul Singer comprou a Citgo, a antiga filial americana da empresa estatal de petróleo venezuelana. A Citgo possui três refinarias na Costa do Golfo construídas sob medida para processar petróleo venezuelano, refinarias estas que sofreram com o embargo dos EUA à importação desse petróleo. Se Donald Trump levantar esse embargo, Paul Singer terá um grande ganho. Mas esse ganho inesperado não terá nada a ver com a retomada da produção venezuelana.

Paul Singer fez enormes doações políticas para Donald Trump, levantando questões sobre o quanto ele próprio teria influenciado as políticas do atual mandatário. A compra de Citgo parece agora como um bom investimento. O que que será que ele sabia sobre o que iria acontecer?

Em um nível mais profundo, a aparente crença de Donald Trump de que o petróleo no subsolo é um ativo precioso está desatualizada há décadas. Hoje em dia, o petróleo está barato pelos padrões históricos. Eis abaixo o preço real do petróleo – seu preço ajustado pela inflação geral – desde 2000. Os preços do petróleo estão baixos principalmente devido ao aumento da oferta devido ao uso do método de fracionamento que é utilizado principalmente nos EUA. Como há ainda potencial de extração por esse método, os preços se manterão provavelmente em níveis baixos no futuro próximo.

O preço de equilíbrio do petróleo fractado – o preço pelo qual é lucrativo apenas perfurar um novo poço – é cerca de 62 dólares por barril nas regiões produtoras mais importantes dos EUA. Embora os preços globais do petróleo flutuem, eles tendem a voltar ao preço de equilíbrio, mesmo quando dele se afastam por alguns anos.



Ora, 62 dólares por barril não seria alto o suficiente para tornar lucrativo investir no Cinturão do Orinoco, onde o ponto de equilíbrio estimado é superior a 80 dólares por barril, mesmo sem riscos políticos.

Em resumo, a crença de Donald Trump de que conquistou um prêmio em lucros futuros nos campos petrolíferos da Venezuela parece uma fantasia irrealista. Ora, ela seria uma fantasia mesmo se os Estados Unidos realmente estivessem no controle de uma nação; contudo, como se sabe, na prática, este país latino-americano ainda é controlado pelos mesmos grupos que a controlaram antes do sequestro de Nicolás Maduro.

DESLOCAMENTO GEOECONÔMICO E POPULACIONAL

*Marcio Pochmann**

O Brasil vive uma silenciosa marcha para o interior, impulsionada pela desindustrialização das metrópoles e pela expansão do modelo primário-exportador, redefinindo população, trabalho e território.

Desde o final do século XX, o Brasil vem mudando de forma relevante o seu padrão histórico de ocupação do território. Após décadas em que a produção, a população e a ocupação se concentravam nas grandes metrópoles litorâneas, observa-se uma crescente desconcentração relativa.

O interior do país e as cidades médias crescem mais rapidamente do que as capitais e as regiões metropolitanas tradicionais. Esse deslocamento não é apenas demográfico, pois se apresenta como expressão direta da transformação estrutural do capitalismo contemporâneo que impõe novos desafios para a governança do território, planejamento, políticas públicas e produção de estatísticas e a geociências oficiais.

A nova geoeconomia do país resulta de um duplo movimento que acontece simultaneamente. De um lado, o processo de desindustrialização foi mais intenso nas áreas metropolitanas litorâneas, uma vez que somente as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre responderam por quase quatro quintos da desindustrialização do país.

De outro lado, a especialização da estrutura produtiva mais voltada a produção primário-exportadora avanço para a sua interiorização. Tanto assim que pode estar apontando para uma espécie de marcha para o Oeste brasileiro, considerando a evolução do movimento redistributivo da população, produção e ocupações no espaço nacional.

Com isso, os antigos centros industriais localizados nas regiões litorâneas perdem parcela da densidade produtiva e empregos no setor manufatureiro. Em sequência, novas áreas de parte do interior do país ganham dinamismo econômico impulsionado pela especialização produtiva, sobretudo pelo protagonismo do setor primário-exportador.

Mudanças na dinâmica populacional e nos fluxos migratórios

Dados censitários e estimativas populacionais indicam que, entre 2000 e 2022, por exemplo, que os municípios não metropolitanos tiveram crescimento médio superior ao das capitais e regiões metropolitanas. Naquele mesmo período, as capitais expandiram, em média, 0,8% ao ano, as regiões metropolitanas sem capitais em 1,0%, os municípios do interior em 1,3% e as cidades médias (100 a 500 mil habitantes) em 1,6%.

*Professor titular de economia na Unicamp, é o atual presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Autor, entre outros livros, de *Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural* (Editora da Unicamp). [<https://amzn.to/46jSkQk>]. Artigo publicado originalmente no site *A Terra é Redonda* em 25.02.2026.

Essas informações sinalizam uma mudança do eixo dinâmico do dinamismo populacional, com destaque para as cidades médias no interior das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Uma mudança de padrão vinculado ao novo perfil migratório, uma vez que atualmente predominam migrações urbano–urbano, muitas vezes de curta distância.

As regiões metropolitanas do país como São Paulo e Rio de Janeiro têm registrado saldos migratórios internos negativos, ao mesmo tempo em que os polos regionais do interior absorvem parcelas crescentes da população. Em termos práticos, há perda líquida nos espaços metropolitanos mais caros e densos e ganho em periferias metropolitanas, cidades médias e interior que resulta do movimento coerente com a dispersão urbana e a busca por custos menores e melhor qualidade de vida.

No estado de São Paulo, por exemplo, a capital paulistana ampliou o saldo líquido migratório negativo médio anual de cerca de 32 mil pessoas/ano (2000–2010) para cerca de 76 mil pessoas/ano (2010–2022). O interior do estado paulista, por sua vez, continuou ganhando população, ainda que com a desaceleração (de cerca de 80 mil/ano para 50 mil/ano nos mesmos intervalos).

Além disso, convém ressaltar que o perfil dos migrantes contemporâneo também tem mudado significativamente. Com o arrefecimento do êxodo rural, o migrante atual tende a ser mais urbano, em geral mais qualificado e mais apto a se mover entre cidades, sobretudo de porte médio, em uma sociedade de serviços já plenamente urbana e integrada por redes de serviços e conectividade digital.

Um contraste direto e inegável com o período entre as décadas de 1960 e de 1980, quando se consolidou a urbanização concentrada nas capitais e metrópoles litorâneas. Durante a industrialização, por exemplo, dezenas de milhões de brasileiros migraram direta ou indiretamente do campo para grandes cidades, enquanto o interior perdia população.

Estrutura produtiva transformada pela desindustrialização

A reorganização econômica geográfica do país reflete o conjunto das transformações na estrutura produtiva em curso desde 1990. A partir da abertura comercial acelerada e pouco planejada, acompanhada de privatizações e desnacionalizações, o Brasil passou a conviver com a desindustrialização, especialmente em segmentos de maior intensidade tecnológica e com forte marca metropolitana em grande parte das regiões litorâneas.

A participação da indústria de transformação no PIB caiu de forma expressiva em relação ao auge da sociedade industrial na passagem dos anos de 1970 para 1980. Os principais indícios da desindustrialização prematura aconteceram nas grandes regiões geográficas do Sudeste, Sul e Nordeste, enquanto outras regiões exibiram trajetória distinta, o que reforçou o fenômeno do deslocamento econômico, demográfico e ocupacional na dimensão espacial.

Com o esfriamento da centralidade produtiva nas regiões litorâneas outrora as mais

dinâmicas, o interior do país passou a deter certo protagonismo vinculado à expansão da produção de *commodities* e da infraestrutura comprometida com a viabilização do ciclo exportador. Consolidou-se, assim, uma nova fronteira econômica que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí, alcançando o Pará, articulando soja, carne e mineração.

Essa interiorização não ocorre como uma simples repetição do ciclo industrial e urbano ocorrido mais centrado nas regiões litorâneas. Atualmente, o processo de interiorização tem sido movido pela retomada do modelo econômico primário-exportador que se organiza em torno de cadeias intensivas em recursos naturais, logística e serviços associados à demanda externa, com pouca mobilização integrativa interna.

Neste início do século XXI, o movimento da desconcentração econômica segue mais intenso em algumas regiões litorâneas, sem compensar, contudo, o impacto nacional derivado do enfraquecimento da capacidade das capitais em reter população. No período 2002–2023, por exemplo, as grandes regiões geográficas como Norte e Nordeste registraram o crescimento anual médio de renda *per capita* mais elevado do que Sul e Sudeste.

Somente a região Centro-Oeste conseguiu elevar a sua posição relativa. O salto da terceira, em 2002, para a primeira posição nacional na renda *per capita*, em 2023, o que permitiu ultrapassar o Sul e Sudeste, revelou o peso do modelo primário-exportador e seus encadeamentos com agroindústria, serviços e construção na região Centro-Oeste.

Repercussões na distribuição ocupacional no território nacional

No primeiro terço do século XXI ocorreu no Brasil uma importante reorganização da ocupação em todo o território nacional. Nas metrópoles pertencentes às regiões litorâneas, a perda de densidade manufatureira foi acompanhada pela conversão de parte do emprego industrial de maior valor agregado em serviços, muitas vezes de baixa produtividade e maior precarização e informalidade.

No ano de 1985, por exemplo, cerca de dois terços dos empregos existentes no setor industrial estavam concentrados no conjunto das capitais e regiões metropolitanas e somente um terço em todo o interior do país. Quatro décadas depois, quase 55% do total dos empregos industriais se localizam no interior do país.

Em paralelo, o processo de interiorização da população, produção e ocupações acontece combinado com a abertura de novas fronteiras econômicas. Em grande medida são as responsáveis pela mobilização de ocupações associadas ao ciclo das *commodities* e suas repercussões na agroindústria, logística, construção, serviços públicos descentralizados e serviços privados que acompanham a nova renda regional.

Ao mesmo tempo, a interiorização recente tendeu a se apoiar, em grande medida, nas atividades econômicas menos complexas e mais dependentes das decisões provenientes do exterior. Assim, a expansão econômica no território e o crescimento nos serviços e infraestrutura

transcorrem sem que, necessariamente, alcancem a mesma densidade tecnológica e produtiva que antigamente a indústria de transformação gerava nos antigos polos litorâneos.

Isso, talvez, ajude a entender parte das razões da estagnação da produtividade no Brasil desde os anos de 1980. Mesmo que o processo de interiorização em curso contribua para adicionar um novo componente geopolítico-logístico para a mobilidade populacional e ocupacional, a perda de participação do Brasil no Produto Interno Bruto mundial não foi interrompida.

Acresce, ademais, que o avanço da demanda externa por *commodities* com respostas positivas em regiões não litorâneas tem sido acompanhado por importantes investimentos internos e externos. A experiência atual das rotas de integração sul-americana busca viabilizar os novos corredores de transporte (ferrovias, hidrovias e rotas multimodais) que reforçam ainda mais a conexão entre interior produtivo do país e os mercados globais desde a nova saída exportadora pelos portos do Oceano Pacífico.

Com o encurtamento de distâncias logísticas entre a produção nacional e os locais de consumo externo, a garantia da maior competitividade nacional própria do modelo primário-exportador. Nesse contexto global que o Brasil redefine a sua posição na Divisão Internacional do Trabalho, tendo o ingresso de investimentos estrangeiros em energia e infraestrutura papel complementar.

Assim como a Inglaterra teve centralidade no comércio externo brasileiro durante o século XIX, os Estados Unidos exerceram função equivalente no século XX, ao passo que a China ocupa essa mesma posição atual. No ano de 2025, por exemplo, a China respondeu por 28,7% do total das exportações brasileiras e por 43% do *superávit* comercial do Brasil. De todas as *commodities* exportadas, 74,1% foram para os chineses que responderam por 79% das vendas externas de soja, 67% do minério de ferro e 45% do petróleo.

O avanço do Brasil no século XXI caracteriza-se por uma nova configuração territorial de sua população, estrutura produtiva e distribuição ocupacional. As metrópoles litorâneas mais servicializadas e menos industriais, enquanto parte do interior do país mais dinâmico por cadeias exportadoras e serviços associados.

Em função disso, a mobilidade populacional tem sido marcada pelo processo de interiorização, sobretudo a dispersão urbana com fortalecimento de cidades médias. Isso redefine as prioridades do planejamento territorial, oferta de serviços públicos, regulação urbana, logística e da própria forma de produzir e interpretar estatísticas e a geociências sobre o trabalho, a renda e a população brasileira.

ANCORAGEM CAMBIAL E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

*Carlos Águedo Paiva**

Introdução

Entre 1932 e 1980, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média de 6,71% a.a. Entre 1981 e 2024 a taxa média de crescimento foi de 2,17% a.a. Já passou da hora de entendermos que essa alteração na dinâmica econômica é irreduzível a acertos e/ou erros das políticas econômicas em curso: ela tem uma dimensão estrutural.

De Getúlio Vargas a Ernesto Geisel, o país passou por inúmeros governos que adotaram as mais distintas políticas econômicas. Mas, para além das gestões, havia uma unidade central: a escassez de divisas, que funcionava como âncora expectacional; independentemente do governo, o empresariado tinha certeza de que o dólar era caro e continuaria caro.

A escassez de divisas baseava-se nas restrições do mercado externo para a produção excedente da agropecuária nacional: os EUA era um grande produtor e exportador agrícola; a Europa operava com políticas de segurança alimentar; os mercados dos países da órbita socialista eram essencialmente fechados; e os países pobres da África e da Ásia não contavam com as divisas necessárias para adquirir a produção excedentária brasileira.

A teoria cepalina da industrialização por substituição de importações parte da assertiva correta de que a carência de divisas funciona como estímulo à industrialização. Afinal, ela não garante apenas a rentabilidade imediata da indústria pelo encarecimento do preço dos importados. Quando há efetiva escassez de divisas, o país é obrigado a adotar múltiplas taxas de câmbio. E quanto maior a expressão da produção nacional, tanto mais cara fica a divisa para importar um similar estrangeiro: a proteção cambial não era estática; ela aumentava com a ampliação e qualificação da produção interna.

Mas há um outro desdobramento da escassez de divisas que escapou à grande maioria dos teóricos da industrialização por substituição de importações. A ausência de um mercado externo sólido e crescente para a produção agrícola brasileira tornava praticamente todo o agro-negócio não-cafeeiro dependente da expansão do mercado interno; vale dizer, comprometia-o com políticas de urbanização e industrialização.

De Getúlio Vargas a Ernesto Geisel havia um “centrão orgânico”, representado por agremiações políticas e/ou partidos tais como o PSD (de Dutra e JK), o PSP (de Ademar de Barros), o PRP (de Plínio Salgado), o MDB e as “Arenas 2” (durante a ditadura). A base desses partidos não era composta por agentes oriundos da indústria e/ou diretamente comprometidos e beneficiados com a industrialização.

Ela era composta por agentes daquelas cadeias cuja rentabilidade era função da existência e expansão de uma massa de assalariados aptos a consumir sua produção. A expansão

*Doutor em economia pela Unicamp. Artigo publicado originalmente no site A Terra é Redonda em 15.01.2026.

da demanda sobre carne (seja in natura, resfriada, congelada, enlatada ou na forma de charque e carne de sol), de cana-de-açúcar (e derivados: açúcar, melado, cachaça, álcool), de arroz, feijão, trigo, algodão, tecidos, vestuário, hortifrutigranjeiros, vinho etc. dependia da expansão do emprego urbano. E, portanto, dependia do avanço da industrialização.

A inserção econômica do Brasil no mundo contemporâneo é completamente distinta. Com a emergência da China como centro da acumulação internacional, o mercado para *commodities* agrícolas e minerais passou por uma enorme expansão. Do Oiapoque ao Chuí, o agronegócio brasileiro volta-se, hoje, ao mercado externo. Seu carro chefe é a soja; mas há demanda externa para milho, algodão, frutas, madeira, proteína animal etc.

A demanda por *commodities* minerais também é crescente. O desdobramento dessa expansão do mercado mundial é dúplice: a restrição de divisas é cada vez menor (com impacto sobre a taxa de câmbio), assim como a relevância do mercado interno para a expansão das cadeias produtivas (já não mais) periféricas baseadas em *commodities*. Perdemos, ao mesmo tempo, a proteção cambial (as divisas caras) e o bloco histórico (o “centrão orgânico”) que sustentava o Estado nacional desenvolvimentista e suas políticas industrializantes.

Ancoragem cambial e desindustrialização

A crise do Estado desenvolvimentista tem início com a crise da ditadura militar, mas só vai se consolidar nos dois mandatos de FHC. Nos estertores da ditadura, a perda de apoio político ao *ancien régime* era crescente. Ela advinha, de um lado, da própria urbanização e industrialização, que levava à emergência de um operariado e de uma classe média avessos à concentração de renda e à repressão política. Mas, a partir da crise da dívida externa, emerge uma oposição burguesa ao antigo regime. E o resultado será a fragilização da capacidade de planejamento público nos governos de João Figueiredo e José Sarney.

Mas a desestruturação do Estado planejador não foi acompanhada imediatamente pelo fim da âncora expectacional. Na verdade, a escassez de divisas foi maximizada nos anos 1980. O que vai se traduzir na expansão da participação da indústria de transformação no valor agregado bruto total do país até 1986, quando atinge 27,3% (Morceiro, 2021, Tabela 4).

A participação da indústria de transformação no valor agregado bruto total começa a cair a partir de 1987, mas ainda supera os 20% em 1990. Por quê? Porque a proteção cambial à indústria interna havia sido elevada pelas maxidesvalorizações de 1979 e 1983. É só quando o combate à inflação passa a dar a tônica das políticas econômicas internas que emerge o processo de desindustrialização.

Do Cruzado ao Real, todos os programas de controle da inflação se utilizaram, de uma forma ou de outra, da ancoragem cambial. O congelamento dos preços de 1986 não foi capaz de impedir a emergência de uma inflação interna. Mas a taxa de câmbio do cruzado com o dólar foi mantida rigorosamente estável até 1987, impondo a sobrevalorização da moeda interna e a

exposição competitiva da indústria.

No Plano Collor a exposição competitiva foi ainda maior, pois o sequestro das aplicações financeiras em moeda nacional estimulou a venda de dólares, que levou à queda do valor da divisa. Por fim, com a emergência do Plano Real, a ancoragem cambial – e, o seu desdobramento necessário, a sobrevalorização da moeda interna – passa a ser a política estruturante do controle dos preços. O resultado dessa estratégia de combate à inflação é a queda persistente da participação da indústria de transformação no valor agregado bruto total, que será de meros 13,8% em 1998.

De 1999 a 2024, a participação média do valor agregado bruto da indústria de transformação no valor agregado bruto total praticamente não se alterou. Não obstante, a estabilidade da média esconde flutuações muito esclarecedoras. Entre 1999 e 2006, a participação média da indústria de transformação no valor agregado bruto total voltou a crescer e atingiu 16%.

Tal como procurei demonstrar no terceiro e quarto capítulos de *A economia política do atraso*, essa recuperação da indústria de transformação no valor agregado bruto total não pode ser atribuída a qualquer inflexão das políticas industriais e fiscais de Malan/Fraga (segundo mandato de FHC) ou Palocci/Meirelles (primeiro mandato de Lula) com relação às políticas de Malan/Franco (primeiro mandato de FHC). A fugaz recuperação da indústria de transformação resultou das desvalorizações de 1999 (com o fim da âncora nominal estrita) e de 2001-2002 (com a especulação contra o real alimentada pela expectativa de eleição de Lula).

Com a revalorização do real – derivada da política monetário-cambial ortodoxa de Meirelles e, posteriormente, de Tombini – a participação da indústria de transformação no valor agregado bruto volta a cair. No período 2007-2014, a participação média será de 14,3%; mas, mais uma vez, a média é ilusória: a queda é persistente ao longo dos oito anos e a participação da indústria de transformação no último ano da série será de meros 12%. Uma participação que irá persistir no período 2015-2024.

Por que a ancoragem cambial é tão perversa para a indústria de transformação? Porque ela só funciona como âncora dos preços dos bens *tradables*, vale dizer, dos bens importáveis e exportáveis. São três os setores que produzem *tradables*: a agropecuária, a indústria extrativa mineral e a indústria de transformação. Os bens oriundos da construção civil e dos serviços não são *tradables* (transportáveis), não podem ser importados e, assim, seus preços internos não são afetados pelas variações na taxa de câmbio.

Ocorre, porém, que o Brasil tem vantagens competitivas estruturais na produção agropecuária: somos o único país do mundo que pode ter até três safras de verão no mesmo ano. E contamos com vantagens competitivas estruturais na produção de inúmeras *commodities* minerais. Além disso, a fome de *commodities* da China tem colocado seus preços em níveis ímpares, muito superiores aos praticados no século passado; o que torna esses setores imunes aos efeitos perversos da ancoragem cambial.

De outro lado, não existem vantagens estruturais na indústria de transformação. Elas têm que ser construídas e reconstruídas sistematicamente, a partir de investimentos inovativos, que dependem da existência de “âncoras expectativas”; seja no plano da preservação de políticas industriais e de apoio à inovação, seja no plano da estabilidade (ou aumento) da exposição à concorrência externa.

Nunca contamos com estabilidade política e das políticas industriais; mas contávamos com proteção cambial. Não contamos mais. E ainda há quem se pergunte por que a indústria de transformação passou, de locomotiva da economia interna entre 1932 e 1980 (quando crescia a mais de 9% a.a.), para o “vagão que freia o comboio”, a partir de 1981, quando passou a crescer 0,89% a.a. (vide os capítulos 1 e 2 de Paiva, 2025).

O problema maior é que – ao contrário do que tantos pretendem – a inflação não se encontra sob controle no Brasil. Entre julho de 1994 e dezembro de 2024 inflação total foi de 753,05%: duas vezes superior à média mundial e três vezes superior à média da chamada “Ásia Emergente”, onde se encontram os países (como China, Índia, Indonésia, Malásia e Vietnã) com as maiores taxas mundiais de crescimento do PIB. Por que é assim?

Procurei explicar as determinações de nossa inflação nos três últimos capítulos de Paiva, 2025 . Mas o ponto de partida é facilmente compreensível: basta observar os diferenciais da taxa de inflação setoriais. Entre julho de 1994 e dezembro de 2024 a inflação acumulada em *tradables* foi de 482,60%; em não-*tradables*, foi de 861,5%; e no setor de bens e serviços “monitorados”, foi de 1168,74%. Vale dizer, a inflação nos bens e serviços (pretensamente) “monitorados” foi 2,42 vezes maior do que em *tradables*; uma diferença de 686,13 pontos percentuais.

A verdade é que nossa inflação é particularmente elevada nos segmentos que não são controlados pela ancoragem cambial: “monitorados” e não-*tradables*. Os primeiros são, fundamentalmente, os serviços privatizados por FHC, os quais contam, tanto com sistemas de indexação automática, quanto com elevado poder de monopólio: seus preços sobem muito acima da média.

Por sua vez, o segmento de não-*tradables*– serviços e construção civil, responsáveis por 70% do emprego formal e informal da economia – passou a ter seus preços inflados pela pressão de custos associada às políticas salariais do PT, que buscam deprimir a concentração de renda pela elevação do salário-mínimo nominal acima da inflação pgressa.

O que resulta no ciclo recorrente: (i) a inflação emerge em monitorados e em não-*tradables*; (ii) o Banco Central eleva a taxa de juros básica com vistas a ampliar o diferencial entre os juros internos e os externos e atrair *hot Money*; (iii) o diferencial de juros leva à ampliação do fluxo de capital e das reservas; (iv) parte do excedente de divisas é jogado no mercado e o preço do dólar cai; (v) os produtos importados caem de preço, pressionando a margem de lucro da indústria de transformação. E só da indústria de transformação. É nós!

FHC e Gustavo Franco berram que nossa desindustrialização resulta apenas da incompetência do empresariado industrial, incapaz de investir e inovar. Nem tente perguntar a eles por que, então, a indústria de transformação crescia a 9% a.a. em nossos “Anos Dourados”. Eles não saberão responder. O problema não se encontra neles. O problema se encontra no fato de que nove em cada dez economistas e “achólogos” de esquerda concordam com eles.

A era FHC

A era FHC é irredutível ao Plano Real e à exposição competitivo-cambial da indústria de transformação. Na verdade, o Plano Real foi a concessão necessária à inauguração dessa nova fase de nossa história. As eleições de 1989 evidenciaram os riscos inerentes ao sufrágio universal para a Presidência da República. Impedir a eleição de Lula já nesse pleito foi uma tarefa árdua. Se não houvesse controle da inflação, o PT seria alçado à Presidência da República em 1994.

E um eventual governo popular se depararia com um amplo conjunto de instrumentos para recuperar as políticas desenvolvimentistas da “Era Vargas”, colocando os aparelhos do Estado a serviço da inclusão social e da distribuição da renda e do patrimônio. Era preciso emascular o Estado ainda mais.

A Constituição de 1988 já havia ampliado o controle do Poder Legislativo sobre o Orçamento, o poder de fiscalização dos Tribunais de Contas e do Ministério Público sobre o Executivo além de ter, na prática, autonomizado o Banco Central: desde 1988, que o Presidente da República apenas indica o agente responsável pela definição da taxa básica de juros e, por extensão, pela taxa de câmbio, pela exposição competitiva industrial e pelo padrão de organização e concorrência do sistema financeiro. Tal como no caso dos Ministros do STF, após a promulgação da “Cidadã”, era o Senado que aprovava – ou não! – o Presidente do Bacen. A definição final cabe ao Senado. Ouvida a Febraban, claro.

Mas, na concepção de FHC, esses movimentos de emasculação do Poder Executivo ainda eram insuficientes. Era preciso extirpar seu “excessivo” poder de apropriação de excedente, de investimento e de interferência sobre o sistema de preços (e, por extensão, sobre o sistema distributivo) através da privatização do complexo produtivo estatal, desde a rentável mineradora Vale do Rio Doce, até o complexo Siderbrás, parte expressiva do sistema elétrico, o sistema de comunicações e telefonia, os transporte ferroviário, parte do sistema rodoviário (via concessão e pedagiamento), todo o sistema financeiro dos Estados Federados e parte do sistema financeiro federal. Mais: com a criação das Agências Reguladoras retirava-se autoridade do Executivo Federal no controle dos preços e da qualidade dos Serviços Concedidos.

Esse último movimento – que FHC caracterizou como o marco do “início do fim da Era Vargas” – não era menor: ele retirava do Executivo poder de monitoramento efetivo dos preços dos serviços privatizados, o que levaria a taxas de inflação exorbitantes, as quais seriam

enfrentadas através da âncora “juro-câmbio”. É um golpe de mestre. De um lado, criava-se uma nova burguesia de estufa, filha e cliente do patriciado tucano. De outro, assegurava-se a estruturalidade de taxas de juros elevadas e, por extensão, da elevada rentabilidade do segmento financeiro que havia “sofrido perdas” com a queda da inflação.

Afinal, o sistema de controle de inflação adotado desde 1994 está baseado na ancoragem cambial via sustentação crônica de um diferencial entre os juros internos e os juros internacionais: essa é a condição necessária à obtenção do saldo positivo na Balança de Capital, capaz de compensar o déficit em transações correntes (tornado estrutural a partir da internacionalização dos setores de serviços e finanças) e controlar a taxa de câmbio.

Além disso, FHC extinguiu (via PEC) a diferenciação entre capital nacional e estrangeiro, limitando o poder discricionário do Executivo Federal para operar políticas industriais de cunho nacional-desenvolvimentista. Também aprofundou a autonomia do Banco Central através da virtual extinção do Conselho Monetário Nacional. E, por fim, acicatou ainda mais a autonomia dos Executivos das três esferas da Federação na gestão do orçamento e administração de dispêndios através da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A LRF – que ampliou o poder de fiscalização e jurisdição dos Tribunais de Contas – foi introduzida no último de seu segundo mandato, de forma a controlar os dispêndios dos futuros administradores, sem incidir sobre os oito anos de seus dois mandatos.

Conclusão

Para a surpresa de seus artífices, a “emasculação” e depressão da capacidade e autonomia de gestão e planejamento do Executivo não foi suficiente para impedir quatro eleições consecutivas do PT para a gestão nacional. Dilma teve que ser derrubada por um golpe e Lula teve que ser preso e silenciado para que Michel Temer e Jair Bolsonaro fossem guindados à presidência na tentativa de “completar a obra de FHC”, com novas privatizações, aprofundamento das circunscções legais à administração fiscal e aprofundamento da autonomia do Banco Central. E, mesmo assim, Lula foi eleito em 2022, impediu o golpe de 2023 e, muito provavelmente, assumirá um novo mandato em 2026.

Não é difícil explicar o sucesso das gestões petistas: elas colocaram os pobres no orçamento, promoveram a distribuição da renda e, por extensão, ampliaram o multiplicador da economia, com impactos positivos sobre a renda e o emprego global. Mas não foram capazes de reverter a fragmentação do Estado, as privatizações e a autonomização do Banco Central, que retiraram controle efetivo do Executivo sobre a política econômica e, por extensão, impedem a retomada de uma política desenvolvimentista e industrialista eficaz, eficiente e efetiva.

Um tal movimento só seria possível se, para além da base popular, os governos do PT pudessem contar com um segmento do empresariado que desse sustentação efetiva ao projeto de reindustrialização nacional. Esse segmento deixou de existir desde o momento em que a (antiga)

periferia passou a contar com um mercado externo crescente para sua produção agropecuária e mineral excedente.

É possível reconstruir um bloco histórico desenvolvimentista? Sim, é. Mas, para tanto, seria necessário desatar o nó górdio da economia nacional: a inflação. A verdade é que o Plano Real não colocou a inflação interna sob controle efetivo. A inflação em monitorados e em não-*tradables* é exorbitante para os padrões internacionais. E a depressão da inflação média se faz pela exposição competitiva que está destruindo a indústria. Aqueles que clamam pela queda da taxa de juros estão certos.

Mas também estão certo aqueles que afirmam que, com juros menores, haverá desvalorização do real e a inflação em *tradables* voltará a emergir. E isso não só porque com um menor diferencial nas taxas de juros interna e externa o ingresso de *hot money* para cobrir o déficit crescente em transações correntes iria diminuir. O ponto central é de ordem expectacional: aqueles que apostam numa fuga para o dólar fugiriam primeiro. Levando ao efeito manada, tão típico de nosso sistema financeiro (nada) nacional.

COMO OS ECONOMISTAS DESPOLITIZARAM A ECONOMIA

*Clara E. Mattei**

É o outono de 1920 e estamos em Bruxelas. Políticos e economistas de toda a Europa estão sentados em mesas de trabalho, reunidos para a primeira conferência econômica internacional da história. Apesar do tom formal e das vestimentas elegantes, a tensão no ar era evidente. Suas declarações revelam uma sensação de cerco, até mesmo angústia, diante do que consideram uma desordem inaceitável, um caos social que está empurrando a economia capitalista para a beira do abismo.

Os trabalhadores manuais, declara o financista inglês Robert H. Brand, foram incentivados a esperar, e esperam, um novo modo de vida, uma grande melhoria em suas condições. Acreditam que essas mudanças, pelo menos no meu país, podem ser alcançadas se o sistema de iniciativa privada for substituído por algum tipo de governo ou propriedade coletiva. Não percebem a dura verdade de que... uma vida melhor, devido às perdas da guerra, só pode ser alcançada agora através do trabalho e do sofrimento.

A conferência foi organizada pela recém-criada Liga das Nações logo após a Primeira Guerra Mundial, com um objetivo crucial: reconstruir uma ordem econômica que havia entrado em colapso. Em toda a Europa, as nações enfrentavam inflação recorde, escassez de alimentos e greves em massa. Os trabalhadores comuns, que haviam sofrido durante a guerra, agora desafiavam a elite financeira e exigiam uma reformulação completa do sistema econômico.

Em meio à turbulência daquele momento convulsivo, políticos e economistas defendiam fervorosamente uma “verdade dura”: o comportamento dos cidadãos precisava ser moldado e controlado de acordo com os princípios da ciência econômica. As pessoas precisavam trabalhar mais, consumir menos e esperar pouco ou nada do governo. Era essencial que os cidadãos renunciassem a qualquer forma de ação trabalhista ou reivindicação de seus direitos econômicos que impactasse o fluxo da produção capitalista. Lord Robert Chalmers, ex-secretário permanente do Tesouro Britânico e um dos representantes da delegação inglesa, afirmou isso claramente: “Trabalhe duro, viva e poupe intensamente”.

Esse lema se traduziu em políticas claras: cortes nos orçamentos governamentais, principalmente naqueles que financiavam serviços sociais como seguro saúde e auxílio-desemprego, juntamente com cortes salariais e aumento de impostos sobre bens básicos.

Ao elaborarem esse rígido pacote de políticas de austeridade rigorosa, os tecnocratas reunidos em Bruxelas estavam bem cientes de que seu plano estava longe de ser popular. Induzir os cidadãos a se submeterem à ordem econômica científica era algo mais fácil de falar do que fazer. O delegado italiano Alberto Beneduce, professor de estatística econômica, não tinha

*Professora assistente no departamento de economia da New School for Social Research e autora do livro "The Capital Order: How Economists Invented Austerity and Paved the Way to Fascism". Tradução de Pedro Silva. Artigo publicado originariamente no site Jacobin.com.br em 25.02.2026

dúvidas sobre a tática a ser usada: era necessário “agir sobre a opinião pública, sobre o estado psicológico das massas, para que elas não mais impedissem, mas ajudassem a restabelecer o orçamento do Estado”. Beneduce expressou essas preocupações durante a discussão plenária de 20 de setembro de 1920.

A data é significativa: naqueles dias e semanas na Itália, a luta de classes atingiu seu ápice. As ocupações de fábricas se espalhavam como fogo em palha seca. Por toda a península italiana, durante mais de um mês, trabalhadores de mais de sessenta cidades assumiram o controle direto da produção em todos os setores, das minas aos estaleiros, das ferrovias às fábricas têxteis. O jornal do establishment, o *Corriere della Sera*, registrou os vibrantes primórdios da ocupação em Milão: “As fábricas, ontem à noite, apresentavam um espetáculo singular. Chegava-se a elas em meio a multidões de mulheres e crianças, que entravam e saíam com jantares para os grevistas. As entradas eram rigorosamente vigiadas por grupos de trabalhadores. Nem sinal de um funcionário ou policial. Os grevistas dominavam completamente o local”.

Uma fotografia emblemática, tirada em setembro, imortaliza esse momento de empoderamento operário: um grupo de trabalhadores do conselho de fábrica — o órgão de autogoverno dos trabalhadores — está sentado à mesa de Giovanni Agnelli, dono da Fiat, a maior montadora de automóveis da Itália. No interior da Itália, os camponeses haviam assumido o controle das terras agrícolas e começado a administrá-las por meio de assembleias democráticas.

O “estado psicológico das massas” inclinava-se para uma sociedade pós-capitalista na qual a propriedade privada dos meios de produção e as relações de poder entre empregadores e empregados seriam substituídas por uma estrutura mais justa. O choque mortal da Primeira Guerra Mundial desencadeou uma nova consciência para o simples fato de que os trabalhadores eram essenciais para a produção de valor e riqueza. Liderados por Antonio Gramsci e outros organizadores sindicais e intelectuais, os conselhos de fábrica eram instituições novas que incorporavam a aspiração à participação democrática na produção e distribuição. Seus esforços estavam capacitando as pessoas a exercerem conscientemente a liberdade econômica e política na “nova sociedade de produtores livres e iguais”.

A inflação crescente alimentou as chamadas do descontentamento. Com a disparada dos preços dos alimentos, os trabalhadores denunciaram os investidores privados que lucravam com sua miséria e até começaram a questionar a justiça de uma economia que funcionava apenas para uma minoria. Os especialistas sabiam que a instabilidade monetária não era um enigma puramente econômico a ser resolvido pela ciência econômica. Era inerentemente um problema político. O renomado economista britânico John Maynard Keynes reconheceu francamente o desafio imposto ao sistema vigente: “A continuidade do inflacionismo e dos preços altos não apenas deprimirá as trocas comerciais, mas, por seu efeito sobre os preços, atingirá toda a base dos contratos, da segurança e do sistema capitalista em geral.”

Do auge de seus privilégios, os especialistas em economia discutiam a inflação como uma questão de desequilíbrio entre a demanda e a oferta na economia, que, em última análise, se resumia à deficiência moral das pessoas. Tendo lutado e conquistado salários mais altos, os trabalhadores eram incapazes de se controlar e se entregavam a comportamentos extravagantes, evidenciados por “aumentos notáveis no consumo desnecessário de bebidas alcoólicas, doces, chocolate e biscoitos”, como ironizou o professor de economia Luigi Einaudi.

Com desdém semelhante, Maffeo Pantaleoni, pioneiro da economia convencional atual, culpava os trabalhadores que “vivem como porcos em suas casas para desperdiçar a maior parte de sua renda com vinho na taverna” pela inflação. “Em meio à turbulência daquele momento convulsivo, políticos e economistas defenderam fervorosamente uma ‘verdade dura’: o comportamento dos cidadãos tinha que ser moldado e controlado de acordo com os princípios da ciência econômica.”

Alguns anos mais tarde, esses especialistas apoiariam a ascensão ao poder do pai fundador do fascismo, Benito Mussolini, cujo governo garantiu uma dose suficiente de austeridade econômica, caracterizada por reduções salariais, cortes nos gastos sociais, privatização de serviços públicos e aumento das taxas de juros. Sua retidão econômica recebeu aplausos de especialistas em economia do mundo todo, incluindo liberais e nacionalistas.

Os economistas contemporâneos não renunciaram ao hábito de culpar os trabalhadores. Essa inclinação persiste e, um século depois, os apontados como culpados ainda são os membros de famílias da classe trabalhadora. Vamos para Washington, D.C., na primavera de 2022. Outra onda de inflação monetária abala a economia global. Os especialistas do conselho diretor do Sistema da Reserva Federal (o Fed) se reúnem a portas fechadas para aumentar as taxas de juros. Eles as aumentaram agressivamente por mais de dois anos, exercendo enorme influência sobre as decisões dos bancos centrais em todo o mundo.

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell e seus colegas refinaram sua linguagem técnica, mas o antagonismo em relação à classe trabalhadora não é menos agudo. Powell proclama que para “restaurar a estabilidade de preços”, os especialistas em economia devem usar suas ferramentas “com força”, e que isso “também trará algum sofrimento”. O sofrimento é para os culpados pela inflação, ou seja, aqueles que consomem demais e trabalham de menos.

Como explica Powell, estamos em um mercado de trabalho “pouco saudável” ou “apertado”, onde há mais vagas de emprego do que pessoas disponíveis, o que dificulta a contratação de trabalhadores qualificados. O objetivo do aumento das taxas de juros é justamente “diminuir a pressão de alta sobre os salários”, graças ao efeito disciplinador do desemprego. De forma semelhante, a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, escreveu em um memorando ao então presidente do Fed Alan Greenspan, em 1996, que o desemprego “serve como um mecanismo de disciplina para os trabalhadores porque a perspectiva de um período de desemprego dispendioso gera medo suficiente da perda do emprego para motivar os trabalhadores a terem

um bom desempenho sem a necessidade de supervisão constante e custosa”.

Em 12 de setembro de 2023, em seu discurso na Cúpula Imobiliária anual do Australian Financial Review, o bilionário australiano e fundador do *think tank* Tim Gurner usou palavras menos sutis para expressar pensamentos semelhantes: “Acho que o problema que tivemos foi que as pessoas decidiram que não queriam mais trabalhar tanto durante a COVID e isso teve um impacto enorme na produtividade. O desemprego precisa aumentar de 40 a 50 por cento, na minha opinião. Precisamos ver a economia sofrer. Precisamos lembrar às pessoas que elas trabalham para o empregador e não o contrário. Precisamos acabar com essa mentalidade, e isso precisa acontecer afetando a economia, que é o que o mundo todo está tentando fazer. Governos ao redor do mundo estão tentando aumentar o desemprego para que a economia volte a uma certa normalidade, e estamos vendo isso. Estamos começando a ver menos arrogância no mercado de trabalho”.

A maioria de nós ouve economistas e líderes financeiros com uma mistura de distração e resignação. Decisões econômicas como o aumento das taxas de juros parecem cenários distantes, muito técnicos para nos afetarem diretamente e sobre os quais, de qualquer forma, pouco podemos fazer. Mas será mesmo assim? Ou será que essa capacidade de “despolitizar” a economia — isto é, a capacidade de negar nossa participação na tomada de decisões econômicas — é justamente a chave para o sucesso de um sistema que nos amarra as mãos e silencia nossas vozes?

A linguagem usada pelos especialistas em economia nos leva a crer que não temos o conhecimento ou a autoridade para participar de decisões econômicas fundamentais que afetam nossas vidas. No entanto, quando examinamos suas ações de perto, vemos que eles estão engajados em um projeto profundamente político: preservar nosso sistema econômico — que eles consideram o único possível. O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, e seus colegas aprimoraram sua linguagem técnica, mas o antagonismo em relação à classe trabalhadora não é menos agudo.

Assim como seus pares de um século atrás, os economistas de hoje usam uma linguagem que esconde uma preocupação existencial com um sistema que, na verdade, não é nem eterno nem natural. O medo de que a desordem social abale a economia capitalista é uma resposta emocional compreensível para quem acredita que seu sustento depende do capitalismo.

Obviamente, em nossa sociedade, a grande maioria das relações sociais é mediada pelo dinheiro. A inflação é assustadora justamente porque desestabiliza a moeda, a base sobre a qual se sustenta toda a nossa economia de mercado. Não só isso, mas a inflação gera alarme, como Keynes observou, e pode corroer o apoio popular ao sistema. Ficamos indignados ao descobrir que o preço dos alimentos dobrou ou que o aumento dos preços da eletricidade ou da gasolina pode acabar com nossas economias. A inflação alimenta o descontentamento social, mas também pode nos levar a perceber que nossa economia não é o melhor sistema possível no

melhor mundo possível.

Em 1919, a inflação levou os cidadãos da Europa a saquear lojas, entrar em greve e se organizar para assumir o controle da produção. Na economia pós-pandemia dos Estados Unidos, a inflação incentivou a sindicalização e a reivindicação de salários mais altos por parte dos sindicatos. Isso levou os trabalhadores a questionarem a autoridade de seus empregadores por meio dos chamados movimentos de boicote e demissão silenciosa, bem como a “Grande Demissão”. Somente em 2022, quase cinquenta milhões de estadunidenses — um terço de todos os trabalhadores dos EUA — disseram “basta” à exploração, deixando seus empregos voluntariamente.

Agora, como fizeram há um século, os tecnocratas observam com ansiedade uma possível mudança na ordem social e apontam o dedo para o principal inimigo: os trabalhadores. Mas não podemos deixar que essas falsas acusações nos façam sentir impotentes. Por que deveríamos aceitar um sistema econômico que enriquece os extremamente ricos enquanto as pessoas comuns sofrem e empobrecem?

A luta

As decisões das instituições econômicas, do Fed ao Tesouro dos Estados Unidos e ao Fundo Monetário Internacional, não são neutras, científicas ou necessariamente morais. Há muito tempo que deixam de servir ao bem comum. A ideia de que a forma econômica atual da nossa sociedade, o que chamamos de capitalismo, seja algo espontâneo, inevitável e tão eterno quanto a gravidade é uma farsa.

A naturalização do capitalismo e nosso hábito de delegar muitas decisões fundamentais a especialistas nos tornam impotentes e fortalecem nossa aceitação passiva de uma sociedade que oprime a maioria. Quase todos os economistas profissionais, assim como as redes de televisão, as mídias sociais e os jornais, perpetuam narrativas que mascaram o funcionamento do nosso sistema econômico em vez de explicá-lo. O fato é que as desigualdades do sistema estão explodindo. Nos Estados Unidos a chamada classe média continua encolhendo enquanto a disparidade de riqueza aumenta: os 0,1% mais ricos detêm mais de cinco vezes a riqueza dos 50% mais pobres, sendo que três pessoas possuem mais riqueza do que 150 milhões de estadunidenses juntos. E o problema não se limita aos EUA.

Na Grã-Bretanha, o 1% mais rico detém mais riqueza do que 70% da população combinada. Desde 2014, o número de crianças vivendo na pobreza aumentou para uma em cada três, enquanto, no mesmo período, o número de bilionários sextuplicou. Globalmente, os super-ricos viram ganhos extraordinários em 2022 e 2023: para cada US\$ 1 de nova riqueza ganha por uma pessoa nos 90% mais pobres, cada bilionário ganhou aproximadamente US\$ 1,7 milhão.

Apesar das alegações de criação de empregos e da mensagem dominante de que o sucesso empresarial beneficia a todos, a realidade é que, em última análise, os ganhos de mercado,

ou o lucro, são contrários ao bem-estar dos cidadãos — enquanto um aumenta, o outro diminui. Nosso sistema econômico atual é coercitivo, e essa é a realidade política crucial que a economia convencional esconde. Mesmo que sintamos que algo está errado quando nos levantamos de manhã para ir a um emprego que não significa nada para nós ou quando lutamos para encontrar tempo para descansar, essa percepção instintiva é sufocada pelas mensagens sociais de que é assim que deve ser. A dissonância entre nossa experiência prática da vida econômica diária — a de alienação e luta — e nossa aceitação dela, como se não houvesse alternativa, é algo construído, predominantemente por modelos econômicos que reforçam nossa submissão a um sistema econômico que chamo de “ordem capitalista”. Esse termo se refere, em primeiro lugar, à concentração do poder de decisão nas mãos de investidores privados; e, em segundo lugar, à subjugação invisível da maioria, que é forçada a trabalhar para o lucro de outrem.

Durante décadas, “especialistas” têm difundido essa narrativa entorpecedora com teorias acadêmicas elaboradas a partir dos círculos de elite das universidades mais prestigiosas do mundo. Ao ocultarem a verdadeira natureza do sistema econômico vigente, eles atrofiaram nossas mentes, bloqueando qualquer possibilidade de ação transformadora. Mas é possível escapar do capitalismo.

As teorias dominantes de hoje são o resultado de batalhas acadêmicas e políticas que duraram séculos, com o objetivo de expulsar o paradigma econômico dos pais fundadores da economia política. Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx estudaram o capitalismo sob uma perspectiva de classe e do conflito de classes. Ao longo do último século, essa perspectiva foi substituída por um olhar que troca classes por indivíduos e conflito por harmonia. Nesse mundo idealizado, o motor do crescimento não é o trabalhador, mas o empreendedor que heroicamente poupa e investe.

Enquanto Smith, Ricardo e Marx teorizaram o trabalho como fonte de lucro e interpretaram sua exploração como a armadilha estrutural do capitalismo, os economistas neoclássicos postularam as relações de trabalho como trocas igualitárias entre indivíduos, imaginando um caminho para a prosperidade para todos aqueles que jogam suas cartas corretamente no jogo do livre mercado.

A ascensão da economia neoclássica no início do século XX apresentou a teoria econômica como objetiva. A “economia pura” emergiu como o novo rótulo para o que até então era conhecido como “economia política”. Essa astuta reformulação reinventou uma economia que, de alguma forma, estava além das relações de poder. Os economistas tornaram-se os guardiões de modelos infalíveis, comparáveis aos utilizados pelas ciências exatas — como, por exemplo, a mecânica quântica — e sofisticados demais para a maioria dos cidadãos compreender. Isso coincidiu com a ascensão de instituições econômicas supostamente independentes politicamente, como os bancos centrais, que começaram a retirar decisões políticas cruciais do escrutínio democrático.

A organização do discurso econômico tornou inaceitável qualquer sugestão de um projeto político mais humano e pragmático. Mesmo progressistas bem-intencionados se limitam a apontar o dedo para a ganância corporativa excepcional ou para a ascensão descontrolada do setor financeiro. Essas críticas não levam a lugar nenhum porque ignoram os problemas inerentes à estrutura básica. Economistas neoclássicos propagandearam a sociedade de mercado como uma sociedade na qual todos, se racionais e virtuosos o suficiente, podem prosperar. Eles afirmam que as hierarquias sociais são reflexos do mérito individual, ou seja, aqueles que não estão no topo não merecem estar. Esse é um argumento que beneficia muito bem aqueles que detêm o poder.

De acordo com essa perspectiva, os lucros dos poupadores-empresendedores são resultado de seu comportamento virtuoso, permitindo-lhes assinar os contracheques dos trabalhadores, o que soa bem. A mensagem é tão persuasiva que hoje quase todos a internalizaram: se nos esforçarmos o suficiente, cada um de nós pode se tornar um investidor rico. Aqueles que não conseguirem, só podem culpar a si mesmos.

As teorias econômicas convencionais revestiram absurdos óbvios com rigor científico: aqueles que não têm recursos suficientes para se sustentar, porque estão desempregados ou trabalham por baixos salários, não têm dinheiro para reservar e se tornarem poupadores-investidores.

Será que vivemos mesmo na melhor e única realidade econômica possível? Durante o *boom* econômico do período pós-Segunda Guerra Mundial, uma era de ouro do capitalismo, essa perspectiva poderia parecer vagamente plausível, pelo menos para aqueles que viviam na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, no momento atual, em que a maior parte da população mundial sofre com profundas injustiças econômicas e sociais e o planeta está à beira do colapso ecológico, essa ideia pseudocientífica do melhor dos mundos possíveis não pode estar correta. Existe uma abordagem mais poderosa e humana para compreender a sociedade.

Precisamos redemocratizar a economia para que os cidadãos possam retomar o controle das escolhas mais importantes que regem os próprios alicerces de suas vidas. Esse é um caminho melhor do que qualquer coisa que o capitalismo tenha ou possa oferecer. Qual é o primeiro passo nessa direção? Uma mudança radical de perspectiva. Não há nada mais político do que a lente através da qual enxergamos o mundo. Somente se aprendermos a olhar o mundo de forma diferente é que poderemos agir de forma diferente.

Minha intuição fundamental é que não existem problemas econômicos que não sejam inevitavelmente também problemas políticos; ao contrário do que os tecnocratas costumam sugerir, nossa economia não é uma força da natureza nem um objeto externo que podemos manipular como se fosse uma máquina. Pelo contrário, a economia somos nós: pessoas de carne e osso. Isso significa que o “capital” como “mercadoria”, como dinheiro para investir, como riqueza expressa no produto interno bruto, existe graças a relações sociais específicas e,

em particular, graças ao fato de que a maioria das pessoas não tem alternativa a não ser vender sua capacidade de trabalho por um salário e, inevitavelmente, receber menos do que o valor que produz. Essa é a ordem capitalista, a espinha dorsal da nossa sociedade que não criticamos nem sequer discutimos. É somente através da lente de classe que podemos escapar dessa armadilha e compreender o funcionamento do nosso sistema econômico e as políticas implementadas para governá-lo.

A história revela que, longe de ser eterna, nossa economia é fundamentalmente frágil e baseada em decisões políticas que reforçam relações sociais específicas. Quando os banqueiros centrais deste mundo aumentam as taxas de juros, sabendo que essa prática causará uma recessão econômica, fazem-no por pelo menos uma preocupação específica: se as pessoas deixarem de aceitar sua condição de trabalhadores assalariados mal remunerados e sem emprego seguro, nosso sistema econômico entrará em colapso. E eles têm razão.

A economia é profundamente política em múltiplos níveis. O sistema econômico capitalista que nos oprime é político; as políticas econômicas que visam protegê-lo e administrá-lo são políticas; e a disciplina econômica que nos fornece uma lente através da qual vemos o mundo é política.

Quando ouvimos o termo “político” geralmente o associamos às disputas entre partidos e aos personalismos triviais da nossa classe política. Quando uso o termo, porém, estou afirmando algo mais fundamental: que o mundo econômico atual é antidemocrático e que podemos ter ação coletiva nele. Não precisamos estar presos a quaisquer leis supostamente naturais e científicas que dizem que a maioria das pessoas deva sofrer. A dimensão econômica de nossas vidas é onipresente — ela define quem somos como indivíduos e como sociedade. Mas também é uma dimensão que criamos. Portanto, temos o poder de transformar nossa ordem socioeconômica vigente em uma que não nos torne subservientes aos interesses dos poucos vencedores do nosso sistema atual.

Todos os problemas que afligem nossa era — da ascensão de partidos ultranacionalistas às guerras perpétuas, do ódio aos migrantes à catástrofe ambiental que atinge especialmente o Sul Global e à crise de saúde mental, sobretudo entre os jovens — podem ser explicados por um sistema econômico que oprime a maioria, tanto nacional quanto globalmente. Quando as pessoas decidem deixar de participar dos processos eleitorais ou votar em partidos que se apresentam como opositores ao establishment liberal, elas expressam profunda insatisfação, ou mesmo desespero, com uma ordem econômica que as decepcionou. Esses sintomas de nossa ordem econômica doentia levaram à ascensão de figuras políticas como o presidente Donald Trump, nos Estados Unidos, e o presidente Javier Milei, na Argentina, que se vendem como alternativas ao sistema. Mas são falsas alternativas.

O espetáculo de personalidades autoritárias nos distrai do fato de que as políticas desses políticos estão em perfeita sintonia com o capitalismo e suas políticas de austeridade. Em

um encontro conservador em 2025, por exemplo, Milei presenteou Elon Musk, então braço direito de Trump, com uma motosserra em apoio simbólico às propostas de Musk de cortar quase todo o financiamento federal para a classe trabalhadora, incluindo o Medicaid, o programa de assistência alimentar e as escolas públicas, especialmente os programas educacionais para comunidades de baixa renda. As tendências violentas desses governos apenas aceleram os efeitos destrutivos do capitalismo contra a humanidade. No entanto, os apelos populares por mudanças no sistema me dizem que há amplo espaço para um pensamento ambicioso e corajoso que vislumbra princípios radicalmente diferentes para governar nossa sociedade.

Escrevo sem o distanciamento típico dos economistas. Isso não significa abandonar o rigor científico da investigação. Pelo contrário, aceito meu papel como pesquisadora acadêmica que reúne evidências. Aceito o inevitável posicionamento social do intelectual, que, como nos lembra Antonio Gramsci, é orgânico à luta de classes. Ninguém que produz conhecimento está isento da influência de sua condição socioeconômica: minha vida e meu lugar no mundo influenciam meu trabalho. Diferentemente da maioria dos economistas, portanto, tenho consciência de que não existo acima da economia, simplesmente a observando; como todos os outros cidadãos, vivo dentro dela. Assim, tento superar os limites do meu ponto de vista, considerando as lutas históricas e contemporâneas de outros povos para construir uma imagem mais forte e abrangente do mundo econômico em que vivemos. Feito isso, vou além da mera crítica ao neoliberalismo para propor uma visão anticapitalista que espero inspirar os leitores a participar de uma verdadeira transformação social.

Enquanto escrevo, muitos lutam por uma sociedade diferente, acreditando nela com tamanha dedicação que arriscam suas vidas. Minha contribuição vem de uma posição segura, mas compreendo a necessidade de ousadia. Meu tio-avô e minha tia-avó continuam sendo fontes de inspiração. Os irmãos do meu avô Camillo lutaram contra a opressão fascista. Sua irmã, Teresa Mattei, com o codinome Chicci, foi a mulher mais jovem a ocupar um assento na Assembleia Constituinte Italiana de 1946, após a queda do regime de Mussolini. Foi graças a ela que a expressão “*de facto*” foi incluída no Artigo 3º da Constituição Italiana:

É dever da República remover os obstáculos de uma ordem econômica e social que, ao limitar *de facto* a liberdade e a igualdade dos cidadãos, impede o pleno desenvolvimento da pessoa humana e a participação efetiva de todos os trabalhadores na organização política, econômica e social do país.

De espírito livre, Teresa não sucumbiu à violência dos guardas nazistas da SS quando, durante a Resistência, eles se aproveitaram de seu corpo enquanto ela levava mensagens aos seus camaradas *partigiani*, e não hesitou em se distanciar do Partido Comunista quando ele traiu seus ideais.

Seu irmão, Gianfranco Mattei, um professor de química de 27 anos e membro da resistência antifascista, foi capturado em 1º de fevereiro de 1944, enquanto fabricava bombas

que seriam usadas na luta contra a ocupação nazista. Após alguns dias de tortura contínua, Gianfranco se enforcou com o próprio cinto para não trair seus camaradas. As últimas palavras do meu tio-avô, escritas no verso de um cheque entregue secretamente ao seu companheiro de cela, foram para seus pais: “Sejam fortes, sabendo que eu também fui forte”.

A ECONOMIA É FUNDAMENTALMENTE POLÍTICA

*Jostein Hauge**

Em um episódio recente do *The Weekly Show*, Jon Stewart entrevistou Richard Thaler, o economista comportamental ganhador do Prêmio Nobel, cujo trabalho sobre a tomada de decisões humanas lhe rendeu, merecidamente, enorme respeito. O que deveria ser uma discussão sobre como a economia comportamental pode esclarecer o estado da economia rapidamente se transformou em um embate entre um comediante fazendo perguntas básicas sobre poder e política e um economista que teve dificuldades para respondê-las.

Stewart pressionou Thaler sobre a natureza política da economia. "O governo sempre escolhe vencedores e perdedores e depois finge que isso é algo que ele não pode fazer", disse ele. "Todos os mercados são, em certa medida, planejados." A resposta de Thaler era frequentemente se refugiar na abstração, "de volta ao mundo da cabeça de um economista". A reação de Stewart — "Nossa!" — capturou perfeitamente a frustração.

As perguntas de Stewart — sobre poder, sobre a natureza do capitalismo, sobre como as escolhas políticas se disfarçam de escolhas técnicas — eram totalmente legítimas, motivadas pelo que ele observa no mundo real. E o fato de um laureado com o Prêmio Nobel não ter conseguido abordá-las de forma convincente nos diz algo importante: a economia se tornou uma disciplina dissociada das questões políticas, apesar de ser intrinsecamente e inevitavelmente política.

A política que a economia finge não existir

Abra um livro introdutório de economia e encontrará curvas de oferta e demanda apresentadas como se operassem em um vácuo político. Encontrará modelos de comércio internacional que não examinam como os acordos comerciais são moldados pelo lobby corporativo e pelo poder geopolítico. Encontrará modelos de mercado de trabalho onde os salários refletem a "produtividade marginal" sem discutir como as leis trabalhistas, a repressão sindical e a deslocalização da produção determinam o que os trabalhadores realmente recebem. Encontrará modelos de crescimento econômico como função do capital e da tecnologia, mas raramente como função da pilhagem colonial e do trabalho escravo que tornaram essa acumulação possível.

Talvez o aspecto mais generalizado seja que a economia convencional trata os mercados mais ou menos como fenômenos naturais — como se eles simplesmente surgissem quando as pessoas são deixadas por conta própria. Não é assim. Os mercados são construídos por leis, mantidos por instituições e aplicados pelos Estados. Karl Polanyi deixou isso bem claro em *A*

*Professor Assistente de Estudos de Desenvolvimento. Departamento de política e Estudos Internacionais da Universidade de Cambridge. Artigo publicado originalmente no site theglobalcurrents.com em 19.02.2026.

Grande Transformação, publicado em 1944. No livro, ele observou que não havia nada de natural no *laissez-faire*. A construção de um suposto “mercado livre”, argumentou Polanyi, exigia enorme intervenção estatal — na legislação, nas políticas públicas, na própria reestruturação das relações sociais.

O caminho para o livre mercado foi aberto e mantido aberto por um enorme aumento do intervencionismo contínuo, centralizado e controlado (...) Os administradores tinham que estar constantemente vigilantes para garantir o livre funcionamento do sistema. Assim, mesmo aqueles que mais ardentemente desejavam libertar o Estado de todos os deveres desnecessários, e cuja filosofia exigia a restrição das atividades estatais, não podiam deixar de confiar ao próprio Estado os novos poderes, órgãos e instrumentos necessários para o estabelecimento do *laissez-faire*.

A política monetária é outro exemplo pertinente que ilustra a natureza política da economia. Decisões sobre taxas de juros, metas de inflação e regulação financeira são rotineiramente apresentadas como “neutras” ou “objetivas”. Mas são altamente políticas. Taxas de juros baixas tendem a favorecer tomadores de empréstimo, proprietários de ativos e os mercados financeiros. Taxas de juros altas protegem os poupadores, mas podem aumentar o desemprego e desacelerar o crescimento. Quando o Federal Reserve dos EUA ou o Banco Central Europeu definem a política monetária, estão fazendo escolhas que redistribuem a riqueza na sociedade. Até mesmo os mandatos dessas instituições são produtos de decisões políticas. A ênfase dada à estabilidade de preços pelos bancos centrais ocidentais, em vez de, digamos, regular as finanças privadas — prioridade máxima do banco central da China —, reflete julgamentos de valor, bem como influência política. E delegar qualquer uma dessas decisões a bancos centrais “independentes” não os torna apolíticos. Simplesmente obscurece a política por trás de uma aparência de expertise tecnocrática.

Depois, há os orçamentos governamentais, que são, em sua essência, documentos morais e políticos. Impostos progressivos versus impostos fixos dizem algo sobre a atitude de uma sociedade em relação à justiça e à desigualdade, e não apenas sobre a “otimização de Pareto” ou a eficiência. Os gastos com defesa, saúde ou educação sinalizam o que, e quem, uma sociedade valoriza. A escolha entre austeridade e estímulo reflete crenças mais profundas sobre responsabilidade, risco e obrigação social. Quando instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial impõem políticas específicas de austeridade aos países em desenvolvimento — como têm feito incessantemente por décadas por meio de programas de ajuste estrutural — fazem-no com pressupostos ideológicos sobre o papel disfuncional do Estado e a primazia dos mercados livres.

Como a economia se tornou uma "ciência"

Alguns livros didáticos e aulas de economia abordam essas questões políticas — mas geralmente de forma superficial, ofuscadas por problemas de otimização matemática. Essa foi certamente a minha experiência durante o curso de bacharelado em economia. Não havia discussões rigorosas sobre a natureza política da economia ou a evolução do capitalismo. Um dos nossos professores chegou a nos dizer que não era sua função nos ensinar a economia do mundo real, mas sim nos equipar com as habilidades técnicas para entender a economia. O que ele não percebeu é que, além de matemática e estatística úteis, ele também nos ensinou a *interpretar mal* a economia. Uma estrutura desprovida de política e filosofia não apenas deixa lacunas no conhecimento dos alunos, como também preenche essas lacunas com pressupostos que eles talvez nunca questionem.

Nem sempre foi assim. Adam Smith e Karl Marx, duas das figuras históricas mais importantes da economia, trataram a economia como um tema inerentemente político — apesar de suas diferenças ideológicas. Eles sequer a chamavam de “economia”. Chamavam-na de *economia política*. Para Smith, o estudo da criação de riqueza era inseparável de questões sobre o Estado, a classe social e a filosofia moral. Para Marx, a economia era um sistema de relações de poder, não meramente um conjunto de mecanismos de troca.

Então, o que aconteceu? Na década de 1870, um grupo de economistas proeminentes — William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras — lançou o que ficou conhecido como a revolução marginalista. Eles mudaram o foco da economia da produção, da classe e do poder para as preferências individuais subjetivas e a otimização matemática. O valor não era mais determinado pelo trabalho ou pelas relações sociais; passou a ser determinado pela utilidade marginal — pela satisfação que a última unidade de um bem proporciona a um consumidor individual. A revolução marginalista lançou as bases para a economia neoclássica, que hoje domina o pensamento econômico convencional.

Essa mudança representou tanto uma alteração teórica quanto metodológica. Jevons declarou que a economia, como ciência que se ocupa de quantidades, é necessariamente matemática. Walras construiu sistemas elaborados de equações para descrever o equilíbrio geral, com pouco respaldo em evidências empíricas. A economia passou a se inspirar cada vez mais na física, pois desejava ser vista como uma ciência “de verdade” — o que o historiador Philip Mirowski chamou de “inveja da física”. Os economistas começaram a utilizar as ferramentas matemáticas da física, mas ignoraram fatalmente o fato de ser impossível para uma ciência social replicar o rigor empírico de uma ciência natural.

Mirowski não poupa críticas à revolução marginalista: os marginalistas apropriaram-se dos formalismos matemáticos da física da energia de meados do século XIX, fizeram-nos seus alterando os rótulos das variáveis e, em seguida, alardearam o triunfo de uma verdadeira

'economia científica'. A utilidade tornou-se o análogo da energia potencial (...) Este pequeno deslize tornou a economia neoclássica essencialmente incoerente.

Ao longo das décadas seguintes, a economia gradualmente se desvinculou das outras ciências sociais. Onde antes dialogava com história, filosofia, sociologia e ciência política, agora aspirava a se afirmar como uma "ciência exata". Alfred Marshall, em sua obra extremamente influente *Princípios de Economia*, propositalmente retirou o termo "política" do título. A mensagem era clara: a economia não era mais um ramo da investigação política. Era uma disciplina técnica com suas próprias leis, seus próprios métodos e sua pretensão de objetividade extremamente questionável.

O resultado tem sido lamentável. Muitos graduados em economia hoje em dia conseguem construir modelos, mas não conseguem explicar o que acontece na economia real. Eles podem derivar uma taxa de imposto "ótima" sob um conjunto de premissas, mas não conseguem discutir as forças políticas que determinam se essa taxa de imposto será implementada ou, ainda mais importante, *se deveria* ser implementada. Eles entendem de cálculo, mas provavelmente nunca leram Marx, Smith ou Polanyi.

Como observou Angus Deaton — ele próprio laureado com o Prêmio Nobel de Economia —, a disciplina apresenta sérios pontos cegos. Em um ensaio notavelmente franco intitulado "Repensando minha Economia", ele identifica grandes deficiências da economia convencional, incluindo a negligência do poder na análise econômica, a valorização excessiva da eficiência em detrimento da justiça social e a falta de humildade em relação a outras ciências sociais. Em particular, ele lamenta como a economia se tornou indiferente à ética.

Em contraste com economistas como Adam Smith e Karl Marx, passando por John Maynard Keynes, Friedrich Hayek e até mesmo Milton Friedman, nós, em grande parte, deixamos de pensar em ética e no que constitui o bem-estar humano. Somos tecnocratas focados na eficiência. Recebemos pouca formação sobre os objetivos da economia, sobre o significado de bem-estar.

Retomando o poder político

Certamente existem economistas que compreendem a natureza política da sua área de estudo. E há uma razão pela qual os licenciados em Economia têm uma empregabilidade muito maior do que os seus homólogos das Ciências Sociais: tendem a desenvolver fortes competências técnicas, que são valorizadas no mercado de trabalho. Não estou a sugerir que os cursos de Economia ou os economistas sejam inúteis.

Mas a despolíticação da economia teve consequências infelizes. Quando as decisões econômicas são apresentadas como puramente técnicas, corre-se o risco de camuflar a política como ciência. Quando os estudantes são treinados para pensar nos mercados como algo natural e nos governos como uma força que só deve intervir quando os mercados falham, eles estão,

sem saber, sendo doutrinados com ideologia.

A economia é fundamentalmente política — nunca foi, e nunca será, uma ciência isenta de valores. Em sua essência, a economia é moldada por ideologias, moralidade humana, interesses concorrentes, normas sociais e prioridades políticas. Fingir o contrário não torna a economia mais rigorosa. Torna-a mais perigosa. A economia nasceu como *economia política* por um motivo.

MUDANÇAS NA ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA CATARINENSE ENTRE 2014-2024

*Lauro Mattei**

INTRODUÇÃO

Os últimos dados oficiais sobre a estrutura produtiva da agropecuária brasileira se referem ao Censo Agropecuário (CA) realizado pelo IBGE em 2017, inclusive com recortes específicos sobre a agricultura familiar visando atender aos preceitos legais embasados na Lei 11.326, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar. No caso particular de Santa Catarina tal fato é relevante devido ao expressivo número de estabelecimentos enquadrados nessa categoria produtiva, conforme mostraremos mais adiante. Apenas como registro inicial, destaca-se que o CA 2017 mapeou 7.073.324 estabelecimentos agropecuários existentes no país. Deste total, 81% deles foram caracterizados como familiares.

Essas informações revelam a importância da agricultura familiar no cenário nacional e, em particular, no estado de Santa Catarina. Todavia, o CA 2017 também revelou que nesse estado estava em curso um processo expressivo de mudanças na base produtiva, especialmente no sistema agroindustrial. Tal fato está levando a uma maior centralização do capital agrário e agroindustrial de tal forma que, por um lado, o processo migratório campo-cidade continua e, por outro, as características elementares da própria agricultura familiar estão sendo alteradas.

O objetivo deste estudo é mostrar o processo de mudança em curso na estrutura produtiva da agricultura familiar catarinense. Além dessa breve introdução, o artigo está organizado em mais três seções. Na primeira dela discute-se rapidamente a importância do sistema de produção agrícola familiar no contexto agrário estadual, enquanto na segunda seção analisa-se o processo de mudança em curso na área plantada e quantidade produzida dos principais produtos agrícolas catarinenses. Finalmente, na terceira seção são indicadas algumas considerações gerais sobre tendências do rural catarinense.

1-BREVES NOTAS SOBRE O SISTEMA FAMILIAR DE PRODUÇÃO E SUA RELEVÂNCIA EM SANTA CATARINA

Em linhas gerais pode-se dizer que a Agricultura Familiar é um sistema de produção em que o trabalho e a gestão são realizados pela família dos trabalhadores rurais normalmente em pequenas unidades de produção. Neste caso, uma das características que sobressai é o policultivo agrícola combinado com a criação de pequenos animais, conduzindo a um processo produtivo diversificado. Essas são características essenciais que diferenciam tal sistema da agricultura patronal e comercial. Portanto, a agricultura familiar tem um papel fundamental no

*Professor Titular do curso de Economia e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador Geral do NECAT-UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

processo de reprodução social, uma vez que vai além do processo de trabalho e das formas de produção.

Todavia, convém mencionar que a agricultura familiar no país se apresenta de forma bastante diversificada em função de contextos regionais muito distintos, destacando-se os agricultores familiares do sul do país que herdaram o policultivo dos imigrantes europeus, além dos agricultores familiares nordestinos que tiveram sua trajetória marcada pela força da monocultura da cana-de-açúcar. A esses segmentos podemos associar também os povos ribeirinhos, sobretudo da região Amazônica. Isso nos remete à ideia das diferentes agriculturas familiares regionais.

Esses distintos cenários possibilitaram a emergência da Lei 11.326, de 24.06.2006, a qual define o que é agricultor familiar, além de estabelecer diretrizes básicas para a formulação de uma política nacional para o setor. Neste caso, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: a) deter área não superior a quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra familiar na execução das atividades agropecuárias; c) ter renda familiar predominantemente do estabelecimento agropecuário; d) dirigir o estabelecimento contando com a participação da família.

O CD 2017 revelou que em Santa Catarina existiam, no referido ano, 183.065 estabelecimentos agropecuários, sendo que 37% destes possuíam menos de 10 hectares, porém respondendo por apenas 5% da área total. Por outro lado, existiam apenas 1.447 estabelecimentos com área superior a 500 hectares que representavam 0,8% do total dos estabelecimentos, porém detendo 30% da área total.

Outra característica relevante revelada pelo CD 2017 diz respeito ao processo contínuo de redução dos estabelecimentos nos estratos de área inferior a 50 hectares, ao mesmo tempo em que ocorreu uma estabilidade do número de estabelecimentos com 100 hectares ou mais. Isso pode estar indicando a compra dos pequenos estabelecimentos por parte daqueles estabelecimentos com maior área.

Do ponto de vista da área das lavouras (1,6 milhões de hectares) ocorreu uma redução das áreas com lavouras temporárias e com pastagens ao mesmo tempo em que se observou um aumento da área de mata plantada, especialmente com pinus e eucalipto.

Finalmente, em relação ao trabalho rural catarinense, o CD 2017 registrou a ocupação de aproximadamente 498 mil pessoas. Deste total, aproximadamente 80 membros de famílias de produtores rurais, sendo o restante constituído de trabalhadores temporários e de empregados permanentes. Destaca-se que as unidades familiares de produção com menos de 10 hectares geravam 30% das ocupações rurais. Isso indica a importância desse tipo de unidade produtiva agrícola na manutenção do desenvolvimento rural mais equilibrado.

2-EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA E DA QUANTIDADE PRODUZIDA PELOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CATARINENSES ENTRE 2014-2024

O Quadro 1 apresenta a evolução da área plantada dos principais produtos agrícolas entre 2014-2024, segundo a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) de 2014 e 2024. Inicialmente nota-se que a área plantada com lavouras temporárias no estado cresceu 4,2%, ou seja, passou de 1.545.746 hectares, em 2014, para 1.608.003 hectares em 2024, o que significou um aumento de apenas 4,2%. No entanto, esse cenário é totalmente distinto quando se considera a dinâmica específica de cada produto.

Do ponto de vista do comportamento dos produtos responsáveis pela maioria das lavouras temporárias, notam-se duas situações bem distintas. Por um lado, o expressivo aumento da produção de soja e de trigo no contexto estadual. Por outro, a redução expressiva da área plantada da maioria dos produtos considerados nesta análise, os quais respondem pela maioria do grupo “lavouras temporárias”.

No grupo de produtos com expansão da área plantada entre 2014-2024 (apenas três deles) destaca-se o expressivo crescimento da participação da soja no agregado estadual, uma vez que passou de 36% (2014) para 51% da área total plantada em 2024, correspondendo a um aumento intertemporal de 45% no período considerado. Comportamento semelhante também pode ser observado na cultura do trigo que passou de 6% para 7,5% da área total plantada, correspondendo a um aumento de 28,5%. Finalmente, a batata inglesa teve um leve aumento de área plantada no período considerado, porém no último ano da série respondia por apenas 0,4% da área total cultivada.

Quadro 1 - Área plantada(Ha) dos principais produtos agrícolas catarinenses entre 2014-2024

Produtos	Área plantada em 2014	Área plantada em 2024
Soja	560.098	814.663
Milho	442.643	294.946
Arroz	149.869	142.927
Feijão	89.299	65.097
Trigo	94.974	122.132
Mandioca	23.397	14.636
Cebola	19.351	18.190
Alho	2.150	673
Batata Inglesa	5.348	5.689
Tomate	2.735	1.964
Melancia	2.117	2.022
Melão	51	46

Fonte: IBGE (Pesquisa Agrícola Municipal - PAM) 2014 e 2024

Já no grupo de produtos com redução da área plantada o destaque vai para o milho, cuja participação caiu de 28,5%, em 2014, para 18%, em 2024, representando uma queda de 33%. Soma-se a esse produto a queda expressiva no mesmo período da área plantada com feijão (-27%) e com mandioca (-37%), além das quedas da área plantada de arroz (-4,5%), alho (-69%) e tomate (-28%).

Em linhas gerais, essas mudanças observadas na área plantada dos produtos considerados estão indicando dois cenários bem definidos. O primeiro diz respeito ao aumento expressivo das participações das culturas da soja (em dimensão maior) e do trigo, que também teve um crescimento percentual intertemporal considerável. Com isso, apenas essas duas culturas representavam aproximadamente 60% da área plantada total. O segundo diz respeito à redução da área plantada de produtos típicos da agricultura familiar (milho, arroz, feijão e mandioca), bem como de produtos hortifrutigranjeiros (cebola, alho, tomate, batata, melancia e melão).

O Quadro 2 apresenta a evolução das quantidades produzidas dos produtos considerados no período entre 2014 e 2024. Em primeiro lugar destaca-se o grupo de produtos que teve redução de área plantada de um período para outro, porém apresentando uma quantidade produzida bem superior. Neste caso, destacam-se as culturas do milho, arroz, feijão, mandioca e cebola, sendo que a produtividade do milho cresceu de 3,1 toneladas por hectare em 2014 para 6,1 toneladas em 2024. Da mesma forma, a produtividade do arroz passou de 7,2 toneladas por hectare em 2014 para 7,9 em 2024. A produtividade da cebola também cresceu bastante (de 24 para 29 toneladas por hectare), enquanto a produtividade do feijão e da mandioca praticamente se mantiveram no mesmo patamar do início ao final do período considerado.

Quadro 2 - Quantidade produzida (toneladas) pelos produtos agrícolas catarinenses entre 2014-2024

Produtos	Qtidade produzida em 2014	Qtidade produzida em 2024
Soja	1.668.235	2.733.806
Milho	3.149.729	1.824.156
Arroz	1.082.441	1.127.814
Feijão	145.171	105.443
Trigo	261.308	421.315
Mandioca	443.462	283.088
Cebola	474.709	534.524
Alho	21.409	6.481
Batata Inglesa	115.784	168.810
Tomate	184.482	125.349
Melancia	47.218	42.638
Melão	531	255

Fonte: IBGE (Pesquisa Agrícola Municipal - PAM) 2014 e 2024

O segundo grupo diz respeito aos produtos que apresentaram expansão da área plantada ao longo do período considerado, destacando-se a soja, o trigo e a batata inglesa. No caso da soja observa-se que a produtividade cresceu de 3,0 tonelada por hectare em 2014 para 3,3 toneladas por hectare em 2024. Isso significa que o grande aumento da quantidade produzida se soja ao final da série (2024) se deve muito mais ao processo de expansão da área plantada do que a ganhos de produtividade por fatores tecnológicos, como vem sendo afirmado corriqueiramente. No caso do trigo a produtividade cresceu de 2,7 toneladas por hectare, em 2014, para 4,3, em 2024. A batata inglesa, por sua vez, aumentou sua produtividade de 21,6 toneladas por hectare, em 2014, para 29,6 em 2024, indicando que a expansão da quantidade produzida pode estar associada a melhorias produtivas, uma vez que a incorporação de área foi bastante baixa entre os dois períodos considerados.

Em síntese, as informações contidas no Quadro 2 revelam um cenário bastante peculiar na produção agrícola de Santa Catarina, uma vez que os dois produtos que mais ampliaram a área plantada (soja e trigo) são aqueles que praticamente mantiveram a produtividade no mesmo patamar ao longo do período considerado. Isso implica reconhecer que a evolução da produção desses setores se deve muito mais à incorporação de área plantada do que à incorporação tecnológica ao processo produtivo. Tal feito se explicita na redução da área plantada de produtos essenciais, como milho, feijão e arroz.

3-CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Santa Catarina é conhecido como uma das unidades da federação cujo espaço rural é movimentado pela agricultura familiar, conforme vimos nos dados disponibilizados pelo CA/2017. Isso implica admitir que a produção familiar continua sendo o elemento dinamizador desse espaço, tanto em termos produtivos como de manutenção das ocupações da população que vive no meio rural e em pequenas cidades interioranas de base agrícola-agrária.

Todavia, a redução das áreas plantadas de alguns produtos tradicionais como milho, arroz, feijão, mandioca e cebola revelam que está em curso um processo de substituição do plantio dessas culturas tradicionais por culturas mais atreladas ao mercado global das commodities, como são os casos da soja e do trigo. Esse processo pode estar associado ao ritmo de expansão da modernização tecnológica, mas também ao processo de valorização dessas commodities nos mercados nacional e internacional, o qual estimula os próprios agricultores familiares a abandonar o policultivo tradicional das unidades produtivas familiares em troca das monoculturas tradicionais.

Essa escolha produtiva – que reconhecemos ser importante para manter a rentabilidade das propriedades – poderá comprometer algumas das características essenciais do sistema familiar de produção, cuja premissa não se baseia na monocultura. Tal escolha também poderá comprometer o próprio futuro das famílias rurais catarinenses.

Referências bibliográficas

IBGE. Censo demográfico de 2017. Rio de Janeiro: IBGE,2017

IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal (PAM). IBGE: PAM, 2014 e 2024.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE RECUOU 2,8% EM DEZEMBRO DE 2025

*Gabriel Schwalbe Hoffmann**

A pesquisa sobre a Produção Industrial Mensal - PIM Regional - é realizada pelo IBGE desde a década de 1970 sintetizando um conjunto de indicadores de curto prazo relativos ao comportamento da produção real da indústria extrativa e de transformação. Para tanto, são produzidos índices mensais para 17 unidades da federação segundo o critério de que tais unidades federativas tenham participação de, no mínimo, 0,50% do total do valor da transformação nacional. Ressalta-se que no caso da região Nordeste é realizado um agregado regional, razão pela qual tal região figura junto com as unidades federativas na divulgação das informações, conformando o horizonte de 18 localidades pesquisadas.

Sobre essa pesquisa é importante levar em consideração o alerta de Bernardo Almeida, analista de pesquisa do IBGE, o qual esclarece que a soma dos resultados regionais não resulta automaticamente no resultado nacional, que é divulgado pela PIM Brasil, sempre na semana anterior. Isto porque uma parte da produção nacional não é vista pelos resultados regionais, uma vez que são pesquisadas apenas 15 localidades. Como as séries locais são formadas independentemente, o resultado nacional atua como parâmetro para a análise regional.

O mês de dezembro de 2025 apresentou variação negativa de (-1,2%) na produção industrial nacional em comparação com o mês anterior do mesmo ano, tomando como base a série com ajustes sazonais. O resultado negativo obtido em dezembro reforça a visível dificuldade de crescimento da produção industrial ao longo de todo o ano de 2025. Ainda na comparação com o mês anterior, doze dos quinze locais pesquisados pelo IBGE obtiveram um movimento negativo. Bahia e Pará assinalaram as quedas mais acentuadas, com o primeiro local registrando o recuo mais elevado desde março de 2021; e o segundo marcando o quarto resultado negativo consecutivo. Amazonas, Região Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e São Paulo também apontaram taxas negativas mais intensas do que a média nacional, enquanto Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul completaram o conjunto de locais com índices negativos em dezembro de 2025.

Entre as principais categorias econômicas, na comparação com o mês anterior, todas apresentaram queda na produção. Bens de capital, recuou (-8,3%) e assinalou a taxa negativa mais elevada. O segmento de bens de consumo duráveis (-4,4%) obteve a segunda maior retração, seguido de bens intermediários (-1,1%) e bens de consumo semi e não duráveis (-0,7%).

No presente texto analisa-se o comportamento da produção física industrial no âmbito nacional no mês de dezembro/25 para, posteriormente, fazer as análises específicas para o

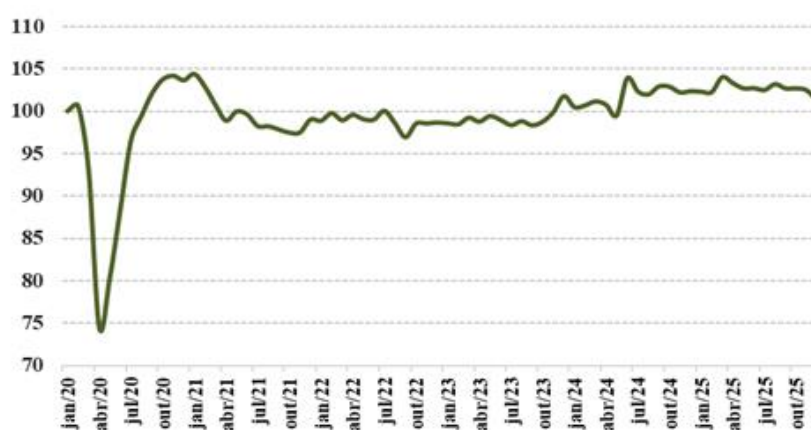
*Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC). Email: gabriel17@gmail.com

estado de Santa Catarina. O trabalho em questão, de periodicidade mensal, acompanha a evolução do setor industrial segundo as estratificações territoriais (UFs) e por atividades econômicas (grandes categorias/indústria geral) definidas pela PIM/IBGE segundo os parâmetros do CNAE 2.0.

Indústria nacional retraiu (-1,2%) no mês de dezembro/2025

O Gráfico 1 evidencia a evolução do índice de produção física industrial no Brasil desde janeiro de 2020, destacando os impactos econômicos da pandemia de Covid-19. O primeiro semestre de 2020 foi marcado por uma queda abrupta na produção industrial, que, mesmo com uma recuperação inicial impulsionada por políticas públicas como o auxílio emergencial e o saque do FGTS, permaneceu distante dos melhores patamares registrados na década anterior. Esse quadro reflete um período prolongado de estagnação, agravado pela política monetária restritiva vigente até 2023, que elevou o custo do crédito e desestimulou os investimentos produtivos. Embora 2024 tenha sido marcado por certa resiliência na atividade industrial, os resultados ainda mostraram oscilações significativas: a produção industrial nacional acumulou alta de (+3,1%) no ano, mas encerrou dezembro com nova retração de (-0,3%) frente ao mês imediatamente anterior, consolidando a desaceleração observada no último trimestre. Esse desempenho reflete o impacto do crédito caro, especialmente sobre os investimentos, além das incertezas fiscais que limitaram uma recuperação mais robusta do setor.

Gráfico 1 - Índice de produção física com ajuste sazonal, Brasil, dezembro de 2025 (jan/2020 = 100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

Ao longo de 2024, a produção industrial apresentou oscilações entre pequenos avanços e recuos. Um exemplo marcante foi o forte crescimento de junho (+4,3%), seguido por queda em julho (-1,5%) e estabilidade em agosto (+0,2%). Essa trajetória instável continuou com leve

alta em setembro (+0,9%), retração em outubro (-0,2%), nova queda em novembro (-0,7%) e recuo em dezembro (-0,3%), resultando em um desempenho negativo no último trimestre do ano.

O primeiro semestre de 2025 manteve um cenário de instabilidade, com taxas de crescimento próximas de zero nos dois primeiros meses do ano. Em março, contudo, a produção industrial apresentou um avanço expressivo de (+1,7%), indicando uma possível retomada do crescimento. Contudo nos meses seguintes, abril, maio, junho e julho o setor voltou a registrar resultados negativos ou ínfimos, que variam de (+0,1%) a (-0,7%). Em agosto, entretanto, o movimento se inverteu: a produção industrial cresceu (+0,7%), mostrando um leve fôlego para o setor. Contudo nos três meses seguintes voltaram a apresentar valores adversos da ordem de (-0,5%), (0,0%) e (-0,2%) respectivamente. Em dezembro, finalmente, o resultado negativo foi o mais expressivo do ano (-1,2%) deixando claro a persistente dificuldade para se alcançar um crescimento consistente ao longo de 2025. Dificuldade essa que já vem ocorrendo desde 2024, quando as taxas também foram pouco expressivas. Entre os fatores que continuam limitando a expansão industrial estão o elevado custo do crédito, as baixas expectativas quanto à redução da taxa Selic e a forte concorrência do mercado internacional.

A Tabela 1 mostra a evolução da produção industrial brasileira ao longo dos últimos doze meses, considerando os diferentes períodos analisados pelo IBGE. Na variação mês contra mês anterior, é visível a dificuldade de consolidação do crescimento da indústria, já que março de 2025 (+1,7%) foi o único mês com expansão relevante desde setembro de 2024 (+0,9%), impulsionada por resultados positivos em três das quatro grandes categorias econômicas. Nos outros meses, prevaleceram quedas ou altas pouco significativas. O desempenho de setembro de 2025, em relação ao mês anterior, mostrou novamente a tendência de queda da produção industrial com uma taxa de (-0,5%), enquanto Outubro permaneceu zerado (0,0%), novembro a produção física nacional permaneceu em tendência de queda com (-0,2%) e finalmente dezembro esta tendência se manteve com a maior taxa negativa de crescimento registrada ao longo de todo o ano de 2025 (-1,2%), o que reforça o comentário da análise do gráfico 1. A produção industrial nacional apresentou sérias dificuldades de crescimento ao longo de todo ano de 2025.

Na comparação com dezembro de 2024, a indústria avançou (+0,4%) em dezembro de 2025, com 8 dos 18 locais pesquisados registrando crescimento. Vale mencionar que dezembro de 2025 (22 dias) teve 1 dia útil a mais que igual mês do ano anterior (21). Espírito Santo (+19,9%) e Rio de Janeiro (+10,3%) obtiveram avanços de dois dígitos e os mais acentuados nesse mês, impulsionados, principalmente, pelo comportamento positivo observado nas atividades de indústrias extrativas no primeiro local; e de indústrias extrativas e máquinas e equipamentos no segundo. Por outro lado, Pará (-12,7%), Bahia (-9,2%) e Rio Grande do Norte (-9,2%) assinalaram os recuos mais acentuados neste mês, pressionados, em grande parte, pelas atividades de indústrias extrativas, no primeiro local; de coque, produtos derivados do petróleo

e biocombustíveis, produtos químicos e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, no segundo; e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (óleo diesel), no último.

Tabela 1 - Variação da produção física industrial no Brasil em diversos períodos

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
jan/25	-0,1	1,3	1,3	2,9
fev/25	0	1,2	1,2	2,6
mar/25	1,7	3,5	2	3,1
abr/25	-0,7	-0,5	1,4	2,4
mai/25	-0,6	3,4	1,8	2,8
jun/25	0	-1,3	1,2	2,4
jul/25	-0,2	0,3	1,1	1,9
ago/25	0,7	-0,7	0,8	1,6
set/25	-0,5	2	1	1,5
out/25	0	-0,5	0,8	0,9
nov/25	-0,2	-1,4	0,6	0,7
dez/25	-1,2	0,4	0,6	0,6

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

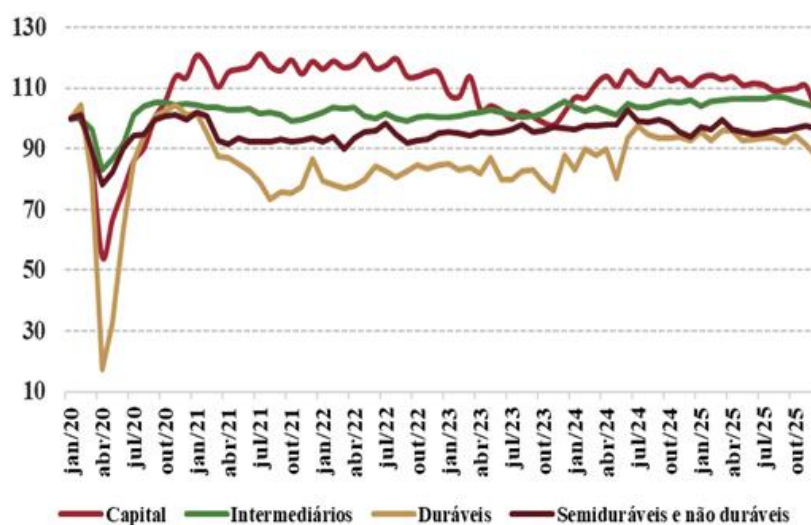
(3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

Ao se examinar o acumulado do ano (jan/25 a dez/25), é possível observar um quadro relativamente menos preocupante. Houve crescimento de (+0,6%), com desempenho positivo em 10 dos 18 locais analisados, além de duas das quatro grandes categorias econômicas, em 15 dos 25 ramos e também em 42 dos 80 grupos e em 49,6% dos 789 produtos pesquisados. O Espírito Santo (+11,6%) e o Rio de Janeiro (+5,1%) registraram os avanços mais expressivos nos doze meses, impulsionados sobretudo pelas atividades das indústrias extrativas em ambos os estados. Apesar do resultado anual positivo, é possível destacar as quedas consecutivas observadas entre maio e dezembro, período em que se verificou retração de (-1,2%), sinalizando uma tendência de enfraquecimento do acumulado ao longo do segundo semestre.

No acumulado dos últimos 12 meses (mesmo período da análise acumulada anual), a produção industrial cresceu (+0,6%), mas prosseguiu assinalando perda de ritmo frente aos índices dos meses anteriores. Em termos regionais, 10 dos 18 locais pesquisados registraram taxas positivas em dezembro de 2025, porém com menor dinamismo frente aos índices de novembro. Pará, Amazonas, Bahia, Região Nordeste e Pernambuco assinalaram as perdas mais acentuadas entre novembro e dezembro de 2025, enquanto Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão apresentaram os principais ganhos entre os dois períodos.

O desempenho das grandes categorias econômicas, conforme mostra o Gráfico 2, revela um quadro de queda generalizada em dezembro de 2025 frente a novembro, considerando a série com ajuste sazonal. A contração mais intensa ocorreu em bens de capital, com queda de (-8,3%), revertendo a sequência de três meses seguidos de crescimento, intervalo no qual havia acumulado expansão de (+1,5%). Em seguida, os bens de consumo duráveis recuaram (-4,4%), aprofundando o resultado negativo já observado em novembro (-3,0%). Também apresentaram variações negativas os bens intermediários (-1,1%), que passaram a acumular perda de (-3,2%) nos últimos quatro meses do ano, e os bens de consumo semi e não duráveis (-0,7%), devolvendo parte do avanço registrado entre outubro e novembro. O movimento reforça o impacto restritivo dos juros elevados, que reduzem investimentos, desestimulam a produção de itens de maior valor agregado e pressionam o ritmo da atividade industrial. O cenário de dezembro/25 foi de clara frenagem da indústria, já que nenhuma das grandes categorias conseguiu apresentar crescimento no período.

Gráfico 2 - Índice de produção física com ajuste sazonal, categorias de uso, Brasil, (jan/20 – dez/25) (jan/2020 = 100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

A média móvel trimestral é um indicador que suaviza oscilações mensais ao calcular a média dos últimos três meses, permitindo observar tendências de curto prazo com maior clareza. Na série com ajuste sazonal, considerando o comportamento desse índice na margem, dentre as grandes categorias econômicas, bens de capital recuaram (-2,5%), anulando o leve crescimento de (+0,5%) registrado anteriormente, que havia interrompido a sequência de quedas iniciada em abril de 2025. Os bens de consumo duráveis diminuíram (-1,6%), aprofundando o resultado negativo de novembro (-0,7%). Já os bens intermediários caíram (-0,9%), configurando o terceiro

mês seguido de retração e acumulando perda de (-1,8%) nesse intervalo. Em sentido oposto, apenas os bens de consumo semi e não duráveis avançaram (+0,2%), mantendo o movimento de alta observado desde julho de 2025.

As variações por categorias de uso em dezembro de 2025 estão detalhadas na tabela 2. Na comparação mês/mês anterior, todas as quatro grandes categorias registraram retração. As perdas do mês de dezembro podem ser explicadas, em grande medida, pela queda nos setores de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-9,2%), produtos têxteis (-9,0%) veículos automotores, reboques e carrocerias (-8,7%), produtos químicos (-6,2%) e metalurgia (-5,4%).

Tabela 2 - Variação da atividade industrial do Brasil em vários períodos, categorias de uso, em dezembro de 2025

Categorias	Mês/Mês anterior (1)	Mês/igual mês ano anterior (2)	Acumulado no ano (3)	Últimos doze meses (4)
Bens de capital	-8,3	-7,5	-1,5	-1,5
Bens intermediários	-1,1	-0,9	1,5	1,5
Consumo duráveis	-4,4	-3,5	2,5	2,5
Consumo semi e não duráveis	-0,7	5	-1,7	-1,7

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

(3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

Em dezembro de 2025, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a indústria apresentou um desempenho negativo levemente mais favorável, com queda em 3 das 4 grandes categorias econômicas e em 15 dos 25 ramos. Bens de consumo semi e não duráveis (5,0%) apontou, em dezembro de 2025, a única taxa positiva entre as grandes categorias econômicas, interrompendo oito meses consecutivos de taxas negativas neste tipo de comparação. Por outro lado, os segmentos de bens de capital (-7,5%), bens de consumo duráveis (-3,5%) e bens intermediários (-0,9%) assinalaram as taxas negativas nesse mês. Entre as atividades, os principais impactos negativos sobre o resultado total da indústria vieram dos setores de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-4,6%), produtos químicos (-7,1%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-8,0%) exerceram as maiores influências na formação da média da indústria.

Entre as grandes categorias econômicas, no resultado acumulado ao longo dos doze meses de 2025, observa-se que o maior avanço ocorreu nos segmentos de bens de consumo duráveis, com crescimento de (+2,5%), e de bens intermediários, com alta de (+1,5%). O desempenho dos duráveis foi sustentado principalmente pela ampliação da produção de automóveis (+3,3%) e motocicletas (+12,2%), enquanto, nos intermediários, o destaque ficou por conta da extração de óleos brutos de petróleo e gás natural. Em contrapartida, os bens de consumo

semi e não duráveis registraram retração de (-1,7%), influenciados pela queda na fabricação de álcool etílico, e os bens de capital apresentaram redução de (-1,5%), pressionados, sobretudo, pelo recuo na produção de máquinas e equipamentos voltados ao transporte (-5,5%).

Com base nos dados apresentados no Gráfico 3, é possível notar que a produção física acumulada anual da indústria de transformação no mês de dezembro teve taxas menores comparativamente aos meses anteriores. Os segmentos que mais impulsionaram a indústria no acumulado anual foram os de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (+9,6%), seguido de produtos de fumo (+8,6%) e logo na sequência produtos têxteis (+5,6%). É importante ressaltar que o setor de produtos têxteis se manteve como o setor com maior crescimento até maio de 2025, contudo em novembro o setor foi fortemente rebaixando, passando de um crescimento de (+10,3%) em outubro para (+6,8%) em novembro e (+5,6%) em dezembro, assim sendo o setor com maior queda entre todos os setores analisados. Ao todo 14 dos 24 setores obtiveram resultados positivos.

Na comparação entre janeiro-dezembro de 2025 e igual período de 2024, dez segmentos acumularam retração. O recuo mais significativo veio de impressão e reprodução de gravações (-7%), seguido por produtos de madeira (-6%) e o setor de produtos derivados do petróleo (-5,3%). De modo geral, o gráfico aponta para uma queda geral da indústria. Setores mais ligados a bens de capital mostram resultados melhores, enquanto áreas mais ligadas ao consumo interno ou afetadas por sazonalidades continuam apresentando desempenho mais fraco. Outra questão relevante a se levantar é a quantidade de setores presentes na zona negativa na análise do acumulado anual. É possível notar que o último semestre de 2025 apresentou resultados pouco favoráveis para a indústria, com muitos setores na zona negativa e os setores que apresentam resultados positivos em sua maioria são resultados pouco expressivos, com valores orbitando (+1%).

Gráfico 3 - Produção física industrial, setores de atividades, Brasil, acumulado anual comparado com o mesmo período do ano anterior (jan / dez -2025)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

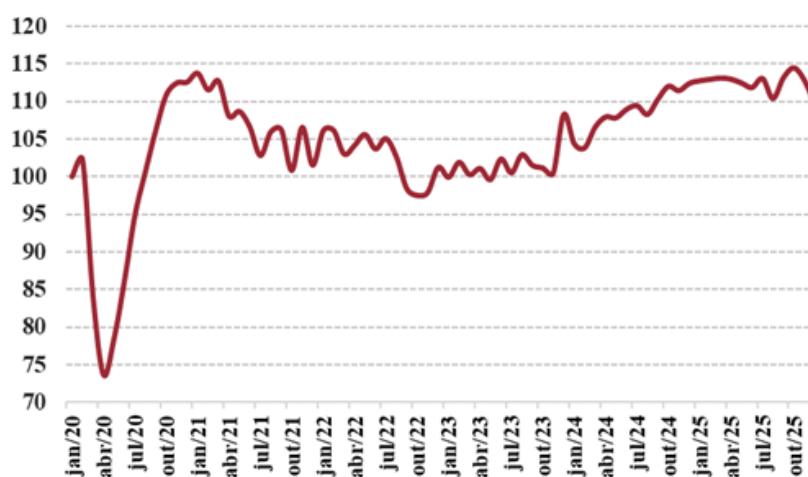
Produção industrial catarinense sofreu queda de 2,8% em dezembro de 2025

O Gráfico 4 ilustra a evolução do índice de produção física da indústria de Santa Catarina entre janeiro de 2020 e dezembro de 2025. Vale lembrar que a crise econômica de 2014 a 2016 já havia provocado uma forte retração nesse indicador, com efeitos mais profundos até mesmo do que os da crise de 2008. Entre 2017 e 2019, o setor viveu uma recuperação lenta e contínua, que foi interrompida com o início da pandemia de Covid-19, no começo de 2020. A produção industrial catarinense sofreu uma queda acentuada no primeiro semestre daquele ano, acompanhando a tendência nacional. Porém, a retomada iniciada a partir de agosto de 2020 foi mais intensa em Santa Catarina do que no restante do país, o que fez com que o índice estadual se mantivesse acima da média nacional até o final de 2022. Após um curto período de aproximação no início de 2023, os índices voltaram a se distanciar, com a indústria catarinense apresentando uma trajetória superior à da indústria brasileira.

No acumulado de 2024 até dezembro, o descolamento se acentuou, com a indústria catarinense registrando crescimento de (+7,5%) no ano, mostrando maior dinamismo produtivo em relação ao resultado nacional. Esse cenário se modificou no ano de 2025 uma vez que em janeiro (+0,3%) as taxas de crescimento começaram a reduzir. Este movimento se consolidou

nos meses seguintes com fevereiro (+0,2%), março (+0,2%), abril (-0,1%), maio (-0,5%), junho (-0,5%), e julho, que registrou o primeiro crescimento relevante dos cinco primeiros meses de 2025 (+1,1%). Contudo, em agosto foi registrada uma queda acentuada (-2,4%), enquanto no mês de setembro houve uma resiliência maior, com crescimento de (+2,5%) e em outubro com (+1,2%). O último bimestre de 2025 seguiu a tendência de queda dos meses anteriores, registrando taxas negativas de (-1,5%) e (-2,5%) em novembro e dezembro respectivamente. Dessa forma o desempenho oscilatório visto nos últimos meses reforça a dificuldade da indústria estadual em sustentar o ritmo de crescimento, permanecendo fortemente condicionada às oscilações da indústria e da demanda nacional que também não apresentou taxa positiva no presente mês da análise.

Gráfico 4 - Índice de produção física com ajuste sazonal, Santa Catarina, 2020 - dez/25
(jan/2020 = 100)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

A Tabela 3 mostra as variações mensais da produção física industrial em Santa Catarina ao longo de 2025, revelando que apenas em seis meses, janeiro (+0,3%), fevereiro (+0,2%), março (+0,2%), julho (+1,1%), setembro (+2,5%) e outubro (+1,2%) a produção registrou crescimento em relação ao mês anterior. Nos outros seis meses do ano houve taxas negativas, com dezembro de 2025 sendo destaque como o pior desempenho (-2,8%), considerada a pior taxa desde janeiro de 2024 (-3,4%). Esse padrão de resultados negativos reflete um quadro mais amplo de desaceleração da indústria brasileira em 2025, fortemente influenciado pela persistência de juros elevados que encarecem o crédito, pressionam custos de produção e reduzem a demanda por produtos manufaturados. Além disso, a menor absorção externa, em especial por mercados importantes como os Estados Unidos e a China, agravou a situação de segmentos industriais catarinenses mais intensivos em valor agregado, contribuindo para um ambiente geral de fraco desempenho no último mês do ano de 2025.

Tabela 3 - Variação da produção física industrial em Santa Catarina em diversos períodos

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
jan/25	0,3	8,5	8,5	7,5
fev/25	0,2	6,5	7,5	7,5
mar/25	0,2	9,3	8,1	8,5
abr/25	-0,1	0,3	6	7,1
mai/25	-0,5	4,4	5,7	6,9
jun/25	-0,5	3,4	5,3	6,9
jul/25	1,1	3,5	5	6,1
ago/25	-2,4	-1,7	4,1	5,6
set/25	2,5	5,4	4,2	5,5
out/25	1,2	2	4	4,6
nov/25	-1,5	-1,3	3,5	3,7
dez/25	-2,8	-0,3	3,2	3,2

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

(3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

Com relação às variações referentes ao mesmo mês do ano anterior, os maiores avanços ocorreram em outubro de 2024 (+12,5%) e novembro de 2024 (+7,4%), sinalizando forte recuperação no segundo semestre de 2024. Já em 2025, o crescimento perdeu força: janeiro (+8,5%) e março (+9,3%) mantiveram expansão elevada, mas abril (+0,3%), maio (+4,4%), junho (+3,4%), julho (+3,5%) e finalmente agosto (-1,7%) indicaram clara trajetória de desaceleração que também pode ser explicado pela base forte de comparação, visto que, 2024 apresentou altas taxas de crescimento no segundo semestre. O mês de setembro (+5,3%) trouxe um resultado levemente compensatório com relação aos meses anteriores, mas o último bimestre de 2025 voltou a apresentar taxas de crescimento negativas da ordem -1,3% (novembro) e -0,3% (dezembro), o que levanta novamente as questões já mencionadas da dificuldade de crescimento estável da indústria estadual.

No acumulado do ano, a indústria catarinense iniciou em alta (+8,5% em janeiro de 2025), mas foi perdendo a força de crescimento ao longo dos meses seguintes, até atingir (+3,2%) em dezembro. Esse movimento mostra que, embora o setor tenha entrado em 2025 em ritmo acelerado, possivelmente impulsionado pela demanda maior por conta da sazonalidade, a capacidade de expansão vem se reduzindo de forma muito clara desde o mês de março. Contudo Santa Catarina apresentou a terceira maior taxa de crescimento acumulado (+3,2%) dentre todas as outras regiões analisadas, ficando atrás somente do Espírito Santo (+11,6%) e Rio de Janeiro (+5,1%), estados impulsionados, em grande medida, pelas atividades de indústrias extrativas.

O acumulado nos últimos 12 meses confirma a tendência das taxas acumuladas anuais: após alcançar (+8,5%) em março de 2025, o indicador caiu para (+3,2%) em dezembro, apontando perda relativamente alta da atividade industrial. Assim, o quadro geral mostra que, apesar do forte desempenho no segundo semestre de 2024, a indústria catarinense enfrenta desaceleração considerável no último semestre do ano em análise, juntamente com o enfraquecimento do cenário industrial nacional.

O desempenho do conjunto dos setores de atividades de Santa Catarina em diferentes períodos de 2025 está descrito na Tabela 4. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, (dezembro de 2025 comparado com dezembro de 2024) a indústria catarinense apresentou resultados distintos entre os setores. Dentre os segmentos com resultados positivos, o setor que mais se destacou foi o de produtos alimentícios, saindo de (+7,7%) em outubro para (+11,4%) em dezembro. Os segmentos de produtos de minerais não metálicos e o segmento de máquinas e equipamentos também obtiveram resultados positivos relevantes. No trimestre analisado fica evidente a queda na produção de muitos segmentos, como por exemplo, os setores de artigos de vestuário e acessórios, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e o segmento com maior queda, veículos automotores que passou de (-2,5%) em outubro para (-25,5%) em dezembro. Esses resultados em princípio podem ser explicados tanto pela menor produção segmentada no estado no mês de dezembro quanto pela base de comparação forte que foi 2024.

Tabela 4 - Produção Física Industrial de Santa Catarina por setores de atividades, variação mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior / Acumulada do ano em comparação com o mesmo período do ano anterior

Setor de atividade	Mês/mesmo mês do ano anterior			Acumulada no ano		
	out/25	nov/25	dez/25	out/25	nov/25	dez/25
Produtos alimentícios	7,7	3,8	11,4	5,6	5,5	5,9
Produtos têxteis	4,7	-2,5	-6,5	4,2	3,6	3
Artigos do vestuário e acessórios	-0,2	1,5	-14,1	0,7	0,8	-0,3
Produtos de madeira	-11,3	-16,4	-4,5	-3,3	-4,5	-4,5
Celulose e papel	2,8	1,7	-0,1	2,3	2,3	2,1
Produtos químicos	4	6,6	3,9	3	3,3	3,4
Produtos de borracha e de mat. Plástico	2,6	3,2	-2,8	0,5	0,8	0,5
Produtos de minerais não metálicos	3,9	9,4	4,2	4,8	5,2	5,1
Metalurgia	-19,3	-15,8	-9	1,2	-0,3	-1
Produtos de metal, exceto máq. e equip.	-0,2	-9,5	-6,9	14,8	12,3	10,8
Máq.aparelhos e materiais elétricos	11,9	-7,4	0	9,6	7,8	7,2
Máquinas e equipamentos	1,4	3,3	4,5	6,8	6,4	6,3
Veículos automotores	-2,5	-11,8	-25,5	-1,2	-2,1	-3,6
Móveis	-22,5	-14,1	-5,9	-1,5	-2,6	-2,9

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

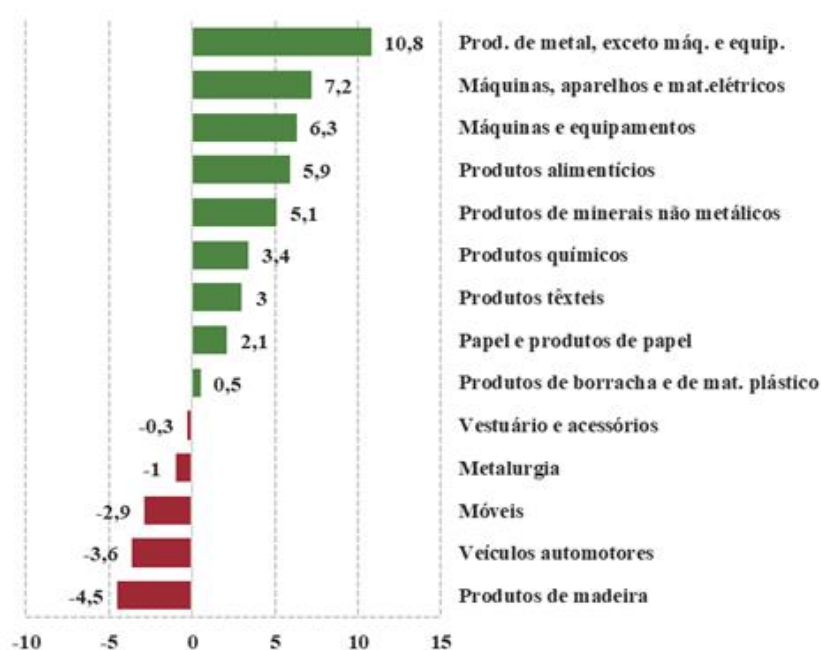
No acumulado de janeiro a dezembro de 2025, os resultados apontam para uma forte retração de diversos setores ao comparar os três meses da tabela 4, visto que, apenas os setores

de produtos de minerais não metálicos, produtos químicos e de produtos alimentícios aumentaram seu acumulado no trimestre analisado, nenhum outro setor apresentou variação positiva. Ao analisar as perdas mais relevantes, os setores que aparecem são os de produtos de metal exceto maquinas e equipamentos, veículos automotores e móveis. Portanto é visível a queda sistemática dos setores de produção de Santa Catarina no ano de 2025, principalmente os que mais utilizam bens de capital.

A consolidação desses resultados setoriais anteriormente mencionados é apresentada por meio do Gráfico 5, que compara quanto cresceu ou caiu um indicador de janeiro até o mês atual da análise, em relação a esse mesmo período do ano anterior, no caso atual a comparação é entre os 12 meses de 2024 comparado com os 12 meses de 2025. A análise mostra um cenário de crescimento generalizado ainda que em ritmos diferentes. Entre os 14 segmentos analisados, apenas os setores de produtos de madeira, veículos automotores, móveis, metalurgia e vestuário e acessórios apresentaram resultados negativos, com (-4,5%), (-3,6%), (-2,9%), (-1%) e (-0,3%) respectivamente. Todos os demais setores mostraram resultados positivos, com destaque para produtos de metal (+10,8%), máquinas aparelhos e materiais elétricos (+7,2%), máquinas e equipamentos (+6,3%) e produtos alimentícios (+5,9%). Portanto, os dados atuais apresentaram divergências com as análises feitas nos meses anteriores, principalmente nos setores ligados a bens de capital, que veem decaindo sistematicamente ao longo do último semestre do ano.

Já na base do gráfico estão os setores com as maiores quedas, que já foram mencionados anteriormente. Ainda que prevaleça uma diminuição no acumulado anual entre a maioria dos segmentos, parte importante das taxas acumuladas mostram variações positivas com relação ao mesmo período de 2024, o que demonstra certa resistência do ramo industrial de Santa Catarina. Contudo, é importante destacar que a maioria dos ramos apresentaram queda em relação aos últimos seis meses o que levanta um alerta sobre o quanto a indústria catarinense pode ser resiliente em relação ao comportamento da indústria nacional, que nos últimos meses vem enfrentando forte retração.

Gráfico 5 - Produção física industrial em Santa Catarina por setores de atividades, acumulado no ano (dez/25)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

Considerações finais

A indústria brasileira encerrou 2025 com uma perda visível de fôlego, encerrando um ano marcado por desaceleração e forte instabilidade ao longo dos meses. Após um início relativamente positivo, o ritmo de produção foi se enfraquecendo, com resultados variados nos seis primeiros meses e predominância de taxas ínfimas ou negativas na segunda metade do ano. No acumulado de doze meses, ainda que o saldo geral não tenha sido em sua maioria negativo, o crescimento se mostrou baixo e concentrado em poucos segmentos, deixando evidente a fragilidade da retomada do setor industrial do país. O ambiente macroeconômico seguiu como principal limitador, uma vez que juros elevados por um longo período comprimiram o crédito e desestimularam os investimentos produtivos, especialmente nos ramos mais sensíveis ao financiamento, como bens de capital e bens duráveis. No plano externo, a demanda internacional menor, junto com o aumento de barreiras comerciais e à concorrência asiática, ajudou a restringir o desempenho de setores estratégicos, mesmo que 2025 tenha sido um ano de transição, porém sem consolidação de um novo ciclo de expansivo.

O estado de Santa Catarina refletiu, ao final de 2025, o mesmo contexto adverso da indústria nacional, com poucos momentos de recuperação associados à recuos mais intensos ao longo de todo o ano. Mesmo que alguns meses tenham apresentado crescimento, o que prevaleceu foi um padrão de oscilação que, aos poucos, mostrou um enfraquecimento gradual

do dinamismo industrial. Segmentos tradicionais da estrutura produtiva catarinense, especialmente aqueles mais reféns do crédito e do mercado externo, enfrentaram dificuldades a mais, acumulando perdas em diferentes períodos do ano. Ainda que determinados ramos tenham demonstrado maior resiliência, o desempenho geral do estado acompanhou a tendência nacional de moderação do crescimento e maior vulnerabilidade às condições financeiras e comerciais. Assim, o ano de 2025 terminou com um quadro de expansão limitada, marcada pela falta de setores suficientemente robustos para sustentar uma recuperação mais consistente, tanto no cenário nacional quanto no âmbito regional.

Referências bibliográficas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal da Indústria. Produção Física (PIM). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, novembro de 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal da Indústria. Produção Física Regional (PIM Regional). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, novembro de 2025.

IEDI – Instituto de Estudos para o Setor Industrial. Análise IEDI 03/02/26:
https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20260203_industria.html

IEDI – Instituto de Estudos para o Setor Industrial. Carta IEDI N°1348:
https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1348.html

FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Análise econômica 14/01/26:
<https://observatorio.fiesc.com.br/publicacoes/producao-industrial-catarinense-recua-14-em-novembro>.

VAREJO AMPLIADO DE SANTA CATARINA RECUOU 1,5% NO ÚLTIMO MÊS DE 2025

*Rafael Nicolo Serra Ferreira**

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constitui um dos principais instrumentos para acompanhar a dinâmica conjuntural do comércio varejista no Brasil. O levantamento mensura a receita bruta de revenda em empresas formalmente registradas com 20 ou mais empregados, cuja atividade principal está vinculada ao comércio. De caráter contínuo e com abrangência nacional, a pesquisa cobre as 27 Unidades da Federação, gerando indicadores mensais de volume de vendas e receita nominal, atualizados em séries históricas, atualmente tendo 2022 como ano-base. Além do varejo restrito, a PMC contempla ainda o varejo ampliado, que incorpora atividades como a comercialização de veículos, motocicletas, peças e materiais de construção.

O mês de dezembro de 2025 foi marcado por uma leve retração no comércio varejista nacional, interrompendo a trajetória de crescimento observada nos dois meses anteriores. O resultado indica uma acomodação da atividade no fechamento do ano, com o setor apresentando perda de fôlego após atingir patamares recordes. Esse movimento sugere que, apesar do impulso das festas de fim de ano, o cenário de maior cautela por parte dos consumidores e as condições econômicas vigentes modularam o ímpeto do consumo, especialmente em atividades mais sensíveis ao crédito e à renda.

Em termos regionais, o desempenho manteve-se heterogêneo, com a maioria das unidades da federação registrando recuo nas vendas. Em Santa Catarina, o comércio também apresentou uma variação negativa (-1,5% de desaceleração e revertendo o resultado positivo obtido no mês anterior. Esse movimento reflete uma acomodação da demanda no estado, encerrando o ano em um ritmo mais contido em comparação com o observado nos meses anteriores.

O presente texto analisa o comportamento do volume de vendas do comércio no âmbito nacional referente ao mês de dezembro de 2025, com ênfase especial no varejo ampliado. Posteriormente aprofunda-se a análise sobre o desempenho do setor em Santa Catarina. Este acompanhamento, de periodicidade mensal, baseia-se nos dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, seguindo suas estratificações territoriais e por atividade econômica, conforme os parâmetros da CNAE 2.0.

Varejo ampliado recua em dezembro e encerra o ano em acomodação

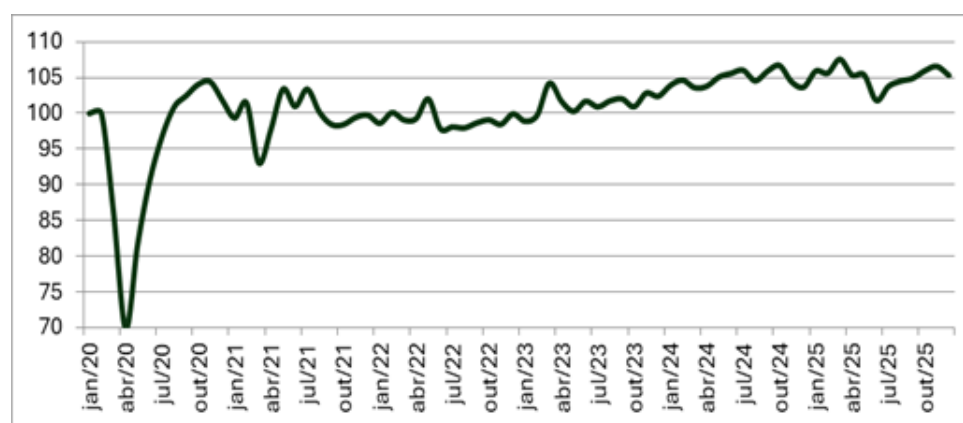
O gráfico 1 ilustra a trajetória do índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado, com ajuste sazonal, cobrindo o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2025. A

*Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC). Email: rafaelnserra@gmail.com

série histórica evidencia os distintos ciclos econômicos vivenciados pelo comércio brasileiro, marcados por fases alternadas de retração, retomada e estabilidade. No início de 2020 nota-se o impacto severo da pandemia de COVID-19, que provocou uma forte contração das vendas. Em seguida houve uma expressiva recuperação ao longo do segundo semestre, fazendo com que o setor operasse em um patamar mais regular no ano de 2021. Com o avanço da vacinação em 2022, as atividades comerciais se normalizaram.

Durante o ano de 2023 o comércio varejista ampliado consolidou uma trajetória de crescimento moderado, superando o patamar pré-pandemia. Já em 2024, o ritmo de expansão perdeu parte do fôlego, mas manteve resiliência. Em 2025, observou-se uma nova aceleração das vendas no início do ano, atingindo o pico histórico em março, seguida por uma sequência de meses de acomodação e recuperação a partir de setembro.

Gráfico 1 - Índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado com ajuste sazonal, Brasil, 2020-dez 2025 (jan 2020 = 100)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

No mês de dezembro essa tendência de recuperação foi interrompida por uma retração no varejo ampliado, revertendo a alta registrada nos meses anteriores. Com isso, o resultado de fechamento de ano indicou uma perda de fôlego e acomodação da atividade. A média móvel trimestral também sinalizou uma forte desaceleração, registrando variação próxima da estabilidade. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o indicador mostrou crescimento, porém o resultado do mês reflete um cenário de acomodação no curto prazo.

A Tabela 1 apresenta a variação no volume de vendas do comércio varejista ampliado com base nos quatro índices de variação mensurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC). Na comparação com o mês anterior, o registro de dezembro foi negativo em 1,2%, revertendo a trajetória de recuperação observada em outubro e novembro. O resultado representou uma queda mais intensa desde junho de 2025, sinalizando uma perda de fôlego do setor no encerramento do ano.

Tabela 1 - Variação volume de vendas do comércio varejista ampliado em diversos períodos, Brasil

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/igual mês ano anterior (2)	Acumulado no ano (3)	Últimos doze meses (4)
jan/25	2,2	2,2	2,2	3,4
fev/25	-0,3	2,4	2,3	2,9
mar/25	1,8	-1,1	1,1	3
abr/25	-2,1	1,1	1,1	2,7
mai/25	0	1	1,1	2,4
jun/25	-3,4	-4	0,2	1,9
jul/25	1,9	-2,4	-0,1	1,2
ago/25	0,7	-2,1	-0,4	0,7
set/25	0,4	1,1	-0,2	0,7
out/25	1	-0,3	-0,2	0,1
nov/25	0,6	-0,2	-0,2	-0,1
dez/25	-1,2	2,8	0,1	0,1

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

- (1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o setor registrou crescimento de 2,8%. Esse resultado positivo interrompe dois meses consecutivos de taxas negativas e mostra que, apesar da queda na margem, o desempenho de dezembro foi superior àquele registrado no mesmo período de 2024.

No acumulado do ano o comércio varejista ampliado nacional fechou com uma variação positiva de 0,1%, indicando que o desempenho ao longo de 2025 foi suficiente para reverter as perdas acumuladas até então, terminando o ano em um patamar de estabilidade. Já nos últimos doze meses, o índice também apresentou variação de 0,1%, consolidando o cenário de acomodação no longo prazo. Essa trajetória reflete a interrupção do crescimento no curto prazo, mas com uma melhora na base de comparação anual, fechando o ano com um balanço geral de estabilidade.

A Tabela 2 apresenta as variações percentuais do índice de volume do comércio varejista ampliado, estratificado pelos diversos setores, compreendendo os últimos três meses para cada diferente base de comparação. Na comparação do mês atual com o imediatamente anterior (dezembro em relação a novembro de 2025) e com ajuste sazonal, nota-se uma predominância de resultados negativos, com oito dos dez setores em queda, revertendo a trajetória de crescimento do mês anterior. O desempenho mais desfavorável foi observado em "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos"(-5,1%), seguido por "Material de construção"(-2,8%) e "Veículos, motocicletas, partes e peças"(-2,4%). Os únicos setores que

apresentaram variação positiva foram "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação"(+6,0%) e "Combustíveis e lubrificantes"(+0,3%).

No segundo grupo, que compara o desempenho do mês corrente com o mesmo mês do ano anterior (dezembro de 2025 em relação a dezembro de 2024), o cenário é majoritariamente positivo, com oito setores em alta. Os destaques positivos foram "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação"(+31,1%), "Móveis e eletrodomésticos"(+6,9%) e "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos"(+6,8%). Já os recuos mais intensos ocorreram em "Tecidos, vestuário e calçados"(-2,5%) e "Livros, jornais, revistas e papelaria"(-1,6%). Esses resultados indicam que, apesar da retração na margem, a comparação com o final de 2024 foi favorável para a maioria dos segmentos.

Tabela 2 - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por atividades, Brasil (2022 = 100)

Atividades de divulgação (Comércio)	Mês/Mês Imediatamente Anterior			Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior			Variação acumulada no ano/Mesmo período ano anterior		
	out/25	nov/25	dez/25	out/25	nov/25	dez/25	out/25	nov/25	dez/25
Comb. e lubrificantes	1,7	0,7	0,3	0,2	-1,2	3	0,5	0,4	0,6
Hip. e sup. prod. A. lim., beb. e fumo	0	1,1	-0,3	0	0,1	1,3	0,8	0,7	0,8
Tecidos, vest. e calç.	0,1	-0,8	-0,4	-2,3	-3,9	-2,5	2,7	2	1,3
Móveis e eletr.	1,3	2,3	-0,7	3,4	5,7	6,9	4,1	4,3	4,5
Artigos farm., méd., ortop., de perf. e cosmé.	0,4	2,3	-5,1	6,4	7,5	6,8	4	4,3	4,5
Livros, jorn., rev. e pap.	0,7	1,2	-2	1	5,9	-1,6	-1,4	-0,8	-0,9
Equipamentos e mater. P. escritório, info. e comun.	5,1	4,1	6	8	9,9	31,1	0,3	1,4	4,1
Ou. Art. de uso pes. e domé.	0,1	1,6	-1,8	1,2	4,5	0,6	2,1	2,4	2,2
Veí. motoc., partes e peç.	2,9	0,2	-2,4	-4,3	-5,3	0,7	-3	-3,2	-2,9
Material de construção	0,5	0,5	-2,8	-3,8	-2,9	0,1	0,1	-0,2	-0,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

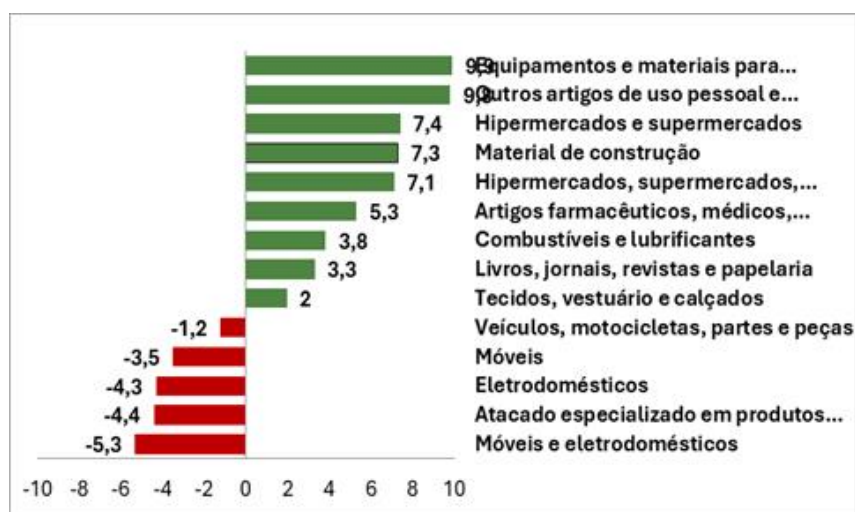
Por fim, o terceiro grupo compara o acumulado do ano, permitindo uma leitura do comportamento setorial ao longo de todo o ciclo de 2025. O cenário geral é positivo, com sete dos dez setores fechando o ano com crescimento. Entre os destaques estão "Móveis e eletrodomésticos"(+4,5%), "Artigos farmacêuticos..."(+4,5%) e "Equipamentos e material para escritório..."(+4,1%). Em contrapartida, fecharam o ano com perdas acumuladas os setores de "Veículos, motocicletas, partes e peças"(-2,9%), "Livros, jornais, revistas e papelaria"(-0,9%) e "Material de construção"(-0,2%), indicando que a recuperação observada em alguns meses não foi suficiente para reverter o desempenho negativo acumulado nesses segmentos.

O Gráfico 2 ilustra a variação acumulada no ano das atividades do comércio varejista ampliado, consolidada em dezembro de 2025. Das 14 atividades analisadas, nove registraram variação positiva e cinco apresentaram resultados negativos, mostrando um balanço positivo para a maioria dos setores no fechamento do ano. As maiores variações positivas foram observadas em "Eletrodomésticos"(+7,5%), que se consolidou na liderança de desempenho, e nos

grupos de "Móveis e eletrodomésticos" (+4,5%) e "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria" (+4,5%). Em seguida, destacam-se "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação" (+4,1%) e "Outros artigos de uso pessoal e doméstico" (+2,2%). Também apresentaram resultados positivos, ainda que mais moderados, "Tecidos, vestuário e calçados" (+1,3%), "Hipermercados e supermercados" (com variações de +1,1% e +0,8%) e "Combustíveis e lubrificantes" (+0,6%).

Por outro lado, as atividades com desempenho negativo indicam os focos de fragilidade do setor ao longo de 2025. A maior retração do período foi registrada em "Móveis" (-4,3%), seguida por "Veículos, motocicletas, partes e peças" (-2,9%) e "Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo" (-2,3%). Completam a lista de setores com perdas acumuladas "Livros, jornais, revistas e papelaria" (-0,9%) e "Material de construção" (-0,2%).

Gráfico 2 - Variação do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado, Brasil, acumulado no ano (dezembro)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Comércio Catarinense fechou dezembro/25 com queda de 1,5%

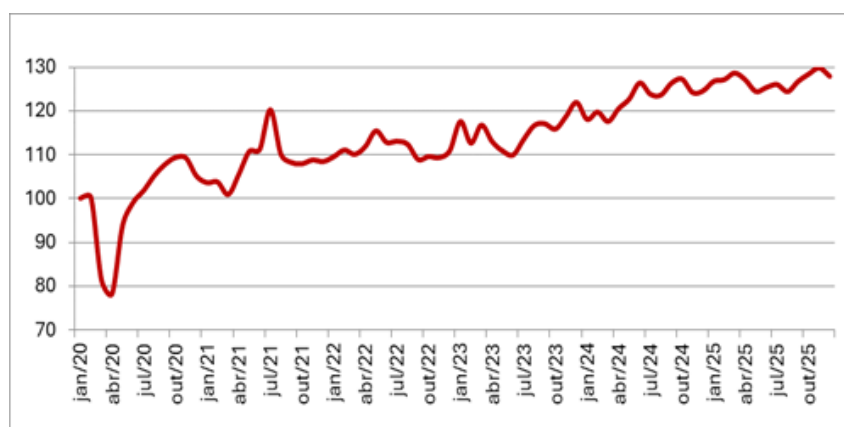
No cenário estadual, o comércio varejista de Santa Catarina registrou um resultado de retração em dezembro de 2025, interrompendo a sequência de crescimento e revertendo o resultado positivo observado no mês anterior. Esse desempenho se alinhou à tendência nacional de arrefecimento e também refletiu uma acomodação natural da demanda no fechamento do ano.

O comportamento do comércio catarinense, apesar da queda pontual, segue amparado por fatores estruturais positivos, como o dinamismo do mercado de trabalho e a diversificação produtiva. Essa resiliência é evidenciada pelo desempenho ainda positivo em outras bases de

comparação, como a interanual e o acumulado do ano, que mostram um balanço final de crescimento para 2025. Com isso, o desempenho de Santa Catarina no mês de dezembro sinaliza um momento de ajuste e moderação, em linha com o comportamento observado na maior parte do país.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, entre janeiro de 2020 e dezembro de 2025. Observa-se uma queda acentuada no início de 2020, em decorrência dos impactos da pandemia de Covid-19, seguida por uma recuperação expressiva ainda naquele ano. A partir de 2021, o indicador passou a oscilar em um patamar de estabilidade elevada.

Gráfico 3 - Índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado, Santa Catarina, 2020-dez 2025 (jan/2020=100)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Já em 2023, verifica-se o início de uma trajetória de crescimento mais consistente. Durante 2024, o comércio manteve níveis elevados de atividade, tendência que se prolongou ao longo do ano de 2025. Após o crescimento observado nos meses anteriores, o setor registrou queda em dezembro/25, confirmando a perda de fôlego e a acomodação da atividade comercial também no estado.

A Tabela 3, ao apresentar os dados do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, contempla os resultados referentes ao mês de dezembro de 2025, permitindo uma análise que vai além da variação pontual, ao incorporar também as dimensões interanual, acumulada e de longo prazo. Com base nos quatro indicadores calculados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) — variação em relação ao mês anterior, variação interanual, acumulado no ano e variação em doze meses —, é possível delinear um panorama abrangente da trajetória recente do setor.

Na comparação com o mês anterior, o comércio varejista ampliado catarinense registrou queda de 1,5%, revertendo o resultado positivo de novembro (+1,1%) e confirmando a perda de fôlego na trajetória de expansão no fechamento do ano. Em relação ao mesmo mês

de 2024, a variação foi de (+4,6%), mantendo-se em terreno positivo e acelerando fortemente frente ao resultado de novembro (+1,2%), o que indica uma base de comparação favorável no final do ano.

No acumulado do ano, o indicador apresentou uma alta para 2,8%, após registrar 2,6% em novembro, o que demonstra uma melhora no desempenho consolidado de 2025. Por fim, na variação dos últimos doze meses, o comércio varejista ampliado de Santa Catarina também registrou alta para 2,8%, resultado superior aos 2,6% registrados em novembro, evidenciando uma leve aceleração no ritmo de expansão em termos de longo prazo.

Esses resultados reforçam que o comércio catarinense, embora tenha apresentado uma retração pontual na comparação mensal, encerrou o ano com fundamentos sólidos, sustentados por um forte desempenho na comparação interanual que impactou positivamente os indicadores de período mais longo.

Tabela 3 - Variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado em diversos períodos, Santa Catarina

Mês	Mês/Mês anterior	Mês/igual mês ano anterior	Acumulado no ano	Últimos doze meses
jan/25	1,7	7,8	7,8	7,5
fev/25	0,3	5,5	6,7	7,1
mar/25	1,2	5,8	6,4	7,7
abr/25	-1,2	4,7	6	7,2
mai/25	-2,1	1,8	5,1	6,5
jun/25	0,8	-1,1	4,1	5,6
jul/25	0,5	1,5	3,7	4,7
ago/25	-1,3	-2,5	2,9	4
set/25	1,9	3,6	2,9	3,9
out/25	1,3	1,7	2,8	3
nov/25	1,1	1,2	2,6	2,6
dez/25	-1,5	4,6	2,8	2,8

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

- (1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;
 (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

A Tabela 4 apresenta a variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado por atividades em Santa Catarina, contemplando dois principais indicadores: o comparativo interanual e o acumulado no ano.

Na análise do primeiro indicador (dezembro/25 vs. dezembro/24), observa-se uma predominância de resultados positivos, com sete setores em alta e quatro em retração. Os maio-

res crescimentos foram registrados em "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação" (+72,6%), que intensificou ainda mais seu desempenho, "Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo" (+7,8%) e "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos" (+7,6%). Em contrapartida, as retrações mais acentuadas ocorreram em "Móveis e eletrodomésticos" (-8,5%), "Veículos, motocicletas, partes e peças" (-2,0%) e "Livros, jornais, revistas e papelaria" (-1,5%), indicando que os setores de bens duráveis continuam a enfrentar desafios significativos.

Tabela 4 - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por atividades, Santa Catarina (2022 = 100)

Atividades de divulgação (Comércio)	Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior			Variação acumulada no ano/Mesmo período ano anterior		
	out/25	nov/25	dez/25	out/25	nov/25	dez/25
Comb.e lubrificantes	2,9	-0,1	6,1	4	3,6	3,8
Hiper., super, prod. Alim, bebidas e fumo	6,6	6,6	7,8	7,1	7,1	7,1
Tecidos, vestuário e calçados	-1,5	-4,7	-1	3,3	2,5	2
Móveis e eletrodomésticos	-15,9	-9,1	-8,5	-4,3	-4,9	-5,3
Artigos farma., méd., ortopé., de perfumaria e cosméticos	6,5	8,6	7,6	4,7	5,1	5,3
Livros, jorn., revis. e papelaria	2,9	-1,1	-1,5	4,6	4,1	3,3
Equip. e mater. para escritório, info. e comunicação	30,6	36,9	72,6	0,5	4,1	9,9
Outros arti. de uso pe. e domés.	3,1	4,2	7,4	10,9	10,2	9,8
Veí., motoc., partes e peças	-3	-3,4	-2	-0,9	-1,1	-1,2
Material de construção	10,2	2,2	7,5	7,8	7,2	7,3
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-5,6	-5,3	2,5	-5,1	-5,1	-4,4

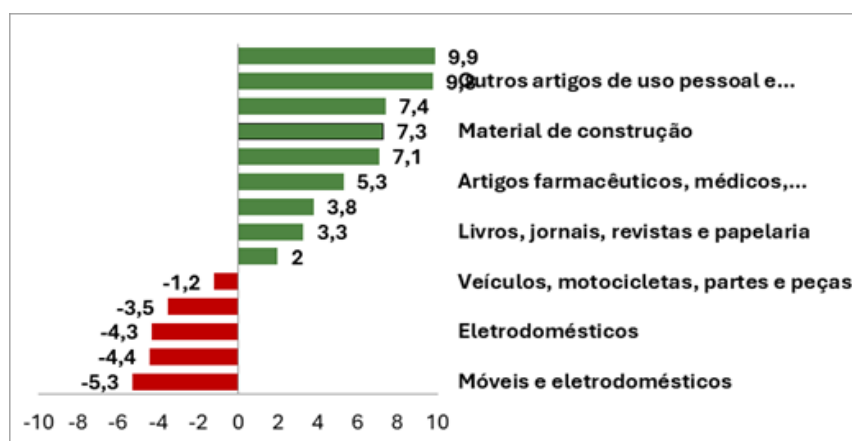
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Quanto ao segundo indicador, que mede o acumulado do ano, o comércio catarinense apresenta um quadro majoritariamente favorável, com oito setores em crescimento e apenas três em queda. Os principais destaques positivos são "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação" (+9,9%), "Outros artigos de uso pessoal e doméstico" (+9,8%) e "Material de construção" (+7,3%), que lideram o desempenho estadual no acumulado. Também se destacam "Hipermercados, supermercados..." (+7,1%) e "Artigos farmacêuticos..." (+5,3%). Por outro lado, "Móveis e eletrodomésticos" (-5,3%) e "Veículos, motocicletas, partes e peças" (-1,2%) apresentam os desempenhos mais fracos no acumulado, evidenciando a persistência de dificuldades em segmentos de maior valor agregado ao longo de 2025.

O Gráfico 4 apresenta a variação acumulada no ano do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado em Santa Catarina na PMC de dezembro de 2025. Das 14 atividades analisadas, nove delas registraram variação positiva e cinco apresentaram resultados

negativos, mostrando um balanço positivo para a maioria dos setores no fechamento do ano. As maiores variações positivas foram observadas em "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação"(+9,9%) e "Outros artigos de uso pessoal e doméstico"(+9,8%). Em seguida, destacam-se "Hipermercados e supermercados"(com variações de +7,4%) e +7,1%), "Material de construção"(+7,3%) e "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria"(+5,3%). Também apresentaram resultados positivos, ainda que mais moderados, "Combustíveis e lubrificantes"(+3,8%), "Livros, jornais, revistas e papelaria"(+3,3%) e "Tecidos, vestuário e calçados"(+2,0%).

Gráfico 4 - Variação do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado, Santa Catarina, acumulado no ano (dezembro)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Por outro lado, as atividades com desempenho negativo indicam os focos de fragilidade do setor ao longo de 2025. A maior retração do período foi registrada no grupo de "Móveis e eletrodomésticos"(-5,3%), seguida por "Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo"(-4,4%). As quedas individuais de "Eletrodomésticos"(-4,3%) e "Móveis"(-3,5%) também foram significativas. Completa a lista de setores com perdas acumuladas "Veículos, motocicletas, partes e peças"(- 1,2%).

Considerações finais

O resultado do comércio varejista no mês de dezembro de 2025 marca um momento de acomodação, interrompendo a trajetória de recuperação observada nos meses anteriores. O desempenho, caracterizado por uma retração na comparação mensal, revela uma perda de fôlego no fechamento do ano, refletindo um ambiente econômico que, apesar do impulso sazonal, impôs moderação ao consumo. O cenário, que nos meses anteriores apontava para um reaquecimento, indicou um ajuste na demanda no encerramento do ciclo de 2025.

Em Santa Catarina, o comércio também acompanhou a tendência nacional de arrefecimento, registrando retração na variação mensal após meses de crescimento. Embora o estado continue amparado por uma base econômica sólida e um mercado de trabalho aquecido, o resultado de dezembro evidencia que mesmo economias resilientes podem passar por momentos de ajuste. A manutenção da renda e do emprego segue conferindo ao comércio catarinense uma resiliência estrutural, mas o ritmo de expansão de curto prazo arrefeceu, alinhando-se ao comportamento do país.

O forte resultado na comparação interanual confirma que o consumo em dezembro/25 foi, de fato, superior ao do ano anterior. No entanto, a queda na comparação com novembro revela que o consumidor, embora tenha aproveitado as vendas de Natal, mostrou-se mais contido do que o esperado, possivelmente concentrando gastos e sendo mais seletivo. Esse comportamento reflete uma adaptação ao cenário de juros ainda elevados e sinaliza que o impulso das datas comemorativas não foi suficiente para sustentar a sequência de altas mensais.

De forma geral, o cenário para o início de 2026 é de cautela e estabilidade. O comércio encerra o ano com um balanço misto: crescimento no acumulado, mas com uma clara desaceleração na margem. Santa Catarina, por sua vez, deve continuar demonstrando resiliência, sustentada por seus fundamentos econômicos sólidos, mas alinhada à tendência nacional de ajuste e acomodação da atividade comercial após um ano de desempenho bastante heterogêneo.

Referências bibliográficas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal do Comércio**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, Novembro de 2025.

SETOR DE SERVIÇOS CATARINENSE CAIU 3,9% EM DEZEMBRO/25

*Kauê Soares Alexandre**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) acompanha o comportamento conjuntural do setor de serviços no país e nas 27 Unidades Federativas (UFs) ao pesquisar a receita bruta de serviços em empresas juridicamente constituídas, cujo número de pessoas ocupadas que desempenham como atividade principal um serviço não-financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação, seja igual ou superior a 20. Em 12 de fevereiro foi divulgada a trigésima oitava edição da pesquisa, relativa ao mês de dezembro de 2025, após o início da última alteração metodológica¹.

O setor de serviços brasileiro caiu -0,4% entre novembro e dezembro de 2025, mesmo assim, continuando próximo ao pico da série histórica, atingido em outubro/25. No mesmo sentido, e em maior intensidade, o setor de serviços catarinense apresentou uma retração de -3,9%, estabelecido diante da maré negativa nas atividades mais sensíveis ao consumo familiar, como transportes e serviços prestados às famílias.

Tomado o conjunto das Unidades Federativas (UFs), somente 10 Estados expandiram, 16 apresentaram queda, sendo que em São Paulo o resultado foi nulo (0%), com relação a novembro/25 na série livre de efeitos sazonais. Os saldos positivos mais significantes estiveram com Acre (+6,1%), Mato Grosso (+4,3%) e Amapá (+2,6%), enquanto em sentido oposto destacaram-se os piores resultados no Pará (-7,3%), em Mato Grosso do Sul (-5,2%) e Paraíba (-4,8%).

A situação da economia brasileira no final do ano é de um gradual arrefecimento da atividade econômica (FGV, 2026). Segundo IPEA (2025, p. 2), os efeitos positivos da política monetária brasileira restritiva no último trimestre foram potencializados pelo contexto internacional de desvalorização cambial do dólar, o que contribui diretamente para o recuo da inflação, mesmo “em um contexto de salários reais em níveis recordes e de taxas de desocupação historicamente muito baixas”. Nesse sentido, os dados do setor de serviços brasileiro e catarinense relativos a dezembro/25 mostraram uma correção (particularmente mais intensa em Santa Catarina), destacando-se a queda em atividades mais sensíveis ao ciclo econômico, como serviços prestados às famílias e transportes, todavia sem alterar a tendência altista do setor, que ainda segue como um dos pilares centrais da economia nacional. Os serviços passaram durante o último trimestre a depender de segmentos vinculados à atividade empresarial e à digitalização da economia, como informação e comunicação e serviços profissionais, e menos dos serviços

*Graduando em Ciências Econômicas pela UFSC.

¹No início de 2023 a PMS passou por uma revisão metodológica, cujos principais pontos foram: 1) redução do tamanho da amostra, que passou para 11.124 empresas; 2) mudanças nos pesos e importâncias de determinados serviços; 3) maior estratificação, com nova tabulação, adicionando 11 subsetores; e 4) atualizações nos deflatores, para além do deslocamento do período de referência, que passa a ser o ano-base de 2022. Para mais informações, consultar: “Mattei, L. Breves notas sobre as mudanças metodológicas realizadas pelo IBGE nas pesquisas mensais. Informativo NECAT, nº 13, mar/23. Florianópolis, 2023”.

voltados ao consumo das famílias, mesmo em um contexto de mínimas históricas na taxa de desocupação.

Neste documento analisa-se o comportamento mensal do índice de volume de serviços, primeiramente em âmbito nacional e na sequência estadual. O trabalho em questão, de periodicidade mensal, acompanha a evolução do setor de serviços, segundo as estratificações em termos territoriais (UFs) e de atividade econômica (atividades de divulgação), definidas pela PMS/IBGE segundo os parâmetros adotados na CNAE 2.0.

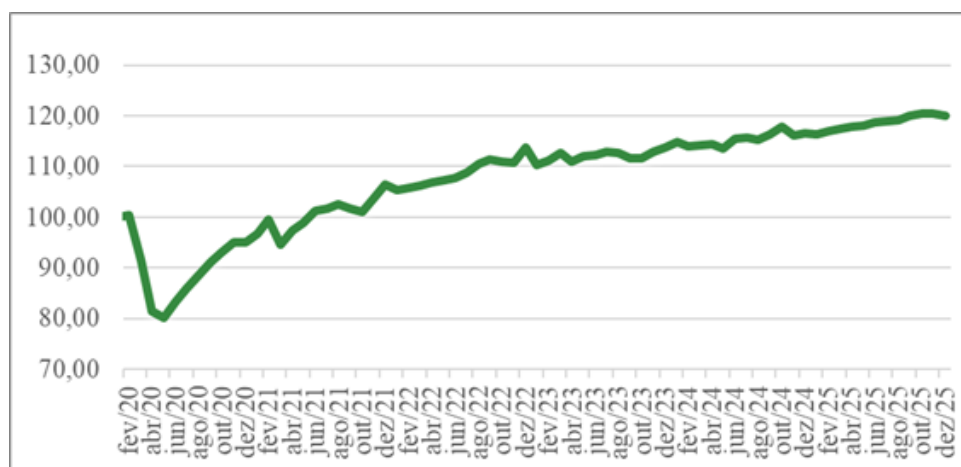
Setor de serviços brasileiro finaliza 2025 com saldo líquido positivo

De acordo com as informações contidas no Gráfico 1, que faz o recorte temporal de janeiro/20 (pré-pandemia) a dezembro/25, o índice de volume dessazonalizado de serviços brasileiro fechou o ano de 2025 com uma contração moderada de -0,4%, patamar que contrasta com a sequência de nove resultados positivos e apenas um resultado nulo (novembro/25). Com isso, o setor finalizou o ano 20% acima do nível pré-pandemia e muito próximo do pico histórico da série.

No início de 2024 o índice de volume de serviços nacional crescia moderadamente, mesmo após um resultado positivo expressivo ao final de 2023. É observada uma queda em maio/24, que foi, no entanto, recuperada nos meses seguintes como resultado do crescimento no setor de transportes. Outra queda aconteceu em agosto/24, sendo que a partir dela o setor apresentou um ritmo de crescimento acelerado, atingindo seu ponto máximo em outubro/24. É quando a desaceleração do índice no último trimestre de 2024 inverte a tendência, que, no entanto, estabiliza o volume de serviços em um patamar relativamente alto ao final do ano. É válido pontuar que a partir de fevereiro/25 (em janeiro/25 ocorre uma leve queda) desenha-se um curto ciclo expansivo, fruto do dinamismo em atividades ligadas à expansão da renda e emprego ao longo do ano, que se ligam com a trajetória eminentemente positiva de serviços de informação e comunicação

Isso fez com que no decorrer do ano o setor de serviços esboçasse uma vigorosa recuperação, assentada no moderado crescimento da economia e na expansão do emprego (ou diminuição do desemprego) e na renda proveniente de salários. Entre outubro e novembro o setor estabeleceu o seu ponto máximo da série histórica, atingindo taxas de crescimento interanuais da ordem de 2,8%, bem como uma expansão de 0,8% em relação ao terceiro trimestre de 2025.

Gráfico 1 - Índice de volume de serviços com ajuste sazonal, Brasil, jan/2020-dez/2025
(jan/20=100)



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

As taxas de variações publicadas mensalmente são visualizadas na Tabela 1. Nela, constam-se as diferentes bases de comparação temporal utilizadas pela PMS/IBGE. Pontua-se que as janelas temporais da terceira e quarta coluna são idênticas. Nesse sentido, os parágrafos subsequentes tratarão de cada uma delas mais separadamente.

Na primeira coluna, que verifica a variação percentual do volume de serviços em relação ao mês imediatamente anterior (novembro/25), retirados os efeitos sazonais, o indicador apresentou a já referenciada leve correção negativa. Quando observado no conjunto dos últimos doze meses, o indicador ficou negativo apenas duas vezes (no mês atual e em janeiro), consolidando-se uma trajetória de crescimento a partir das observações de fevereiro/25.

A segunda coluna apresenta a variação de dezembro/25 contra dezembro/24, apresentando um importante saldo positivo de +3,4%. A tendência é de crescimento, sendo verificado saldos positivos em todas as observações dos últimos meses. É válido pontuar a situação de queda observada em dezembro/24, o que eleva o atual índice comparativamente.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de serviços segundo diferentes bases de comparação no Brasil, 2025.

	Mês/Mês imediatamente anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado no ano (3)	Últimos doze meses (4)
jan/25	-0.3	1.1	1.1	2.8
fev/25	0.7	4.3	2.6	2.9
mar/25	0.4	1.8	2.4	3.1
abr/25	0.3	1.8	2.2	2.8
mai/25	0.2	3.9	2.6	3
jun/25	0.5	2.9	2.6	3.1
jul/25	0.2	2.8	2.6	3
ago/25	0.2	2.4	2.6	3
set/25	0.7	4.1	2.8	3.1
out/25	0.4	2.1	2.7	2.7
nov/25	0	2.7	2.7	2.7
dez/25	-0.4	3.4	2.8	2.8

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

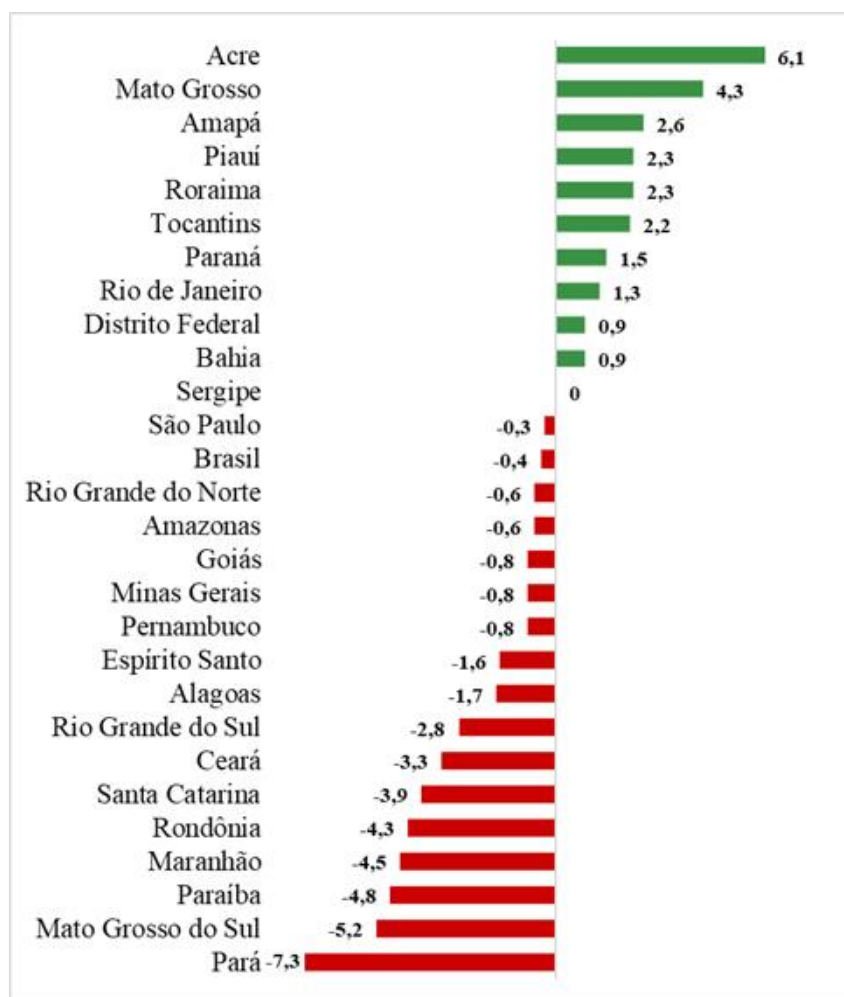
(3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses

A terceira coluna mostra o saldo do volume acumulado ao longo do ano corrente (jan-dez/25) em relação ao mesmo período do ano anterior (jan-dez/24). O saldo de +2,8%, de forma esperada, reproduz o nível precedente. Nesta base de comparação ficam marcados os efeitos do ciclo expansivo entre maio e setembro.

Por fim, a quarta e última coluna apresenta o acumulado agregado dos últimos doze meses, que acabam cobrindo a mesma janela temporal da coluna anterior e obtendo o mesmo saldo. Com essa coluna, no entanto, é possível observar mais especificamente a trajetória interanual, uma vez que ele capta em menor medida as variações de curto-prazo no índice de volume. Nesse caso, houve uma leve acomodação para baixo nos últimos meses, uma vez que a base de comparação capta o surto positivo do último trimestre de 2024.

O Gráfico 2 apresenta o comportamento do índice de volume de serviços em relação ao mês imediatamente anterior, na série dessazonalizada, estratificado pelas Unidades Federativas e Brasil. Segundo afirmado anteriormente, observaram-se apenas 10 saldos positivos. Cabe, além do exposto anteriormente, observar a distribuição heterogênea dos saldos nas regiões/estados. Na Região Sul, apenas o Paraná (+1,5%) apresentou crescimento, enquanto o Rio Grande do Sul (-2,8%) registrou uma queda inferior à Santa Catarina (-3,9%).

Gráfico 2 - Variação (%) Mês/Mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal, do índice de volume de serviços segundo Unidades Federativas e Brasil, dezembro/25.



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 2 apresenta as variações percentuais do índice de volume de serviços, estratificado pelos cinco macrossetores pesquisados pela PMS/IBGE, compreendendo os últimos três meses para cada diferente base de comparação.

No primeiro grupo de colunas observa-se a variação do mês atual com relação ao mês imediatamente anterior, na série dessazonalizada. A queda global de -0,4% adveio principalmente da retração nas atividades de transportes (-3,1%) e outros serviços (-3,4%). No caso dos transportes a situação refletiu uma queda generalizada, em especial dos transportes aéreos (-5,5%). Outro setor com saldo negativo foram os serviços profissionais, administrativos e complementares (-0,3%), impactado pelos serviços técnicos-profissionais (-4,3%). Serviços prestados às famílias (+1,1%) e informação e comunicação (+1,7%) foram os únicos setores em terreno positivo neste indicador, impulsionados diretamente pelos serviços de alojamento e alimentação (+0,9%), no primeiro caso, e pelos serviços de edição audiovisual (+9,1%), no segundo.

No segundo grupo de colunas é visualizado o mês atual com relação ao mesmo mês do ano anterior, na série sem ajuste sazonal. Neste caso, a taxa acumulada de +3,4%, quando decomposta pelos grupos de atividade, apresenta apenas resultados positivos. Observa-se avanço nas atividades de informação e comunicação (+6,8%), especialmente atividade de tecnologia da informação (+12%), seguido pelos serviços profissionais, administrativos e complementares (+4,4%), que foi causado principalmente pelo aumento nos serviços técnico-profissionais (+7,2%), e então pelo grupo outros serviços (+2,8%), com especial atenção para as atividades de esgoto (+3%). Em menor ritmo destacam-se os serviços prestados às famílias (+1,8%) e transportes (+0,8%), que entre suas atividades destacaram-se outros serviços prestados às famílias (+8,7%) e os transportes terrestres (+5,7%).

O último grupo de colunas é reservado ao acumulado no ano com relação ao mesmo período do ano anterior, de forma que permite analisar mais detidamente o impacto das variações mensais na trajetória recente. No resultado global de +2,8%, o grupo de atividades de informação e comunicação (+5,5%) puxa o acumulado anual, com especial destaque para as atividades de tecnologia da informação (+12,2%), seguido pelos serviços profissionais, administrativos e complementares (+2,6%), calcado na expansão dos serviços técnico-profissionais (+3,9%), e em terceiro lugar os transportes (+2,3%), com destaque para os transportes aéreos (+15,6%). Após isso, tem-se os serviços prestados às famílias (+1,1%), resultado do leve aumento das atividades do ramo hoteleiro (+2,3%) e de outros serviços (-0,5%).

Tabela 2 - Comportamento de diferentes grupos de atividades de divulgação segundo indicadores utilizados na PMS, Brasil, out/25-dez/25.

	Mês/Mês imediatamente anterior (1)			Mês/Mês ano anterior (2)			Acumulado no ano (3)		
	out/25	nov/25	dez/25	out/25	nov/25	dez/25	out/25	nov/25	dez/25
Total	0.4	0	-0.4	2.1	2.7	3.4	2.7	2.7	2.8
Prestados às famílias	0.3	0.4	1.1	0.8	-0.1	1.8	1.2	1	1.1
Informação e com.	0.4	-0.6	1.7	5.9	3.4	6.8	5.6	5.4	5.5
Prof., Adm. e Comp.	0.3	1.5	-0.3	0	3.4	4.4	2.3	2.4	2.6
Transportes	0.8	-1.3	-3.1	1	2.7	0.8	2.5	2.5	2.3
Outros serviços	0.1	0.5	-3.4	3.4	2.2	2.8	-1.2	-0.9	-0.5

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

(3) Base: mesmo período no ano anterior

Queda expressiva no setor de serviços catarinense em dezembro/25

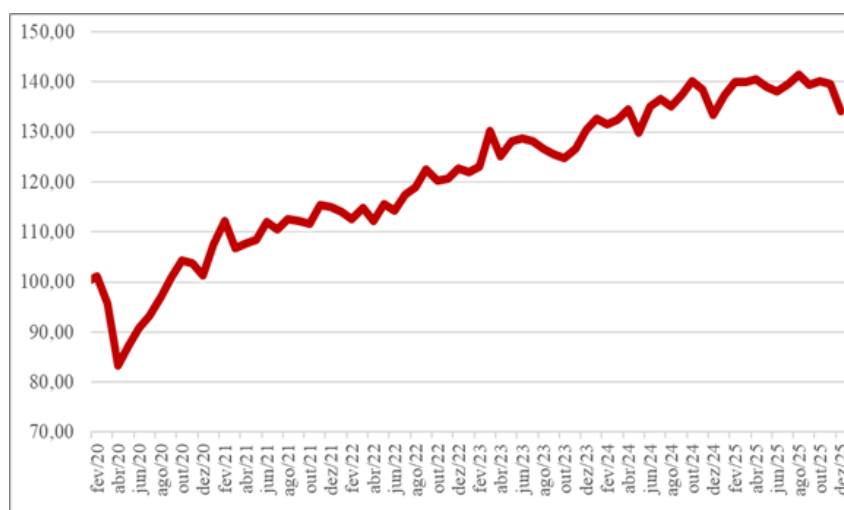
O comportamento do índice de volume de serviços em nível estadual é ilustrado no Gráfico 3, que segue as mesmas configurações do Gráfico 1. Seguindo o ritmo do agregado nacional, o índice de volume de serviços catarinenses retraiu -3,9%, a maior queda no índice

desde abril/23. Mesmo assim, o setor encontra-se 34% acima do nível pré-pandemia e 5% abaixo do pico da série histórica, atingido em agosto/25. Da mesma forma que na análise do caso nacional, segue-se um resumo do comportamento recente do índice de volume de serviços de Santa Catarina.

É sustentado nas análises mensais anteriores que enquanto no caso nacional observa-se um crescimento estável desde o último trimestre de 2024, com uma contribuição direta de segmentos mais exógenos à renda, como os serviços de comunicação e informação, o setor de serviços catarinense visualiza uma expressiva instabilidade para o mesmo período, com 5 resultados negativos expressivos nos últimos doze meses. Mesmo contando com um saldo líquido interanual consideravelmente maior que a média nacional, no primeiro semestre de 2025 as expansões tiveram uma relação mais estreita com a renda disponível para consumo, sendo os serviços prestados às famílias e os serviços de transportes os mais dinâmicos.

Contudo, a partir de setembro/25, a trajetória de crescimento ensaiada entre os meses de julho e agosto/25, ancoradas substancialmente em uma retomada nas atividades de apoio empresarial (em especial dos serviços profissionais), se enfraqueceram. Tal situação, que será analisada em seguida, está ligada a uma correção para baixo dos setores de transportes e de serviços prestados às famílias, especialmente no último trimestre de 2025.

Gráfico 3 - Índice de volume de serviços com ajuste sazonal, Santa Catarina, 2020-Dez/2025 (jan/20=100).



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

A situação do volume de serviços segundo as diferentes bases de comparação utilizadas pelo IBGE é apresentada na Tabela 3, registrando-se que as quatro séries temporais em tela são semelhantes às aquelas apresentadas na Tabela 1.

A comparação do mês atual com o mês imediatamente anterior, livre de efeitos sazonais, como pontuado anteriormente, registrou uma queda de -3,9%, se afastando expressiva-

mente do pico da série histórica e revertendo praticamente o nível de atividade para os níveis de início de ano. Naturalmente, a trajetória instável no indicador mensal dificulta previsões de curto-prazo no setor de serviços estadual.

Na comparação do índice de volume auferido no mesmo mês do ano anterior, o resultado de +1,2% indica que, apesar da correção significativa no indicador mensal, a situação é ainda de crescimento em termos interanuais, mas que a partir do segundo semestre de 2025 vem perdendo dinamismo.

O acumulado do ano com relação ao mesmo período do ano anterior apresentou uma queda de 0,2 p. p., sendo mais uma evidência da perda de forças aceleradoras em horizontes mais longos nos serviços catarinenses. Apesar do exposto, o indicador estadual demonstra um ritmo positivo e levemente superior à média nacional.

Por fim, no acumulado dos últimos doze meses com relação ao período anterior de doze meses, a situação é a mesma da coluna anterior, dada a igualdade da janela temporal. Quando contrastada com as demais verificações observa-se uma trajetória acentuada de queda a partir de julho/25, que será explicada logo abaixo pela evidente perda de tração em atividades sensíveis a renda.

Tabela 3 - Variação (%) do volume de serviços segundo diferentes bases de comparação em Santa Catarina, 2025.

	Mês/Mês imediatamente anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado no ano (3)	Últimos doze meses (4)
jan/25	2.9	3.9	3.9	6.1
fev/25	2	5.4	4.7	5.9
mar/25	0	5.4	4.9	6.3
abr/25	0.4	5.3	5	6
mai/25	-1.1	6	5.2	6.3
jun/25	-0.7	2.8	4.8	6.3
jul/25	1.1	2.5	4.5	5.8
ago/25	1.3	3.9	4.4	5.6
set/25	-1.4	2.1	4.1	5
out/25	0.5	0.7	3.8	4
nov/25	-0.4	-0.3	3.4	3.3
dez/25	-3.9	1.2	3.2	3.2

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

(3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses

A Tabela 4 apresenta a estratificação da pesquisa segundo os cinco grupos de atividades de divulgação (macrossetores) publicadas pela PMS/IBGE e compreendendo os dados relativos ao último trimestre de 2025. Cabe-se ressaltar que, no caso das Unidades Federativas,

a PMS/IBGE não divulga as atividades de seleção estaduais (subsetores) e o indicador de variação do mês atual com relação ao mês imediatamente anterior, compensando-se com a adição dos dados relativos à base de comparação do acumulado anual.

No caso da comparação do mês com mesmo mês do ano anterior (dezembro/24), o resultado global de +1,2% pode ser decomposto, primeiramente, nos aumentos dos serviços profissionais, administrativos e complementares (+12,1%) e nos serviços de informação e comunicação (+4,6%). Em seguida, observam-se os resultados negativos generalizados, com especial atenção para os serviços prestados às famílias (-7,7%) e transportes (-2%), seguidos pelos outros serviços (-2,3

Tabela 4 - Saldo (%) de diferentes atividades de divulgação em Santa Catarina segundo indicadores utilizados pela PMS, out-dez/25.

	Mês/Mês ano anterior (1)			Acumulado no ano (2)			Últimos doze meses (3)		
	out/25	nov/25	dez/25	out/25	nov/25	dez/25	out/25	nov/25	dez/25
Total	0.7	-0.3	1.2	3.8	3.4	3.2	4	3.3	3.2
Prestados às famílias	0.5	-6.1	-7.7	5.2	4.1	2.9	5.5	4	2.9
Informação e com.	4.1	5.1	4.6	5.1	5.1	5.1	5	5	5.1
Profissionais, adm. e comp.	9.8	13.3	12.1	4.4	5.2	5.8	4.4	5.1	5.8
Transportes	-3.1	-5.5	-2	3.1	2.3	1.9	3.6	2.1	1.9
Outros serviços	-4.1	-6.8	-2.3	-0.7	-1.2	-1.3	-1	-1.6	-1.3

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

(3) Base: mesmo período no ano anterior

O acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior (jan-dez/24) obteve um saldo positivo de +3,2%, superior à média nacional em 0,4 pontos percentuais. Nota-se, de início, a grande desaceleração nos serviços prestados às famílias (+2,9%) e nos transportes (+1,9%), apesar da elevação dos profissionais, administrativos e complementares (+5,8%). Os demais segmentos, informação e comunicação (+5,1%) e outros serviços (-1,3%), atividades mais exógenas ao ciclo econômico, mantiveram-se dentro da trajetória anterior, com um claro destaque para o primeiro, que sustenta, em boa medida, o agregado estadual.

No acumulado dos últimos 12 meses com relação ao período anterior de 12 meses, a configuração dos dados setoriais é a mesma da coluna anterior.

Considerações finais

O quadro delineado para o setor de serviços segundo os dados da PMS/IBGE de dezembro é de desaceleração, tanto a nível nacional quanto estadual, sendo particularmente mais intenso no segundo. Em termos setoriais as sinalizações são mistas. Nesse sentido, em ambos

os casos é possível notar um aprofundamento no setor de transportes, sendo que em Santa Catarina a situação se coaduna com a retração nos serviços prestados às famílias. De um modo geral, a sustentação do crescimento ao longo do ano ficou por conta do comportamento das atividades não-cíclicas ou menos sensível ao consumo familiar, como informação e comunicação e serviços profissionais.

No caso do país os resultados obtidos ao longo do primeiro semestre indicavam uma acomodação do nível de atividade próximo do patamar atingido ao final de 2024. A partir do segundo trimestre os saldos positivos constantes e em ritmo de crescimento moderado dinamizaram o setor nacional, que superou o pico da série histórica, estabelecendo-se em seu maior volume em agosto/25, situação em muito ligada às baixas taxas de desocupação vigentes. Com isso, os bons saldos nos transportes e serviços prestados às famílias estavam em consonância com a expansão da renda e do consumo das famílias. A já referida situação do setor de serviços brasileiro no quarto trimestre iniciou em ritmo comparativamente elevado, contrastando com os demais setores. A correção de dezembro mantém o setor em um nível ainda elevado de atividade.

Em Santa Catarina, cabe considerar a manifesta instabilidade nos indicadores ao longo ano, culminando na destacada queda em apreço. Segue em curso, portanto, a tendência de desaceleração, especialmente nos grupos de atividades sensíveis à renda: transportes e serviços prestados às famílias. Tal movimento se liga a conjuntura econômica do país, seguindo de perto os efeitos das políticas econômicas restritivas, particularmente a política monetária. Fato esse que é corroborado, inclusive, pela tendência negativa no índice de volume das atividades turísticas no Estado, que passou de 11,2% para 1,8% no acumulado de 12 meses no período abril-dezembro/25, muito abaixo da média nacional (4,6%).

Mesmo com a sustentação do crescimento em atividades de apoio às empresas (informação e comunicação e serviços profissionais), os demais segmentos mais ligados à renda conseguem inverter o agregado. Diante de tal situação se pode afirmar que o setor de serviços estadual, apesar de mais dinâmico que a média nacional, encontra-se ainda restringido, seja através da pressão sobre os preços, seja pela menor demanda industrial e pelas altas taxas de juros vigentes, dificultando novas inversões produtivas e efeitos positivos em cadeia, especialmente no setor de transportes e segmentos vinculados ao consumo das famílias.

Referências bibliográficas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)**. Rio de Janeiro: IBGE, outubro de 2025a.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Indicadores de indústria, comércio e serviços. **Carta de Conjuntura**, nº 69, n. 22, 4T/2025. Disponível aqui. Acesso em: 20/01/2026.

FGV-IBRE – Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia. Destaques do cenário macro doméstico (aut. Silvia Matos). **Boletim Macro**, fev/26, nº 175. Disponível aqui. Acesso em: 27/02/2026.

POSTOS FORMAIS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA SOFRERAM QUEDA EM DEZEMBRO/2025

*João Marcelo Sovinski¹
Renan Angst Marcomini²*

Os dados do Novo Caged de dezembro/2025 mostraram que o saldo de vagas no mercado de trabalho formal do país teve uma variação negativa no mês de 1,3% com o fechamento de 618,2 mil postos formais de trabalho. Em Santa Catarina o cenário foi semelhante, tendo uma perda de 59,2 mil postos de trabalho formais, tendo uma queda de 1,8% no estoque total de empregos. Descontando os efeitos sazonais, entretanto, podemos perceber que em ambos os cenários a variação foi de 0,1%, mostrando um desempenho melhor do que o esperado, em termos de geração de empregos.

O estoque mensal de empregos formais apresentou, em dezembro, 49 milhões de vínculos ativos no Brasil e 2,7 milhões de vagas formais em Santa Catarina. No desempenho acumulado em 12 meses verificou-se um crescimento dos estoques de empregos inferior no estado, sendo de 2,3% contra 2,7% no Brasil. Podemos ver que no mês de dezembro temos a particularidade de fazer coincidir os resultados da análise do estoque de empregos do mês vigente com o estoque do mesmo mês do ano anterior e da análise do estoque de empregos do mesmo mês com o estoque do final do ano anterior, de modo que ambos os resultados sejam iguais.

Tabela 1 - Saldo de vínculos formais de trabalho no Brasil e em Santa Catarina (novembro/2025).

		Brasil	Santa Catarina
Estoque	dez./25	49.008.403	2.670.769
	dez/	-618.164	-47.948
Saldos	jan-dez/25	1.279.498	59.184
	Mês	-1,3%	-1,8%
Variações	Mês - com ajuste*	0,1%	0,1%
	Ano**	2,7%	2,3%
	Em 12 meses***	2,7%	2,3%

Fonte: Novo Caged (2026). Elaboração: NECAT/UFSC

* Variação contra mês anterior, na série dessazonalizada

** Estoque de empregos em dez/25 vs. estoque em dez/24

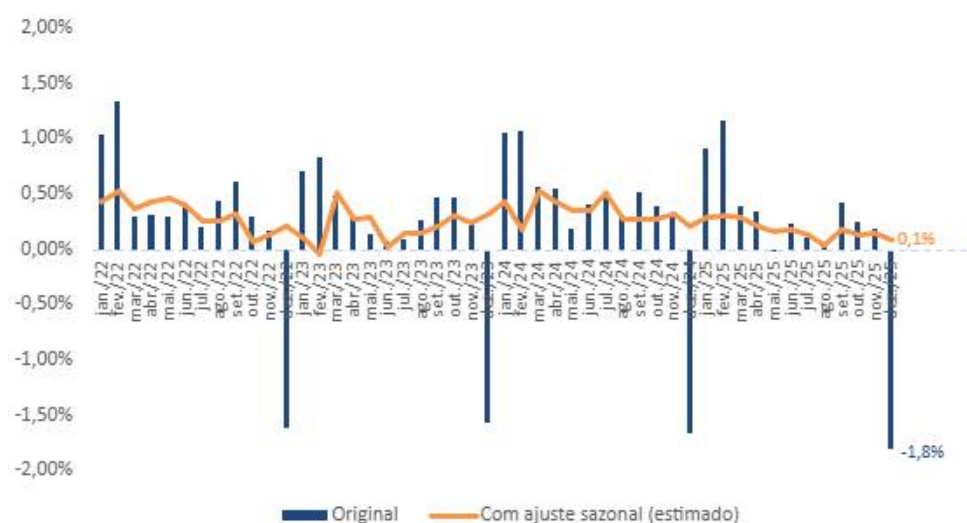
*** Estoque de empregos em dez/25 vs. estoque em dez/24

¹Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. Email:Sovinskiapc@gmail.com

²Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. Email:ramarcomini@hotmail.com

Embora haja incertezas relacionadas ao ajuste sazonal na série histórica do Novo Caged³, as informações apresentadas no Gráfico 1 indicam que Santa Catarina apresentou um crescimento no estoque real de empregos superior ao que os dados sem tratamento mostraram, onde a taxa de variação aparece em -1,8% antes do tratamento e, após o tratamento, 0,1%, tendo uma discrepância de 1,9% entre o crescimento original e o crescimento dessazonalizado.

Gráfico 1 - Crescimento estimado do estoque de empregos formais (Santa Catarina, 2022-2025) - Série original e com ajuste sazonal



Fonte: Novo Caged (2025) e NECAT/UFSC (2025); Elaboração: NECAT/UFSC

No presente texto analisam-se os resultados do mercado formal de trabalho catarinense à luz do cenário nacional, utilizando-se principalmente das informações fornecidas pelo Novo Caged. Para isso, serão analisadas a seguir a dinâmica da geração de empregos por setor de atividade econômica, o perfil sociodemográfico dos trabalhadores, seu patamar remuneratório e sua distribuição regional.

Desempenho por setor de atividade econômica

A Tabela 2 apresenta a distribuição do estoque e do saldo de empregos formais por setor de atividade econômica no Brasil e em Santa Catarina em dezembro de 2025. A tabela mostra os cenários nacional e estadual com um desemprego líquido em todos os setores, tendo

³Qualquer dessazonalização feita a partir dos dados do Novo Caged deve ser analisada com muita cautela. Como a série tem início em 2020, a observação de seus padrões sazonais deve ser complementada com os dados do Caged antigo. No entanto, conforme temos alertado constantemente, essas bases não são plenamente comparáveis entre si, uma vez que a transição para o Novo Caged inchou as estatísticas do emprego formal, seja pela inclusão de novas categorias de vínculos, ou pela maior abrangência de captação. Com isso, é possível que haja um viés de alta nos resultados dessazonalizados.

a indústria - no estado - e o serviço - no país - como as principais esferas da economia a serem afetadas. Se tratando do fim de ano, essa queda no nível de emprego formal da economia é esperada, uma vez que há uma série de encerramento de contratos, tanto no setor público quanto no privado como, por exemplo, na locação de mão-de-obra temporária.

No Brasil, o setor de serviços registrou um saldo de 280,8 mil vagas perdidas, uma queda de 1,2% em relação ao mês anterior. O subsetor responsável por essa queda dos serviços foi o de educação infantil e ensino fundamental, provavelmente associado com o término de contratos no período de recesso escolar. O setor de serviços apresentou um estoque de 23,8 milhões de empregos ativos. Em 2025, o setor contabilizou um saldo de 758 mil novas vagas formais.

O setor industrial registrou o segundo maior fechamento de vagas, totalizando uma perda de 135 mil empregos formais, com uma retração de 1,5%. Negativamente, foi a fabricação de produtos alimentícios que gerou uma grande demissão na indústria. A indústria registrou no mês um estoque de 9 milhões de postos de trabalho vigentes. No acumulado de 2025, o setor industrial registrou um saldo de 144,3 mil vagas formais.

O setor de construção apresentou um saldo negativo, no qual os 104 mil desligamentos no mês conduziram a uma retração de 3,4% dos estoques. Tanto a construção de edifícios quanto as obras de infraestrutura, como rodovias, usinas etc. apresentaram demissões líquidas semelhantes, o que mostra que a construção foi afetada negativamente de um modo geral e não apenas em um subsetor específico. No acumulado do ano de 2025 o setor de construção contabilizou um saldo de 87 mil vagas formais.

Foram perdidas 54,3 mil vagas formais no setor de comércio, uma variação de 0,5% em relação a novembro. Esse resultado foi sustentado pelo subsetor varejista. O setor contabilizou um estoque de 10,8 milhões de empregos ativos. No recorte do acumulado de 2025, o setor registrou um saldo de 247 mil vínculos formais, sendo o quarto setor que menos gerou empregos no ano.

Por fim, o setor agropecuário registrou uma retração na ordem de 2,3%, uma perda de 43,8 mil empregos formais. Análogo ao que se viu na construção, a agricultura teve um desempenho negativo bem distribuído pelos subsetores, tendo as lavouras temporárias, lavouras permanentes e atividades de apoio à agricultura atingindo aproximadamente o mesmo valor de demissões, de 11,1 mil a 12,1 mil por setor. A agropecuária contabilizou um estoque de 1,8 milhão de vínculos ativos. No acumulado do ano, a agropecuária apresentou o menor saldo entre os setores com 41,9 mil novos postos formais.

Tabela 2 - Saldo e estoque por setor de atividade econômica no Brasil e em Santa Catarina (dezembro/25)

	Brasil				Santa Catarina			
	Estoque	Saldo ano*	Saldo mês	Var. Mês	Estoque	Saldo ano*	Saldo mês	Var. Mês
Agropecuária	1.838.688	41.870	-43.836	-2,3%	49.282	1.519	-2.052	-4,0%
Indústria	9.070.594	144.319	-135.087	-1,5%	802.155	3.251	-20.290	-2,5%
Construção	2.945.157	87.878	-104.077	-3,4%	140.600	3.689	-6.802	-4,6%
Comércio	10.831.905	247.097	-54.355	-0,5%	555.472	11.989	-3.781	-0,7%
Serviços	23.788.013	758.355	-280.810	-1,2%	1.080.443	38.744	-15.023	-1,4%
Total	48.474.348	1.279.498	-618.164	-1,3%	2.627.952	59.184	-47.948	-1,8%

Fonte: Novo Caged (2026). Elaboração: NECAT/UFSC

*Cálculo da variação mensal (%) = Saldo do mês atual/Estoque do mês anterior.

Em Santa Catarina, o setor industrial, dando sequência ao resultado do mês anterior, apresentou um desligamento líquido de 20,3 mil postos de trabalho formais, uma variação percentual da ordem de -2,5%. As demissões se concentraram nas indústrias de transformação como, por exemplo, na fabricação de produtos alimentícios, produtos têxteis e artigos de vestuário. O setor industrial apresentou um estoque de 800,2 mil empregos ativos. No acumulado do ano, entretanto, a indústria ainda mantém um saldo positivo de 3,3 mil vagas formais.

O saldo de empregos no setor de serviços sofreu uma queda de 15 mil, com uma variação de -1,4% no total de estoque. A administração pública em geral foi o subsetor mais afetado em termos absolutos neste fim de ano, muito provavelmente associado com os encerramentos de contrato, tal como os professores. No acumulado de 2025, foi registrado um saldo de 38,7 mil novos postos formais de trabalho no estado, com um estoque de 1 milhão de postos de trabalho.

O setor de construção gerou um saldo de -6,8 mil, tendo uma queda de 4,6% em relação ao estoque do mês passado. O subsetor de construção de edifícios representou grande parte do saldo negativo. O estoque de vínculos ativos no setor de construção foi de 140,6 mil no mês de dezembro. Na análise do acumulado do ano de 2025, o setor de construção contabilizou um saldo de 3,7 mil vagas formais.

O setor de comércio gerou um saldo de 3,7 mil empregos fechados, 0,7% inferior em relação ao estoque vigente até então. O comércio varejista de equipamentos de informática apresentou uma queda significativa nesse mês, muito provavelmente por conta dos altos preços desses componentes causado pela onda da inteligência artificial, que aumentou o preço de alguns componentes de computadores; no varejo de materiais de construção também se verifica uma grande queda já esperada a partir dos dados do setor de construção, sofrendo com um desemprego generalizado em seus subsetores. No acumulado do ano, foram gerados 12 mil novos empregos, gerando um estoque de 555,5 mil vínculos de emprego ativos.

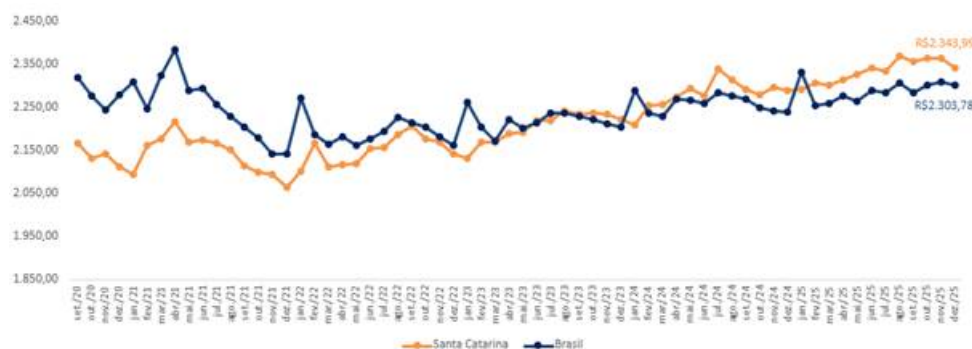
Finalmente, o setor agropecuário foi responsável pelo menor número de empregos fechados, reduzindo os estoques em apenas 2 mil vagas formais, ou seja, uma queda de 4% no número total de vínculos ativos. Negativamente, o saldo foi impactado pelas demissões no

cultivo da maçã, principalmente nas cidades de Fraiburgo e Monte Carlo, o que mostra a alta sensibilidade à sazonalidade deste subsetor, uma vez que no mês de novembro era precisamente o cultivo de maçã o responsável por elevar o saldo de empregos gerados na agricultura. A agropecuária registrou um estoque de 49,3 mil postos de trabalho vigentes. No acumulado do ano, o setor registrou um saldo de 1,5 mil postos formais, o menor entre os setores da economia catarinense.

Evolução salarial

O gráfico 2 representa a variação do salário médio de admissão para o Brasil e Santa Catarina entre 2020 e 2025. Verifica-se que os salários médios brasileiros vêm tendo um crescimento maior que o de Santa Catarina nos últimos três meses, embora ainda esteja perdendo em termos absolutos para o Estado. Além disso, o crescimento interanual se mostrou levemente superior ao de SC, uma variação da ordem de 2,8% contra os 2,3% do Estado, resultando em um salário médio de R\$2.303,78. Já em Santa Catarina, o salário médio de admissão atingiu o valor de R\$2.343,99, se mostrando superior em relação à média brasileira desde o início do ano.

Gráfico 2 - Salário médio real de admissão (Brasil e Santa Catarina, 2020-2025)



Fonte: Novo Caged (2025) e NECAT/UFSC (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Nota: seguindo a metodologia adotada pelo MTE, o salário médio foi deflacionado pelo INPC e calculado desconsiderando vínculos de trabalho intermitente e salários declarados abaixo de 0,3 SM ou acima de 150 SM.

A Tabela 3 mostra como se distribuiu o número de admissões em Santa Catarina pelas diversas faixas salariais. Os dados mostram que 89,6% da população admitida recebe até 2 salários mínimos, apresentando um aumento de 1,3% em relação ao mês anterior, o que demonstra um crescimento da concentração das camadas mais pobres da população catarinense. Olhando para os meses anteriores, não há indicação de que seja apenas algo momentâneo do mercado de trabalho, mas sim algo estrutural, que se repete constantemente, não tendo o cenário nacional muita divergência com o apresentado no Estado.

Do total de catarinenses contratados em dezembro/25, 5,3 mil (5,9%) recebem até 1 salário mínimo, 76,4 mil (83,7%) recebem de 1 até 2 salários mínimos e apenas 9,5 mil trabalhadores recebem salários acima de 2 salários mínimos, 10,4% em termos relativos.

Tabela 3 - Admissões por faixa salarial (Santa Catarina, dezembro/25)

	Acumulado no ano*		Mês	
	Admissões	Part.	Admissões	Part.
Até 1 SM	119.490	7,0%	5.342	5,9%
De 1,01 a 2 SM	1.406.535	82,3%	76.402	83,7%
De 2,01 a 3 SM	129.911	7,6%	6.826	7,5%
De 3,01 a 5 SM	40.022	2,3%	2.004	2,2%
Mais que 5 SM	14.027	0,8%	669	0,7%
Total	1.709.985	100%	91.243	100%

Fonte: Novo Caged (2025) e RAIS (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 4 mostra como se distribuiu o número de demissões em Santa Catarina pelas diversas faixas salariais. Os dados mostram que 84,9% da população demitida esse mês recebia até 2 salários mínimos, o que indica uma concentração de empregos em níveis salariais mais baixos. Tal como se verifica nas admissões, o movimento de demissões também reforça o caráter desigual do mercado de trabalho catarinense.

Do total de catarinenses demitidos em dezembro/25, 13,5 mil (9,7%) recebiam até 1 salário mínimo, 105 mil (75,5%) recebiam de 1 até 2 salários mínimos e 20,6 mil trabalhadores recebiam salários acima de 2 salários mínimos (14,8% do total de demitidos). Reforçando nossa tese de concentração de trabalhadores em faixas salariais mais baixas, verificamos que as demissões foram consideravelmente maiores que o nível de contratações nas faixas salariais que compreendem mais de 2 salários mínimos, gerando uma diferença de 4,4%, ou seja, 11,1 mil trabalhadores. Ao mesmo tempo, as admissões em faixas salariais abaixo de 2 salários mínimos tiveram uma variação de 4,4% ou, em termos absolutos, 36,9 mil admissões líquidas. De modo geral, podemos ver o movimento de demissões maiores em faixas salariais maiores e admissões maiores nas faixas salariais menores. Essa compressão dos salários reflete uma economia cada vez menos complexa, onde o setor industrial perde, relativamente, espaço tanto para as grandes redes de varejo, quanto para empresas de serviços que exigem baixa qualificação.

Tabela 4 - Desligamentos por faixa salarial (Santa Catarina, dezembro/25).

	Acumulado no ano*		Mês	
	Desligamentos	Part.	Desligamentos	Part.
Até 1 SM	108.271	6,3%	13.492	9,7%
De 1,01 a 2 SM	1.321.598	77,3%	105.072	75,5%
De 2,01 a 3 SM	154.913	9,1%	13.654	9,8%
De 3,01 a 5 SM	49.599	2,9%	5.369	3,9%
Mais que 5 SM	17.027	1,0%	1.604	1,2%
Total	1.651.408	100%	139.191	100%

Fonte: Novo Caged (2025) e RAIS (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Distribuição geográfica dos empregos em Santa Catarina

A tabela 5 mostra os saldos e suas respectivas variações nos níveis de emprego formal, separados pelas mesorregiões. No mês de dezembro tivemos uma forte onda generalizada de demissões, que não se refletiu apenas no interior do estado, mas também nacionalmente. Em termos absolutos, o Vale do Itajaí foi responsável pela maior quantidade de demissões, reduzindo o estoque de empregos em 15,5 mil, equivalente a 2% do estoque total. Foi a indústria a principal afetada pelo desemprego, com uma concentração especial na área têxtil, afetando principalmente as cidades de Blumenau, Brusque e Itajaí. Destaque também para o subsetor de construção, na cidade de Blumenau. No recorte do acumulado de 2025, a região contabiliza 15 mil vínculos formais.

A região Norte registrou o fechamento de 9,3 mil postos de trabalho formais, uma queda de 1,7% em relação aos estoques de emprego em novembro/25. Seguindo o cenário do Vale do Itajaí, a indústria têxtil também foi a principal afetada pela onda de desemprego no norte catarinense, principalmente nas cidades de Joinville, São Bento do Sul e Jaraguá do Sul. No acumulado do ano de 2025, a região Norte catarinense registrou um saldo de 6,1 mil vínculos formais.

A região Oeste registrou o fechamento de 9,2 mil vínculos formais, correspondendo a uma variação relativa de -1,8% em relação ao estoque do mês anterior. Diferentemente das outras duas mesorregiões, o saldo negativo foi bem distribuído entre a construção e a indústria, sendo a primeira afetada pela construção de edifícios e a última, pela fabricação de alimentos, móveis e madeira, concentrado principalmente na cidade de Chapecó, Videira e Caçador. Na análise do acumulado de janeiro a dezembro de 2025, a região Oeste catarinense apresentou um saldo de 11,7 mil empregos formais.

Tabela 5 - Saldo de empregos formais por mesorregião (Santa Catarina, dezembro/25)

	<i>Saldo ano*</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Vale do Itajaí	15.057	-15.500	-2,0%
Norte	6.158	-9.336	-1,7%
Oeste	11.684	-9.234	-1,8%
G. Florianópolis	16.640	-5.696	-0,9%
Serrana	1.941	-2.986	-2,4%
Sul	7.704	-5.196	-1,4%
Total	59.184	-47.948	-1,6%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

A região da Grande Florianópolis contabilizou o fechamento de 5,7 mil postos formais, com uma queda de 0,9%. Parte significativa desse impacto foi absorvida pelos setores da construção e serviço, em especial na área de construção de edifícios e de serviços de escritório, afetando diretamente as cidades de Florianópolis, São José e Palhoça. No recorte do acumulado de 2025, a região contabiliza 16,6 mil vínculos formais.

A região Sul catarinense apresentou um saldo negativo de 5,2 mil empregos formais, reduzindo seu estoque em 1,4%, diferentemente do que se viu no mês anterior. O grande responsável pela queda de empregos foi o setor industrial, mais especificamente na confecção de artigos de vestuário, onde a cidade de Criciúma apresentou o maior número de desligamentos, de resto, as cidades vizinhas apresentaram uma certa uniformidade no seu nível de desemprego absoluto. No recorte do acumulado de 2025, a região possui um estoque de 7,7 mil vínculos formais.

Por fim, a região Serrana foi responsável pelo encerramento de 3 mil postos formais, o que correspondeu a uma variação relativa de -2,4%. Diferentemente da regra geral, esta região apresentou um forte nível de desemprego no setor agropecuário, de quase mesma magnitude do setor industrial. Na agropecuária, o cultivo de lavoura permanente pressionou o nível de emprego principalmente nas cidades de São Joaquim, Monte Carlo e Lages; na indústria o desemprego se mostrou bem difundido nas áreas de móveis e madeira, máquinas e equipamentos e têxtil, com concentração em Otacílio Costa, Lages e Campos Novos. Esse resultado foi puxado pelas demissões no setor agropecuário, majoritariamente no cultivo da maçã, nas cidades de Monte Carlo e São Joaquim, como já mencionado acima. Na análise do recorte do acumulado de 2025, a região Serrana contabilizou 1,9 mil empregos.

A Tabela 6 apresenta o saldo e a variação mensal dos empregos nas 13 cidades catarinenses com mais de 100 mil habitantes. Dentre os 295 municípios de Santa Catarina, esses 13 foram responsáveis pela redução de mais de 21,5 mil empregos formais no estoque vigente até então, o que significa aproximadamente 40% de todo o desemprego ocorrido no mês de de-

zembro no estado. As cidades menos afetadas por essa onda de desemprego foram: Balneário Camboriú, Palhoça e Tubarão, onde cada uma teve uma perda de 265, 605 e 844 empregos, respectivamente. Nessas cidades, o principal setor afetado negativamente foi o de construção, na área de edifícios.

Tabela 6 - Saldo das cidades com mais de 100 mil habitantes (Santa Catarina, dezembro/25)

<i>Cidade</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Balneário Camboriú	-265	-0,5%
Palhoça	-605	-1,0%
Tubarão	-844	-1,9%
Lages	-868	-2,0%
Criciúma	-1.069	-1,3%
Jaraguá do Sul	-1.306	-1,7%
Florianópolis	-1.363	-0,6%
Brusque	-1.462	-2,5%
São José	-1.494	-1,1%
Chapecó	-2.003	-1,8%
Itajaí	-2.790	-2,1%
Blumenau	-2.869	-2,0%
Joinville	-4.641	-1,9%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Seguindo este cenário de perda de empregos, Blumenau e Joinville se destacam como as 2 cidades que mais geraram desemprego no último mês, 2,9 mil empregos perdidos na primeira e 4,6 para a última. Ao contrário do que se viu nas cidades do topo da lista, agora é o setor de serviços que lidera no volume de desemprego, tendo uma concentração no subsetor de locação de mão-de-obra temporária.

A tabela 7 apresenta as 10 cidades com os maiores saldos de empregos formais em Santa Catarina no mês de dezembro de 2025. Em Bombinhas, os empregos se concentram no setor de serviços, principalmente nos subsetores de alimentação e alojamento, e no comércio varejista, gerando um saldo de empregos de 361. De modo análogo, vemos acontecer em Garopaba aquilo que ocorreu em Bombinhas, i.e., uma forte presença do setor de serviços - no subsetor de alojamento e alimentação - junto ao setor do comércio varejista, o que produziu um aumento de 238 empregos formais na cidade. Em Imbuia, ao contrário, foi o comércio atacadista que se destacou na geração de empregos, sendo seguido pela agricultura local de cebolas, ocasionando um aumento de 221 empregos. Vale ressaltar que, por se tratar de uma lavoura

temporária, o alto aumento percentual do estoque de empregos (27,69%) deve ser apenas algo momentâneo, podendo sofrer uma queda igualmente brusca nos próximos meses.

Tabela 7 - Maiores saldos de empregos formais em Santa Catarina (dezembro/2025).

<i>Cidade</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Bombinhas	361	5,83%
Garopaba	238	4,04%
Imbuia	221	27,69%
Alfredo Wagner	182	15,13%
Jaguaruna	170	1,75%
Atalanta	60	15,50%
Ituporanga	56	0,73%
São Francisco do Sul	46	0,33%
Vidal Ramos	39	4,84%
Passo de Torres	28	1,95%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Já mostrando os saldos mais negativos do mês, a Tabela 8 apresenta a cidade de Joinville liderando o saldo negativo de vagas de empregos formais de dezembro/25, sendo seguida por Blumenau e Itajaí. Como já mencionado nas mesorregiões, Joinville sofreu uma forte perda no setor de serviços, destinado à locação de mão-de-obra temporária, mas também teve um forte impacto na área industrial da cidade, onde a fabricação de máquinas e equipamentos, junto com o setor de plásticos, foram os principais afetados.

Já em Blumenau a ordem de importância aparece invertida, colocando a indústria como principal área a gerar demissões, deixando o setor de serviços em segundo lugar. No caso da indústria, ao contrário do que se viu em Joinville - onde a fabricação de máquinas e a transformação de plástico lideram - temos o subsetor têxtil e de confecção de artigos do vestuário como predominantes na cidade, ao passo que nos serviços são os trabalhadores de locação de mão-de-obra os mais prejudicados.

Por último, a cidade de Itajaí teve seu setor de serviços como o principal a ser negativamente afetado pelo nível de empregos, compartilhando uma parcela significativa do prejuízo com o setor industrial. Nos serviços, o subsetor de administração pública absorveu mais da metade dos 1,2 mil empregos fechados na cidade. Já na indústria foi o setor de produção de alimentos que saiu como o mais prejudicado, apesar de os subsetores apresentarem uma certa homogeneidade na distribuição dos saldos negativos.

Tabela 8 - Menores saldos de empregos formais em cidades de SC (dezembro/2025).

<i>Cidade</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Joinville	-4.641	-1,85%
Blumenau	-2.869	-1,98%
Itajaí	-2.790	-2,13%
Chapecó	-2.003	-1,84%
São José	-1.494	-1,06%
Brusque	-1.462	-2,51%
Gaspar	-1.461	-5,04%
Florianópolis	-1.363	-0,58%
Jaraguá do Sul	-1.306	-1,70%
Criciúma	-1.069	-1,32%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Considerações finais

Em dezembro de 2025 o mercado de trabalho formal de Santa Catarina apresentou uma redução de 59,2 mil vagas formais, com uma redução nos estoques de -1,8% em relação ao mês de novembro. A série dessazonalizada, entretanto, mostrou um crescimento de 0,1% nos estoques. Apesar de aparentemente anormal, este resultado é sazonal, sendo um comportamento esperado para os meses de dezembro, não apresentando indícios de uma crise econômica, seja nacional ou regional. Para ressaltar esse ponto de vista, basta considerar o período de encerramento de contratos que o setor público realiza no final de ano, como no caso dos professores, e também no setor privado, onde as indústrias reduzem seu nível de emprego para voltarem no mês seguinte ao processo de contratação de nova mão-de-obra. Vale mencionar que o setor comercial fica à parte desta recuperação no mês imediatamente seguinte, uma vez que o mês de dezembro é marcado por um alto consumo, endividando as famílias no período e freando a demanda agregada em janeiro. No estado, Joinville e Blumenau lideraram as demissões de dezembro, afetando setores de fabricação de máquinas e equipamentos, indústria plástica, locação de mão-de-obra temporária, indústria têxtil, confecção de vestuários etc., mostrando que se trata de algo generalizado, comum a grande parte dos setores da economia. No mês de dezembro o salário real médio catarinense sofreu uma leve queda de 1% em relação ao mês anterior, ficando na faixa dos R\$2.343,99. A predominância de trabalhadores admitidos em faixas salariais de até dois salários mínimos e uma quantidade superior de demissões em faixas salariais mais elevadas sugere a necessidade de atenção às condições salariais e à qualidade dos empregos gerados.

Referências bibliográficas

MINISTÉRIO DO TRABALHO (Brasil). Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (org.). **NOVO CAGED**. 2025. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2026.